

Perspectivas de Gênero,

Debates e questões para as ongs.

Cristina Buarque

Daniel Schroeter Simião

Márcia S. Macedo

Maria Emília Lisboa Pacheco

Maria Lucia da Silveira

Mirian Nobre

Nalu Faria

Regina Festa

Regina Novaes

Silvia Camurça

Perspectivas de gênero.

Debates e questões para as ONGs.

Perspectivas de gênero.

Debates e questões para as ONGs.

Cristina Buarque
Daniel Schroeter Simião
Márcia S. Macedo
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Lucia da Silveira
Mirian Nobre
Nalu Faria
Regina Festa
Regina Novaes
Sílvia Camurça

Realização

GTGênero – Plataforma de Contrapartes Novib

Edição

SOS Corpo Gênero e Cidadania

Equipe de produção

Sílvia Camurça, Márcia Larangeira Jácome e Fátima Ferreira

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Carlos Pellegrino

Revisão

Consultexto

Impressão

Luci Artes Gráficas Ltda.

Tiragem

1.000 exemplares

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para a cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar a fonte.

Ficha catalográfica

Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero – Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

Obra coletiva.
192p. Inclui bibliografia.

Sumário

Organizações que integram o GTGênero	7
Integrantes do GTGênero	8
Sobre as autoras e o autor	10
Introdução	12
PARTE 1 – O GÊNERO NOS CONTEXTOS DE INTERVENÇÃO DAS ONGS	
Reflexões sobre o poder e as instituições sob a ótica do feminismo. <i>Cristina Buarque</i>	26
Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. <i>Márcia S. Macedo</i>	56
As coisas fora do lugar. Gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda. <i>Daniel Schroeter Simião</i>	80
Notas para um novo milênio: questões de gênero e sistemas de comunicação e informação. <i>Regina Festa</i>	94
Hip Hop: o que há de novo? <i>Regina Novaes</i>	110
Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero. <i>Maria Emília Lisboa Pacheco</i>	138
PARTE 2 – O GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS ONGS	
Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia. <i>Silvia Camurça</i>	164
Escolhas políticas: desafios para a incorporação de gênero às práticas das ONGs. <i>Nalu Faria, Maria Lucia da Silveira e Mirian Nobre</i>	176

Organizações que integram o GTGênero

Aditepp – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos. Curitiba-PR

Caatinga – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-governamentais Alternativas. Ouricuri-PE

Ceas – Centro de Estudos e Ação Social. Salvador-BA

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Rio de Janeiro-RJ

Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião. Rio de Janeiro-RJ

Nova Pesquisa e Assessoria em Educação. Rio de Janeiro-RJ

Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo-SP

Rede Mulher de Educação. São Paulo -SP

SOS CORPO – Gênero e Cidadania. Recife-PE.

Integrantes do GTGênero

Cristina Schroeter Simião, doutora em Educação - Escola de Altos Estudos em práticas Sociais, Universidade Lyon-França, é atualmente Diretora Executiva da ADITEPP. É também Enlace Sul da “Iniciativa de Monitoramento da Ação das Instituições Financeiras Multilaterais na perspectiva de gênero” e integra a Coordenação do Grupo de Trabalho sobre “Indicadores de Desenvolvimento” da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil.

Hermes Gonçalves Monteiro é técnico agrícola, especializado em agricultura orgânica e sócio-fundador da instituição CAATINGA. Desenvolveu alguns trabalhos na área de didática para as famílias agricultoras, publicando a série “Práticas de Estimulação Dedutivas”. Atualmente, é responsável pelo Programa de Captação de Recursos e Geração de Renda da instituição.

Itamar Silva, coordenador do programa Desenvolvimento e Direitos Humanos da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, atua na temática do fortalecimento comunitário e o papel das lideranças locais. Coordena o processo do Trajeto de Gênero na Fundação. Militante do Movimento de Favelas do Rio de Janeiro desde 1977 é atualmente membro da coordenação do MPF-Movimento Popular de Favela e da coordenação ampliada da Agenda Social Rio.

Jane Casella vem militando na área social desde o final da década de 60 tendo atuado mais diretamente nas áreas de saúde e participação comunitária. Nos últimos oito anos especializou-se em desenvolvimento institucional voltado para entidades sociais. É assistente social e administradora e atualmente integra a diretoria e o Conselho de Administração do Instituto Pólis.

Maria Betânia Ávila, socióloga, com especialização na Universidade de Sorbonne, Paris, vem se dedicando nas últimas duas décadas a pesquisas nas áreas de saúde da mulher, direitos reprodutivos e direitos sexuais. É fundadora e coordenadora geral do SOS Corpo - Gênero e Cidadania. Também fundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Publicou recentemente “Cidadania e Transformação Social”, in Ávila, Maria Betânia (Org.), Textos e Imagens do Feminismo; Mulheres Construindo a Igualdade”, Recife, Ed. Bagaço, 2001.

Maria Emília Lisboa Pacheco, integrante da FASE, é uma das autoras deste livro.

Regina Helena Sizenando Rocha, socióloga, mestre em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica), pós-graduada em sociologia pela V Seção da Université de Paris (França). Membro da atual Coordenação Executiva da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação e membro da Equipe Técnica desde 1975. Pesquisadora e coordenadora do projeto “Juventude: Saúde e Equidade”, desenvolvido atualmente pela Nova.

Rita de Cássia Santa Rita, é educadora, veio atuando no movimento popular desde a década de 80, em especial nos conflitos de terra no contexto urbano, principalmente com um olhar para as relações raciais. Atualmente milita, trabalha e é coordenadora do Ceas, entidade com 30 anos de existência que tem como princípio a crença na superação da sociedade capitalista.

Silvia Maria Sampaio Camurça, integrante do SOS Corpo Gênero e Cidadania, é uma das autoras deste livro.

Vera Vieira é feminista, coordenadora-executiva da Rede Mulher de Educação, especializada em gestão de processos comunicacionais e mestre em comunicação social. Dedicou-se, com mais profundidade, a estudos e práticas sobre leitura crítica da mídia e mecanismos de intervenção para alterar os padrões estereotipados vigentes, marcados pelo sexismo e racismo.

Sobre as autoras e o autor

Cristina Buarque, economista com mestrado em ciência política, desde a década de 1980 está vinculada à Fundação Joaquim Nabuco, tendo exercido a chefia da Coordenadoria de Estudos da Mulher. Especializou-se em gênero e desenvolvimento, prestando consultoria a vários organismos nacionais e internacionais, assim como publicado artigos e livros sobre a condição feminina e as relações de gênero. Atualmente, é assessora de gênero e geração do Projeto Dom Helder Câmara.

Daniel Schroeter Simião, antropólogo, desenvolveu seu mestrado na área de gênero e organizações não-governamentais, tendo coordenado o programa de gênero da Aditepp durante 3 anos e sido assessor parlamentar do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), de 1999 a 2000. Atualmente é coordenador de área da Universidade Católica de Brasília e desenvolve pesquisa de doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, UnB.

Márcia dos Santos Macêdo - Mestre em Sociologia (PPGCIS-UFBA), pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA, colaboradora do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e professora de Sociologia. Área de pesquisa: “relações de gênero e família”, especialmente “mulheres chefes de família”. Publicou recentemente artigo a esse respeito na coletânea “Tempos e lugares de gênero”, editado pela Fundação Carlos Chagas e Editora 34.

Maria Emília Lisboa Pacheco, mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalha desde 1978 na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), onde exerce atualmente as funções de Diretora do Programa Amazônia Sustentável e Democrática e coordenadora do grupo de trabalho sobre gênero. Integra o Conselho de Ética da Associação Brasileira de ONGs (Abong).

Maria Lúcia da Silveira, técnica da SOF- Sempre Viva Organização Feminista, socióloga, doutora em sociologia pela PUC/SP na área de relações de gênero e cidadania. Dentre outros artigos publicou “A integração da perspectiva de gênero e raça no Programa de Renda Mínima de Santo André, in *Revista do Pólis* n.39, São Paulo, 2001.

Mirian Pacheco Nobre, técnica da SOF- Sempreviva Organização Feminista. Agrônoma, mestre pelo Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/ USP, da Coordenação Nacional e Internacional da Marcha Mundial de Mulheres; co-autora de *Gênero e Agricultura familiar* e *Gênero e Desigualdade*, da série *Cadernos Sempreviva*, da SOF, dentre outros.

Nalu Faria, coordenadora geral da SOF- Sempreviva Organização Feminista. Psicóloga, especialista em sexualidade e formação feminista; consultora em gênero e avaliação interinstitucional de ONGs; militante feminista e do partido dos trabalhadores; é autora do artigo “Sexualidade e Feminismo” no livro *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no PT*. Ed. Perseu Abramo, São Paulo, 1998, do qual é co-organizadora, dentre outros.

Regina Reyes Novaes é antropóloga, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, é editora da Revista *Religião e Sociedade* e uma das diretoras do ISER (Instituto de Estudos da Religião). Desde 1998 é também presidente do Conselho do IBASE. Tem vários trabalhos publicados sobre movimentos sociais no campo. Atualmente faz pesquisas sobre Juventude, cultura e novas formas de participação social.

Regina Festa, Ph.D, professora da USP, no departamento de Cinema, Radio e Televisão, e responsável pela Cátedra UNESCO “Mulher, Ciência e Tecnologia”, na Cidade do Conhecimento do Instituto de Estudos Avançados da USP. Jornalista, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, membro do Conselho da Agência Nacional dos Direitos da Infância e membro da equipe internacional que está preparando a Conferência Mundial da Sociedade da Informação (Genebra-2003).

Silvia Maria Sampaio Camurça é socióloga, trabalha desde 1987 no SOS Corpo Gênero e Cidadania, onde atua como ativista, educadora junto a grupos do movimento de mulheres, assessora à iniciativas de movimentos sociais e consultora em gênero para programas governamentais e intervenção social de ongs. Em base à sua atuação feminista, desenvolveu seu mestrado na área de mulher e política. Desde o ano 2000 é também integrante do Conselho Diretor da Abong.

INTRODUÇÃO

Em meados do ano 2000, um pequeno grupo de dirigentes, pesquisadoras/es e educadoras/es de ONGs brasileiras elaborou um programa de debates quanto às dificuldades de aplicabilidade da categoria gênero ao seu trabalho. Tratava-se de integrantes da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil. A Novib é uma ONG holandesa que, entre as organizações de solidariedade internacional atuando no Brasil, inaugurou a prática de encontros anuais de intercâmbio com seus parceiros, também chamados de *contrapartes*. *Plataforma* é o nome utilizado pela Novib para esse espaço, que, além da reunião anual, conta hoje com atividades de diferentes grupos de trabalho. A atividade em torno da incorporação de gênero foi animada e coordenada na Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil por um desses grupos, aquele a que se convencionou chamar *GTGênero*.

O programa de trabalho do *GTGênero* tinha por objetivo principal o debate de referenciais teóricos e políticos para aplicação do gênero à intervenções de ONGs. A agenda de atividades incluiu, em sua primeira fase, alguns debates durante as reuniões de plataforma; num segundo momento, a realização de oficinas com integrantes de equipes das ONGs contrapartes de Novib, publicações; e, por fim, debates públicos com parceiros dessas mesmas ONGs. É desse processo, ainda em curso, que emerge a presente publicação, conjunto de textos e elenco de questões que aqui apresentamos ao público mais largo das ONGs no Brasil.

SOBRE A ADOÇÃO DO GÊNERO

Nos anos 90, muitas mudanças acontecem no contexto das relações de cooperação não-governamentais. Destacam-se, nesse processo, alterações no plano das prioridades de enfoque que vieram se constituindo desde os anos 70 com os chamados *novos movimentos sociais*. Entre as novas questões, aparece “a questão de gênero”. No mesmo período, a força dos argumentos feministas e

a renovação cultural que produziram impõem, a um conjunto relativamente amplo de movimentos e organizações não-governamentais, o desafio de tratar das desigualdades de gênero em suas práticas. No início da década, as ONGs brasileiras, como tantas outras, estavam duplamente desafiadas — a inovar sua forma de pensar e agir e a repensar o seu próprio pensamento sobre sua natureza, sua missão, seus objetivos.

Uma primeira reação constituiu-se na forma de questão: “imposição ou autonomia?”. Questionava-se a legitimidade da pressão exercida pelas ONGs européias, agências de desenvolvimento não-governamentais, que passaram a demandar indicadores e evidências de que as ONGs por elas apoiadas no Brasil preocupavam-se com a igualdade entre mulheres e homens. Uma segunda reação tomou a “imposição” como eticamente justa, reconhecendo sua positividade como condicionalidade que pressionava, e não impunha, por novos compromissos políticos das ONGs. Considerava-se tardia a adesão das ONGs aos novos “temas”, já instituídos na forma de movimentos de mulheres e suas organizações e na forma de instrumentos de regulação dos estados, como aqueles definidos no âmbito das Nações Unidas, por exemplo, ou na Constituição de 1988 no Brasil.

Seja reagindo a uma imposição, seja autonomamente incluindo o tema de gênero na agenda de suas preocupações, as ONGs viveram um momento que exigiu método, estratégias e formação para a incorporação da “perspectiva de gênero”. Um dos mecanismos mais populares à época foram os chamados *gender trainings*, treinamentos simplificados e de curta duração, método inicialmente valorizado e muito popular entre ONGs européias e norte-americanas do mundo da solidariedade internacional. Aponta-se, como principal limite desse modelo de formação, seu foco instrumentalizador, mais que problematizador do referencial político das equipes e da prática das ONGs.

As organizações brasileiras tomaram outro caminho: mulheres militantes de movimentos sociais organizaram seminários e debates em congressos e plenárias; organizações feministas criaram programas em parceria com outras organizações mistas para desenvolver um método próprio para incorporação do gênero;

organizaram cursos e propuseram processos coletivos. A Associação Brasileira de ONGs – Abong, organizou uma série de oficinas regionais, coordenadas localmente, mas planejadas nacionalmente em encontro com sua direção e com organizações feministas. Governos democráticos municipais e estaduais desenharam e implementaram estratégias de incorporação do conceito de gênero na formulação de suas políticas públicas. Diversas redes, inclusive feministas, organizaram seminários, atualizando métodos e refletindo sobre os usos da nova categoria, gênero. Ao longo da década, um ambiente favorável de aceitação, compreensão e atualização do problema da desigualdade, com perspectiva de igualdade de gênero, foi se constituindo no campo político democrático e popular brasileiro, ainda que lentamente, não sem resistências, e às vezes com muitos conflitos.

Em 1998, uma sondagem promovida pela Novib junto a seus parceiros no Brasil indicava o estado do desafio naquele momento. Três grupos de questões e proposições emergiram naquela reunião da Plataforma de Contrapartes Novib, 1998, Salvador. Todas referem-se aos desafios e às possibilidades da incorporação de gênero. O primeiro grupo de proposições apresenta uma visão das ONGs sobre as possibilidades de localizar as ações de gênero nos projetos e programas já em curso. A esse respeito a maioria das organizações indicou como possibilidades de incorporação de gênero: (a) as ações e atividades que realiza com mulheres, (b) uma fração menor indicou a possibilidade de incorporação transversal da perspectiva de gênero em todos os seus projetos e programas e junto a público mistos ou de mulheres e (c) um terceiro grupo, numericamente ainda menor, indicou como possibilidades ações de formação de opinião pública e/ou a formulação de políticas públicas, ou seja, ações não imediatamente associadas ao seu público direto. Essas são três perspectivas diferentes, entre várias possibilidades, para incorporar gênero nas práticas de ONGs e movimentos. Embora não sejam antagônicas — pode-se até considerá-las complementares —, são perspectivas com efeitos e impactos bastante diferenciados sobre as mulheres, os homens, e instituições como o Estado. Destaca-se que muito poucas ONGs, pelo menos naquele momento, conseguiam compreender gênero

como problema de políticas públicas, a maioria associava o tema/problema às mulheres ou à relação interpessoal homem–mulher.

De outro lado, ao serem perguntadas sobre as possibilidades de incorporação de gênero na organização, as ONGs apresentaram duas possibilidades: (a) uma parte delas dirigiu suas proposições à formação dos recursos humanos da organização e (b) a outra parte valorizou a dimensão mais estratégica e estrutural, pensando em processos de institucionalização acompanhada, o que incluiria diagnósticos, planos, monitoramento e avaliação com apoio de consultoria. Como no item anterior, essas estratégias, embora possam ser pensadas e implementadas de modo separado, não são antagônicas e, possivelmente, são complementares. Entretanto, os processos de coordenação interna à organização e aos resultados podem ser bastante diferenciados. Sua efetividade irá depender das escolhas políticas, das práticas de atuação e do compromisso com o enfrentamento dessa dimensão da desigualdade por parte de cada ONG e, em certa medida, por parte de cada técnico/a, educador/a e pesquisador/a.

O terceiro grupo de proposições, relativo à pergunta sobre as dificuldades para trabalhar com gênero, apresenta três subgrupos de problemas: (a) aqueles relativos a problemas na organização (limites financeiros e de pessoal), (b) aqueles relativos aos limites de gênero dados pelo grupo beneficiário direto (por exemplo, os maridos que não deixam suas mulheres participarem das ações do projeto) e (c) aqueles relativos a problemas de qualificação ou resistências presentes na própria equipe de trabalho da organização. Por si só, cada um desses tipos de limite mereceriam ser compreendidos, pois cada um deles pode dar ensejo a diferentes estratégias de superação.

O escopo de tais proposições indica a diversidade de idéias e possibilidades para trabalhar com gênero e o tamanho do desafio que a aplicabilidade do conceito coloca para a renovação da prática política dessas organizações. Nos primeiros debates do GTGênero, essas questões foram tomadas em conta, mas os parâmetros que orientaram a dinâmica de trabalho foram em outra direção. A dinâmica desenhada procurou se distanciar dos aspectos organizacionais para se centrar em questões políticas, relativas à atuação mesma de cada ONG.

A adoção da perspectiva de gênero foi compreendida pelos/as integrantes do GTGênero como prática político-cultural de sujeitos históricos em contextos particulares. A dimensão cultural da ação dos sujeitos merece ser sublinhada aqui, pois é dela que emerge o sentido do que percebemos e que orienta toda e qualquer de nossas ações. Quanto ao contexto, esclareço que utilizo essa idéia nos termos especificados por Ana Clara Torres Ribeiro:

O contexto diz respeito ao encadeamento da vida social, a natureza das contradições sociais na forma de espoliação. Assim, para nossas ações serem bem-sucedidas elas não devem se dirigir a alvos, e sim a contextos que podem de alguma maneira permitir a ampliação das condições de formação dos sujeitos (Ribeiro, 1999:17).

Nesse sentido, a ênfase temática das atividades do GTGênero não esteve na compreensão do conceito, mas centrada na reflexão sobre as desigualdades na realidade e conjuntura brasileira. As mulheres deixaram de ser o “público-alvo” da incorporação de gênero, enquanto as práticas de atuação das ONGs, em contextos específicos, vieram para o centro do debate.

A perspectiva feminista de diversas correntes políticas sobre as relações de gênero foi outro elemento considerado no processo do GTGênero. Essa perspectiva foi tomada como base conceitual de apoio, uma vez que os estudos feministas são a expressão do conhecimento produzido pelos movimentos de mulheres e feminista, sujeitos coletivos fundamentais na transformação das relações de gênero. Por outro lado, compreendíamos que o saber/conhecimento sobre a incorporação da perspectiva de gênero necessariamente exigiria uma produção coletiva e intercâmbio que precisariam ser concretizados através de oficinas reunindo ONGs com atuação em contextos similares.

O programa de atividades pretendeu oferecer subsídios para as ONGs no desenho de sua própria trajetória de institucionalização de gênero. As atividades iniciaram-se com um laboratório durante uma das reuniões da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil; a esta seguiram-se seis oficinas para equipes das organizações que livremente aderissem ao processo e, por fim, previram-se debates públicos, quando do lançamento da

presente publicação, envolvendo equipes e parceiros das organizações, além de lideranças de movimentos sociais, em especial de mulheres. Ao longo do processo de dois anos, o GT realizou ainda cinco encontros de trabalho, para os quais diferentes integrantes elaboraram questões para debate, considerando os elementos do diálogo e de intercâmbio presentes na reunião da Plataforma e nas oficinas. Uma avaliação e uma sistematização estão em curso e um documento final, crítico e propositivo, será devolvido ao debate na reunião da Plataforma de 2002, quando um novo ciclo de atividades poderá ser definido. Para apoiar iniciativas de socialização do processo, um informativo, incluindo resumo das oficinas e bibliografia relativa a cada tema, foi elaborado e distribuído entre os/as participantes do processo. Além disso, informação complementar será disponibilizada via Internet. Essa publicação inscreve-se nessa estratégia de socialização.

QUESTÕES DE GÊNERO

A primeira parte deste livro reúne seis textos que correspondem aos eixos temáticos das oficinas organizadas em torno deles. Os textos abordam questões tão diversas quanto a multiplicidade de campos de preocupação e a ação das ONGs: poder e instituições, moradia, juventudes, geração de renda, comunicação e agricultura familiar. Pretende-se que contribuam para um diálogo atualizado e criativo sobre questões de gênero em diferentes contextos de nossas intervenções. Os recortes teórico-políticos são diversificados, assim como a ênfase maior ou menor no próprio tema do gênero ou nas peculiaridades de cada contexto em particular; todos, entretanto, atualizam o debate e apontam desafios relevantes para a prática político-cultural das ONGs e dos movimentos sociais.

Iniciamos essa primeira parte pelo tema do poder e das instituições, dada a amplitude de seu escopo. Destaco que o conteúdo do texto aqui publicado foi ponto de controvérsia na oficina e alvo de ponderações críticas também por integrantes do GTGênero. Uma delas refere-se em especial ao conceito de poder adotado pela autora, Cristina Buarque, que abstrai uma visão de poder relacional (Casella, 2001). Ao longo do texto, a autora toma

para análise de gênero e poder duas importantes instituições — o Estado e a família —, tecendo relações entre ambas e contextualizando o problema no marco da hegemonia do pensamento neoliberal. O texto encerra-se com a discussão da política e do poder apontando uma agenda para igualdade de gênero.

O texto seguinte aborda o tema do gênero nos contextos urbanos. Márcia S. Macedo demarca e indica como as cidades são espaços organizados de forma segregadora e discriminatória, aponta para cada uma das muitas situações de opressão vividas pelas mulheres — nos campos do mercado de trabalho, da família, das instituições, das políticas públicas nos contextos urbanos e da violência. Para a autora, gênero é a categoria que abre o acesso à compreensão da cotidianidade diferenciada de mulheres e homens, mesmo quando compartilham de uma mesma situação de classe ou têm em comum uma mesma identidade étnica e racial.

A mesma considera que a transformação de gênero não pode estar dissociada de uma transformação geral da sociedade de caráter utópico e mais abrangente, que não se encerra nas relações de gênero, embora necessariamente passe por essa transformação. Lista um conjunto de prioridades estratégicas, que vão desde a afirmação e o apoio a iniciativas coletivas de mulheres, em diferentes âmbitos, ao cumprimento da agenda de direitos reivindicados pelo movimento de mulheres, que inclui demandas nas área de saúde, direitos reprodutivos, violência, emprego e renda, infra-estrutura urbana, segurança pública e participação política. A autora sublinha, ao final, que se nem tudo é uma questão de gênero, este é um elemento importante na construção da exclusão e desigualdade e que deve sempre ser considerado nas análises sociais.

No âmbito da produção e geração de renda, Daniel S. Simião aborda o tema em contextos urbanos. Seu texto enfatiza o debate sobre o próprio conceito de gênero, e enfatiza, em diferentes momentos, as questões daí decorrentes para os limites da presença das mulheres no mundo dos negócios. O autor aponta algumas das possibilidades de teorização acerca do conceito de gênero e as diversas formas de adoção de gênero com “ferramenta” política, referido nesse caso à atuação das ONGs. Recupera a trajetória do

gênero como problema para as políticas de cooperação internacional com o desenvolvimento dos países “do Sul”, e sumariza as duas principais abordagens adotadas nas práticas de indução do desenvolvimento. Seu texto aponta para a diversidade de usos que gênero pode ter e para a disputa de significados políticos entre diferentes movimentos e organizações: “dependendo do tipo de prática em que se enraíza a ação da instituição, o conceito de gênero ganha uma definição conceitual e marcos teóricos próprios, podendo variar bastante na sua operacionalização”.

O texto seguinte aborda o tema da comunicação e retoma, em certa medida, o tema do poder, desta feita com ênfase na disputa de significados construídos, desconstruídos e reconstruídos na e pela mídia. Sua relevância extrapola o campo dos debates sobre gênero, dada a prioridade conferida à comunicação pelas ONGs. Segundo Vera Vieira, integrante do GTGênero, o que estava em causa, construídos como questão para a oficina sobre o tema, eram a cidadania e o consumismo, a padronização das desigualdades e o reforço dos estereótipos na construção das identidades de mulheres e homens e também o anseio por identificar os aspectos positivos no novo contexto da comunicação. Na análise de Vera Vieira, “tudo indica, então, que há um consenso com relação à importância — mas não à prática — da comunicação no trabalho de intervenção cotidiana das ONGs, inclusive das entidades feministas” (Vieira, 2001).

Articulando análises sobre os novos contextos da mídia e sobre as tecnologias informacionais e a política, ao tratar da revolução das mulheres em movimento, o texto de Regina Festa nos retira do debate prevalecente no Terceiro Setor, restrito ao marketing social, e nos remete ao cerne do problema de comunicação que inquieta as ONGs: o da comunicação como campo de produção de sentido e disputa de significados. Seu argumento é o de que a dimensão simbólica, sendo crucial para conformação do gênero e o núcleo do processo de comunicação, reveste-se de relevância especial para a revolução das mulheres. No meu próprio entender, esse é um importante campo de disputa. Ao longo do texto a autora explora as contraditórias mudanças no campo da comunicação e esforça-se por construir uma resposta

sobre o porquê da ausência de uma perspectiva das questões de gênero frente à sociedade mediática, questão que afinal não aparece totalmente elaborada no texto. Regina aponta aí uma lacuna importante: a inexistência de estudos feministas sobre os sistemas de informação e comunicação, produzindo “um vazio analítico das contradições nas quais esses sistemas operam”.

Regina Festa problematiza esses temas quando releva, por exemplo, duas vertentes das leituras sobre a cultura informacional na sociedade contemporânea, dentre as quais emergem a questão do feminino. Na primeira, o feminino aparece entre os novos valores presentes nas práticas individuais — indivíduos reflexivos, conscientes e comprometidos com a construção e a defesa de direitos. Numa outra interpretação, o feminino emerge como lacuna, que, por sua ausência, explica a prevalência do patriarcalismo, do colonialismo e da mercantilização da vida e da natureza, elementos estruturadores da cultura hegemônica de mercado. Embora pessoalmente não acredite na existência de um feminino universal e essencial, compreendo a relevância da contribuição desse marco de referência em termos de comunicação e de política como atividades culturais de invenção e transformação do mundo.

Para algumas das ONGs participantes do programa de atividades do GTGênero, a atuação junto aos jovens configura-se desafiadora do ponto de vista das relações de gênero, mas também por muitos outros novos desafios, em especial no campo das metodologias de atuação das ONGs, ou seja, as concepções e os processos que dela decorrem. *Juventudes* foi um dos contextos, objeto de debate em oficina.

A nomeação juventudes, no plural, (...) permite reconhecer a existência de muitas juventudes e caracterizar os diferentes desafios que enfrentam nas diferentes redes sociais onde interagem. Pode-se considerar que a utilização da noção de juventudes como construções de um determinado tempo-espaço social, com recortes distintos em relação a diferenças de classe, gênero, etnia, poderá abrir questões mais abrangentes para os trabalhos educativos (Rocha, 2001).

Entre outros temas, Regina Rocha, integrante do GTGênero, aponta a necessidade de

(...) (re)discutir a utilização da nomeação “protagonismo juvenil”. Em qualquer contexto histórico, a meu ver, a noção mereceria um debate. Mas precisando o foco desse debate: no atual contexto neoliberal da globalização, individualista e competitivo, o que significa trabalhar com “protagonista” no universo de jovens?

Taciana Gouveia, co-facilitadora da oficina, comungando também dessa preocupação levanta outra questão, a própria noção de adolescência e juventudes, e suas variações por gênero:

(...) a grande questão da adolescência não é quando ou como se inicia, mas, sim, como e quando se sai dela. E este término do processo tem uma distinção de gênero muito forte. Se na fala mais geral das/os adolescentes o ser adulto é sinônimo de responsabilidade, quando vamos analisar o significado da responsabilidade para meninos e meninas, vemos que para os primeiros ela está referida ao trabalho, enquanto que para a meninas a maternidade é um elemento central. Para além de ser uma experiência real, essas marcas de gênero são representações sociais muito poderosas na dinâmica da nossa sociedade, pois existem tantos adolescentes que trabalham, quanto existem tantas adolescentes que são mães e ainda tantas adolescentes que trabalham, quanto tantos adolescentes que são pais. Contudo, ainda é muito comum — apesar de ser um processo em transformação — que os trabalhos e as políticas públicas voltados para esse grupo ainda se pautem em grande medida por essa divisão (Gouveia, 2001).

O texto de Regina Novaes não responde a essas inquietações que emergiram da oficina, mas traz o tema dos movimentos culturais para preencher, de modo instigante, ainda que de forma parcial, o debate sobre *juventudes* entre as ONGs. A contribuição de Regina Novaes, aqui publicada, nos encaminha para um ponto desse debate, o da política cultural do movimento *hip-hop* e da participação social e política de jovens urbanos. O texto estrutura-se em torno de seis pontos de controvérsia, entre os quais destaco aquele que se refere ao lugar das mulheres. Aparentemente menos controverso que outros assuntos, como o mercado, a questão racial,

a política e o tráfico, a situação das mulheres parece não deixar dúvidas: o lugar das mulheres no movimento *hip-hop* continua sendo em casa. Para um sem-número de organizações que atuam no apoio a esses grupos, essa é mais uma entre várias questões que nos deixa Regina Novaes.

No contexto de outro movimento, ambientalista e vinculado à agroecologia, Maria Emília Lisboa Pacheco articula a defesa de uma agricultura familiar sustentável ao debate sobre as desigualdades de gênero e sua relação com o modelo hegemônico de agricultura e reforma agrária em curso. A autora aponta para uma opção política de como incorporar gênero nas ações das ONGs que atuam no campo, articulando a defesa da biodiversidade, uma concepção de sistemas de produção e políticas públicas alternativas. Reforço aqui a idéia de que o modelo de agricultura familiar sustentável, desenhado por amplos setores dos movimentos sociais, ONGs e extensionistas, estará em questão sem a efetiva inclusão das mulheres, o que exige alterações nessa família rural, para além das alterações e críticas às políticas públicas e aos governos neoliberais.

INCORPORAÇÃO DE GÊNERO: ENTRE O ACESSÓRIO E O SUBSTANTIVO

A segunda parte deste livro contém dois textos que apontam alguns dos desafios colocados para as ONGs em termos institucionais. O primeiro deles articula desenvolvimento, democracia e gênero. Seu conteúdo, que foi originalmente apresentado para debate na reunião da Plataforma de Contrapartes Novib do ano 2000, está aqui revisto e ampliado. O texto propõe a justiça de gênero, como uma das exigências de atualização da utopia democrática, e reconstrói a trajetória e o sentido do conceito de gênero no campo das relações de cooperação com o desenvolvimento, sublinhando o que seria uma incorporação substantiva do gênero.

Um segundo texto aborda os desafios para incorporação de gênero pelas ONGs. Foi elaborado pela equipe da Sempre Viva Organização Feminista – SOF, que juntou-se a nós na tarefa de sistematizar e avaliar o processo deslanchado pelo GTGênero. A

equipe apresenta uma leitura crítica das práticas das ONGs a partir da revisão dos debates nas oficinas e de discussões entre as autoras e o GTGênero. Para estas a necessária valorização do sujeito político Movimento de Mulheres, opção do GT, é um marco qualitativo no processo de incorporação de gênero, pois, no início dos anos 80, as abordagens e opções políticas tendiam a ser mais neutras ou omissas quanto ao sentido e valor de um tal movimento na sociedade. As mesmas autoras, entretanto, sublinham que essa posição não é suficiente para assegurar uma direção transformadora às mudanças. Consideram que alterar as relações de gênero “passa por reconfigurar relações num plano mais amplo (sistêmico)”.

Um segundo aspecto que esse texto nos traz são indicações quanto às exigências que decorrem da decisão de incorporação de gênero: esforço contínuo; convívio com desarranjos nos poderes e nas relações intra e interorganizacionais e “um reordenamento no coração das práticas”. Destaco que, para as autoras, a definição de uma política de gênero para as ONGs está vinculada à definição de uma política de ação estratégica geral das ONGs, uma agenda que defina a qualidade, o sentido e a dimensão da utopia que se está construindo e buscando.

Com esta publicação, espera-se contribuir para alargar o debate sobre a incorporação de gênero pelas ONGs e trazer a público novas e velhas questões, revisitadas agora na perspectiva da igualdade de gênero como parte das metas das ONGs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMURÇA, Silvia Maria Sampaio. (2000), *A relação direta entre democracia e desenvolvimento na perspectiva do GT Gênero*. Trabalho apresentado na Reunião da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, Atibainha, São Paulo.
- CASELLA, Jane. (2001), *Sobre a oficina gênero, poder e instituições*. Trabalho apresentado para a IV Reunião do GT Gênero. Rio de Janeiro.
- GOUVEIA, Taciana. (2001), *Gênero e juventudes. Algumas questões para o debate*. Trabalho apresentado para a V Reunião do GT Gênero. Recife.

- PACHECO, Maria Emília Lisboa. (2001), *Diversidade e ação coletiva: Desafios do Desenvolvimento Institucional. Qual a contribuição do GT Gênero para o Desenvolvimento Institucional?* Trabalho apresentado na Reunião da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, Pernambuco.
- ROCHA, Regina Helena Sizenando. (2001), *Juventudes e relações de gênero: notas para debate*. Trabalho apresentado para a V Reunião Nacional do GTGênero. Recife.
- VIEIRA, Vera. (2001), *Pelo fim da visão marketeira no tema da comunicação*. Trabalho apresentado para a IV Reunião Nacional do GTGênero. Recife, novembro.
- VERA, Vieira. (ed.) (2001), *Debate informativo GTGênero-Novib*.

Parte I
O gênero nos contextos de
intervenção das ONGs.

REFLEXÕES SOBRE O PODER E AS INSTITUIÇÕES SOB A ÓTICA DO FEMINISMO¹

Cristina Buarque

No convite para fazer esta fala havia uma intenção recomendada: ela deveria trazer aos participantes o pensamento feminista em toda a sua radicalidade.

E o que seria, hoje, um pensamento político radical senão aquele portador de utopia? É ela, a utopia política, sem margem de dúvidas, a mais transcendente das forças criativas para a transformação das sociedades. A única capaz de provocar mudanças sociais, econômicas e culturais, muito embora estas não possam ser completamente fiéis ao provir propugnado.

Nem mesmo a utopia² política tem um só significado e, assim, não é significada por todos de uma mesma maneira. Por isso, será de valia para a compreensão de nossa exposição revelar a qual nexo histórico pertence a utopia feminista.

Para executar essa tarefa, tomamos, inicialmente, a visão de Bobbio (1997) para afirmar que, no pensamento político-sociológico feminista, a utopia política é uma constante reflexão em cada tempo e em cada país, para além da sociedade ocidental. Logo, o feminismo não estabelece nexos com a perspectiva utópica clássica, cujo cerne é a regeneração da sociedade mediante a maximização dos seus valores positivos, nem com a bíblica, a qual previa o abandono dos males, através do deslocamento da sociedade para a terra prometida, muito menos com a moderna, que depositou toda a sua fé nas mãos do progresso da ciência e da técnica, reduzindo o mundo novo a cifras de necessidades e aspirações satisfeitas, até invalidar a utopia como forma de pensar o bem para a sociedade.

O pensamento feminista estabelece nexos, sim, com a crítica epistemológica das utopias, formulando, porém, a sua própria

crítica às utopias, por não encontrar ainda naquele pensamento, com o qual se identifica, o escrutínio pertinente aos conteúdos patriarcais contidos nas utopias de todas as épocas. Ressalte-se, entretanto, que ele não nega o valor do pensamento utópico para a humanidade.

Naquelas ilustrações acima e em quantas mais trouxéssemos, de Platão a Herbert Marcuse, passando por Fourier e Marx, a matriz ideológica para a formulação das utopias jamais abandonou o preceito da obediência às leis do pai — reverenciado na filosofia, na religião e na ciência — como fundamento para as sociedades desejadas, mesmo que alguns utópicos tenham discorrido sobre o amor livre, sobre a liberdade da mulher e a extinção da família. Nada disso é consistente diante da reserva da primazia do exercício do poder que eles (os utópicos) garantiram aos homens. Os discursos das sansimonistas e de Flora Tristan são por demais esclarecedores: nem o socialismo utópico de Fourier, nem o socialismo científico de Marx, respectivamente, renunciaram à regulação do poder patriarcal sobre a sociedade, preservando, portanto, no campo dos ideais, as raízes das desigualdades entre homens e mulheres. Em outras palavras, não renunciaram ao poder que começa na ordem paterna, estende-se ao domínio do conhecimento e chega à condução dos povos, nomeando os homens como seus únicos e principais executores. Poder cujo pilar é a coação e que impõe, por princípio, à 50% da humanidade, a condição de externalidades.

Esse elemento, unificador do sonho de épocas tão diferentes social e economicamente, no nosso dizer, constitui a supra-estrutura do poder, sobre a qual repousa a formação de todas as hierarquias das relações humanas na civilização ocidental.

Implodindo o sonho da continuidade, o pensamento feminista avança no sentido utópico, por incluir, em sua matriz, a radicalidade do desejo de construir os alicerces de uma cultura despojada do poder de coação, como instrumento primeiro da mediação das relações humanas, e de ressignificar as atividades produtivas e reprodutivas, o que representa um confronto sem tréguas com o patriarcado, seja com a sua faceta paternalista, patrimonialista, tirânica, romântica ou igualitária.

A introjeção da perspectiva patriarcal, nas utopias políticas e sociais, mais do que impossibilitou a chegada de qualquer sociedade a um lugar feliz, como queriam os profetas bíblicos, ou ótimo, como sonharam os clássicos, privou a sociedade, nos tempos modernos, de formular qualquer proposta que contivesse a possibilidade de um mundo melhor com liberdade e igualdade, mesmo que algumas sociedades impulsionadas por aqueles ideais tenham beirado um outro mundo, um outro lugar.

Assim, esse outro lugar, diferente do propugnado, não correspondeu, porém, apenas ao lapso, aparentemente de enormes proporções, que se estabelece entre o prescrito pelo pensamento utópico e o realizado pelo labor técnico-científico-administrativo das sociedades. Essa é uma diferença intransponível e decorre, dentre outros fenômenos, daqueles relativos à linearidade do pensamento e à multidimensionalidade da realidade. Na Modernidade, diz respeito, sim, ao pensamento que se disse utópico e se construiu preso ao elemento histórico da ordem preexistente, responsável pela regulação da cultura das desigualdades: o patriarcado.

Como afirmava Mannheim,³ já em 1929, a mentalidade utópica pressupõe não somente estar em contradição com a realidade presente, mas romper os liames da e com a ordem existente. Logo, a proposta utópica bipartida dos modernos, na qual, por um lado, deixa intocada a base patriarcal da cultura e, por outro, advoga as igualdades socioeconômicas, através da universalização de uma superprodução de bens a ser propiciada pelo progresso da ciência e inaugura uma esquizofrenia histórica a ser resolvida.

Não se transforma uma sociedade mantendo os constituintes que lhe dão vida. Isso é impossível, mesmo que pensável. Nesse caso, a utopia pode ser definida como um lugar que não existe. A grande crítica a se fazer ao pensamento utópico da igualdade não se dirige às irrealidades projetadas, mas à base de irrealidade na qual os modernos assentaram as suas propostas, quais sejam: desconhecer nas mulheres a humanidade e negar a totalidade humana da espécie. Foi partindo dessa irrealidade que os modernos

puderam sonhar com a igualdade, negando às mulheres direitos, deveres, talentos e prazeres.

A ruptura definitiva com o patriarcado se constituía já naquele, então, em pré-requisito para pensar uma sociedade justa. Hoje, ela significa condição *sine qua non* à retomada de uma mentalidade utópica capaz de interessar aos seres humanos, desprendendo-os de sua volta aos grilhões das religiões e de sua dependência da sociedade de consumo, a qual só se mantém às custas do desperdício, da destruição da natureza e das desigualdades. Questões para as quais a ciência não tem solução. O espaço de equacionamento da organização da sociedade é o político. Nele convivem os diferentes, os grupos, os interesses. Para a ciência, o princípio é o indivíduo, é a repetição, a reprodução, o padrão, enquanto as diferenças são desvios, irregularidades.

E é sobre essa esquizofrenia histórica, reproduzida em todo o tecido social, que o feminismo — após ter tirado proveito de todas as brechas das utopias da universalidade e, desse modo, criado uma consciência ativa quanto ao processo que levou as mulheres a um lugar de direitos — se debruça, negando a perspectiva utópica quantitativa dos tempos modernos, contida no universalismo, que se apoiou no mercado e no cientificismo, sem se dar conta de que:

- Esses ambientes, com o diz tão bem Boaventura, são impossíveis de criar solidariedades.
- Política não é ciência; esta última cuida do homem, aquela cuida da pluralidade dos homens, como afirma Arendt.
- Utopia é um pensamento que se constrói para além de uma realidade sedimentada, porém, com base nessa realidade e não sobre uma fantasmagoria ou redução dessa realidade.

Com isso, o feminismo desafia o pensamento ocidental, dizendo que o Ocidente nem é um espelho do universo, nem a sua feição mais desenvolvida seria referência de lugar da felicidade.

Todo o século XX foi um marasmo em termos de pensamento utópico, chegando à calma total com a dissolução do mundo

socialista e o entronamento do mercado. Ele reflete a descrença da humanidade em si mesma. Nesses cem anos, nenhuma luz surgiu no fim do túnel, trazida pelas correntes dominantes do saber e do pensar. Apenas, de forma muito tímida, um autor ou outro apontou para a perspectiva feminista como possibilidade de reconstrução da sociedade ou como elo vivo com a esperança de um mundo justo.

É preciso ser entendido, definitivamente, que as utopias têm a força de transformar as sociedades porquanto dão sentido à vida cotidiana dos indivíduos no presente.

Sem escamotear a questão, nos perguntemos finalmente: por que não se reconhece as desigualdades de gênero como princípio instaurador da realidade de desigualdades existente e parte-se para formular uma utopia, na qual a sociedade deva ser construída por mulheres e homens e para mulheres e homens, abandonando completamente a idéia de construção de sociedades para homens e para as esposas, mães, filhas, avós e amantes dos homens?

Essa é uma proposta de transformação civilizatória em marcha, capaz de promover a ressocialização de todas as instituições da sociedade, da família ao Estado. Se ela não pode prometer a felicidade, pode, pelo menos, comprometer a continuidade desta civilização que foi tão infeliz.

Em resumo, é essa a radicalidade que assume o pensamento feminista frente às outras utopias para a transformação das sociedades.

O ESTADO REDUZIDO E UMA FAMÍLIA FANTASMA: O MASCULINO E O FEMININO, OS DOIS GRANDES REJEITADOS DO SÉCULO XX

Desde o século XVII até os anos 60, o Estado ocupou uma posição central nos sistemas políticos do mundo ocidental. Sua supremacia sobre todas as outras formas de organização da sociedade o elevou na Modernidade à condição de sujeito político principal. Paralelamente a esse desenvolvimento, observa-se a expropriação das funções produtivas e governantes da família e a sua redução à condição de simples unidade reprodutiva, destituída da capacidade de gerar saberes.

Hoje, no alvorecer do terceiro milênio, esse quadro se apresenta modificado. A crise do papel do Estado-nação, no sistema político, está completamente consolidada, com repercussões não só sobre a continuidade de sua liderança política, provocada pela proposta neoliberal de redução de suas atribuições administrativas, mas também sobre a sua soberania diante da liberdade interestatal das forças econômicas.

No que se refere à família, esses longos anos de “incompatibilidade”, com as especializações para administrar a coisa pública e para produzir bens e serviços para a sociedade, combinados ao controle da natalidade, à exacerbação do consumo, como função social, e à descaracterização do provedor e da reprodutora em seu interior, tornaram-na uma instituição virtual, um fantasma social. Revelaram, porém, todo o seu conteúdo de unidade política da vida moderna, e que o privado está fundado em relações de poder conectadas, intrinsecamente, às relações de poder do espaço público.

Para discutirmos esse processo e observarmos qual o lugar do gênero, como variável constitutiva da formação do poder, seja na sua condição histórica de elemento subordinado-ordenador das desigualdades do sistema, seja na condição de tentativa de desconstrução do masculino e do feminino, vivenciada através da desmobilização de algumas prerrogativas da supra-estrutura patriarcal, teremos que nos reportar aos dois grandes paradigmas da Modernidade relacionados àquelas instituições, quais sejam: a ampliação do poder do Estado e a redução das funções da família, confrontando-os com as propostas atuais de redução do Estado e ampliação das funções da família.

Sem medo de errar, podemos dizer, de imediato, que essas tradicionalíssimas instituições da sociedade são completamente maleáveis diante da vontade econômica e, portanto, também da vontade política. A identificação de qualquer elemento permanente nas suas estruturas de organização e de funcionamento refere-se, apenas, à supra-estrutura de poder, ou seja, ao poder patriarcal, no qual se fundamentam as forças de coação das sociedades modernas, para colocar limites nos paradigmas de

igualdade e liberdade, defendidos na sua matriz político-ideológica. As estruturas dessas instituições se mantêm numa correspondência biunívoca, para responderem àquelas vontades. Dessa maneira, só desfrutaram ou desfrutam de alguma soberania, no tempo e no espaço, sob determinadas condições.

Patriarcado *versus* Estado e Família Modernos

Apartando-se da religião e da riqueza⁴ e rompendo o esquema familiar de sucessão do poder, o sistema político moderno foi constituído sobre dois grandes pilares: o Estado de Direito e a sociedade civil. A forma jurídica do Estado de Direito prevê a liberdade pessoal, política e econômica dos homens e a não-liberdade pessoal, política e econômica das mulheres. Essas liberdades e não-liberdades são os direitos e os não-direitos constitucionais fundamentais. Eles constituem e garantem o Estado Moderno, ora dando limites à sua própria ação de poder sobre a sociedade, ora impondo à mesma os limites da democracia burguesa patriarcal.

A exclusão, por princípio, de 50% da população (as mulheres) do acesso aos direitos constitucionais vai, então, interceptar, nos planos formais e simbólicos, os compromissos da sociedade moderna com a igualdade, ou melhor dito, garantir, nos planos formais e simbólicos, a reprodução das desigualdades necessárias ao funcionamento de uma sociedade cuja inspiração foi a liberdade econômica. Num outro campo, temos as sociedades inspiradas no controle absoluto do Estado sobre a economia, enclausurando todas as demais liberdades. Enfim, é como expressou a sua preocupação Durkheim, no século XIX: estamos frente a sociedades inspiradas, basicamente, nas relações econômicas. Um confronto mais profundo com esse elemento da lógica da matriz das sociedades modernas ainda é pouco valorizado pelos estudiosos do poder, incluindo as feministas.

Do outro lado do sistema político, está a sociedade civil, demandante de direitos sociais, ou seja, daqueles direitos referentes à participação dos cidadãos no poder e na distribuição da riqueza produzida socialmente. Os direitos sociais, externos à constituição

do Estado burguês, que, na acepção de Bobbio, são *imprevisíveis*, e na nossa, também, infundáveis, foram sendo reconhecidos — quando solicitados por grupos de interesses organizados politicamente — através das funções do parlamento e das estruturas administrativas do Estado burguês. Eles não definiram o Estado Moderno, logo não seriam direitos constitucionais, fundamentais.

Foi, porém, nesse campo, apenas não-constitucional para os homens e inconstitucional para as mulheres, até pouco tempo, uma vez que elas não tinham acesso aos direitos fundamentais, que setores das populações femininas travaram suas lutas por liberdade, enquanto setores da população masculina empenhavam-se em ampliar a sua participação no poder do Estado.

O movimento de expansão de direitos sociais tanto fomentou uma maior intervenção do Estado na sociedade, ampliando o seu poder, como pareceu levar a Modernidade a cumprir as suas promessas de progresso junto às classes trabalhadoras, uma vez que ele ameaçava restringir as liberdades econômicas dos setores detentores dos meios de produção.

Liberdade e participação constituíram, dessa forma, uma tensão no sistema político moderno, a qual se sustenta, ainda, nos dias atuais, através do embate, no interior do Estado de Direito, entre direitos fundamentais e sociais, ampliando e reduzindo poderes, em movimentos intermitentes de avanços e de recuos, no sentido da perspectiva democrática. Contudo, a tendência de perda do controle, pelo sistema político, sobre essa tensão, causa impactos no modelo de organização e de funcionamento do Estado e da família. Esse fenômeno acontece sob duas condições principais: quando estimulado pela radicalização das liberdades econômicas, propugnadas pelos setores da sociedade civil detentores dos meios de produção, os quais passam a exigir mudanças na estrutura do Estado, para suportar uma dose extra de desigualdades; ou quando desencadeado pela radicalização da participação da sociedade civil no poder do Estado, requerida pela totalidade dos setores tradicionalmente excluídos do poder, que vêm reclamar por transformações na estrutura do Estado, para ampliar as igualdades.

No que tange às relações de gênero, o reconhecimento da liberdade das mulheres, no espaço do Estado de Direito, restringiria o poder dos homens, pois extinguiria um vasto campo do seu domínio sobre elas, atingiria a estrutura do sistema político, uma vez que anunciava a quebra do monopólio masculino da liberdade, sobre o qual se assentava o Estado de Direito burguês, e ampliaria a participação política da sociedade civil no poder do Estado, inclusive por introduzir novas demandas por direitos sociais, o que, por sua vez, restringiria ainda mais aquelas liberdades.

Com isso, o Estado burguês estaria sendo encurralado por todos os lados. A liberdade econômica estaria sendo prejudicada pelo aumento da participação da sociedade civil no poder, e a inclusão das mulheres, como portadoras de direitos constitucionais, golpeava o seu pilar regulador das desigualdades (o patriarcado) nas duas pontas da sociedade: o Estado e a família.

Sociedade Civil e a Desconstrução do Feminino

Por fim, instaurada formalmente a cidadania das mulheres, através do direito de acesso das populações femininas às liberdades constitucionais, resignificava-se a própria condição de gênero das mulheres até então assente na não-liberdade pessoal, econômica e política, expelindo da sociedade o feminino, seja nas relações de produção, reprodução, cidadania ou do campo interestatal. Processo que vai se apresentar realmente promissor também a partir da década de 60 do século XX, nos países centrais, e 15 anos mais tarde nos países periféricos.

A expulsão do feminino como arquétipo do ser mulher, produz, inicialmente, a tendência de adaptar as mulheres aos modos de ser do masculino. A superação desse momento foi propiciada pela compreensão de que as mulheres tinham saberes e experiências a incorporar em todo o tecido social e para isso era preciso reconstruir a sociedade para que elas pudessem existir como seres plenos no seu interior, tanto despojadas de muitas condicionantes do feminino, quanto sem se submeterem às prerrogativas do modelo masculino de existência. Essa reconstrução perpassaria as instituições do Estado e a sociedade civil, incluindo a família, na direção da quebra de suas formas de organização e funcionamento

referenciadas no monopólio masculino da liberdade e dos direitos. Monopólio esse que permitiu o mascaramento das conexões entre os espaços público e privado, através do mecanismo de gênero responsável pela definição de representantes, diferentemente sexuados, para cada um daqueles espaços.

Na família, o processo de reconstrução vai, então, ser determinado pela revisão das normas de convivência relativas à virgindade, à fidelidade e infidelidade e ao desejo sexual, demonstrando-se todas as implicações desses aspectos com os campos reprodutivo, produtivo e político. Esclarece-se, por fim, que a relação sexual é um ato de prazer justificável apenas na vontade dos parceiros e não um direito do homem sobre o corpo da mulher. Da mesma forma, ao ser a gestação um processo que se desencadeia no corpo da mulher, caberia a ela definir sobre sua continuidade ou não. Constrói-se, nesse âmbito, toda a argumentação sobre a violência doméstica e as propostas de construção de estruturas especializadas na esfera do aparelho de Estado para tratar da questão.

Além desses elementos, as mulheres vão implementar, no espaço privado, o exercício da liberdade de ir para o espaço público, não só para trabalhar e se educar, mas também para legislar, governar e se distrair.

No âmbito da organização da sociedade civil, as mulheres tanto vão misturar-se aos partidos, aos sindicatos e às organizações comunitárias, como vão constituir-se em grupos por identidade de gênero, de características muito particulares. Essa última trajetória além de fazer face à intolerância das estruturas mistas à sua participação — geralmente restrita às tarefas de infra-estrutura —, vai lhes possibilitar preservar altos níveis de autonomia e de liberdade de discussão, o que resultou na construção de novas formas de organização e novos parâmetros de reflexão sobre a sociedade. Com isso, lideraram, praticamente, o surgimento dos novos movimentos sociais. Esse é um fenômeno internacional que, no entanto, encontra suas identidades próprias em cada região na qual se localiza.

Porém, é importante dizer, logo aqui, que a estratégia feminista para reconstrução do Estado, a partir da década de 80, tem tido

como alvo de intervenção muito mais o poder executivo do que o legislativo. Na nossa perspectiva, a ampliação dos direitos sociais, em escalas profundas, vinha ao mesmo tempo recolocar limites na intervenção do Estado sobre as liberdades pessoais, como é, por exemplo, a questão do aborto. É ilustrativo, nesse caso, a luta por criação de instituições no sistema de saúde, voltadas para atender as mulheres que não desejam dar prosseguimento à gravidez.

É interessante observar que o feminismo não apostou em tomar assentos no parlamento com vista a redesenhar a sociedade. Ele vem participando desse espaço através de mecanismos temporários, muito mais para retaliar as forças conservadoras do que mesmo para propor. Sua concentração de esforços está dirigida às instituições do executivo. De alguma maneira, essa opção acompanha a tendência geral da sociedade, incluindo aqui os setores detentores dos meios de produção que, por outros motivos, afastaram-se do parlamento como instância decisória, esvaziando-o. Observe-se, no entanto, que para conseguir as liberdades constitucionais para as mulheres, as feministas travaram acirradas lutas com o parlamento, inclusive para obter o direito de tomar assento nesse parlamento.

Na visão da maioria das mulheres, romper as muralhas do espaço doméstico significa alçar-se à liberdade, enquanto para o feminismo reconstruir o Estado significa qualificar essa liberdade como objeto de interesse da população e não apenas de interesse específico, cuja prática se constitui em garantia para o desenvolvimento da democracia, uma vez que rompe com um dos princípios da condição feminina, qual seja, a submissão das mulheres ao espaço privado.

Estamos vivendo uma fase transitória de reordenação de todos aqueles elementos que regem a vida privada, sem contudo haver logrado uma redistribuição eficiente das tarefas domésticas entre homens e mulheres, de tal forma que as triplas jornadas de trabalho ainda são uma realidade daquele feminino em dissolução. Em outras palavras, são a realidade da exploração das mulheres, a qual se torna mais palpável com a negação da submissão.

Dessa maneira, a redução do Estado social, acompanhada da internalização de tarefas produtivas no ambiente doméstico ou

mesmo a ampliação das funções da família,⁵ resultantes da reordenação do sistema capitalista em termos mundiais, encontra nas mulheres organizadas um grande oponente a curto prazo e nas não organizadas também, só que a médio e longo prazos. Inclusive porque tudo isso se opera omitindo-se o conhecimento sobre a transformação da realidade familiar.

A Família e a Redução do Masculino

Para tentarmos explicar a expulsão do masculino não basta fazer o pensamento dedutivo: se a construção do masculino e do feminino são frutos de relações sociais, rompido um dos lados que sustentavam essa relação, o outro perderia o sentido existencial. Não, a expulsão do masculino tem suas especificidades, uma vez que os homens além de serem atingidos pela proposta feminista — que desconstrói o feminino, deixando-lhes sem referência —, estão, também, ameaçados de não exercerem o masculino pelo próprio sistema econômico que lhes retira atributos patriarcais. Dentre esses, o mais importante seria a capacidade de prover o grupo familiar. Tal atributo dava aos homens de todas as classes sociais um lugar de poder na sociedade, permitindo-lhes reconhecerem-se como pares e a todas as mulheres, como externalidades. Isso não quer dizer que eles fossem provedores solitários em períodos anteriores. Quer dizer, sim, que a retirada desse atributo, que lhes havia sido garantido pela proposta de progresso da Modernidade e ampliado pelo Estado de Direito Social, quebra com parte de sua identidade social. Leva-os a uma condição natural de ser apenas sexuado, uma vez que não foram construídos outros valores sociais para sua existência.

Essa é uma questão muito séria e que provavelmente tem relações profundas com a violência masculina atual. Porém, é preciso ter cuidado para não confundir o *empoderamento* das mulheres, proposto pelo feminismo, que propugna uma revalorização social dos diferentes labores humanos e sua redistribuição entre homens e mulheres sem hierarquização até a total desconstrução do patriarcado, com a destruição, executada pela política neoliberal, inspirada na concentração das riquezas e no descarte puro e simples de tudo e, principalmente, de todos aqueles que não servem ao mercado de consumo.

Não, nem todos os caminhos dão na venda. O feminismo é referido na perspectiva de justiça social, contrapõe-se a todas as formas de exclusão social e propõe para homens e mulheres novos e iguais valores.

O fenômeno que produz a incapacidade da maior parte dos homens em corresponder ao seu lugar também de provedor dentro da família decorre não só da restrição de empregos, efetuada pela transformação das relações de produção — fundadas no uso *associal* das novas tecnologias e da conseqüente desmobilização das tradicionais formas de representação política masculina (partidos e sindicatos) —, mas também da fidelidade dos homens ao patriarcado. Tudo isso constitui uma traição da sociedade moderna aos homens, na era da globalização. Por tudo o que já foi dito, constitui-se numa autotraição.

A associação desses elementos coloca os homens numa situação ideológica e psicológica de grande apatia com relação ao futuro. O século XX já não foi um século dos homens, mesmo que não tenha sido um século das mulheres.⁶ Foi um século terrível, de grandes e pequenas guerras, em que todo conhecimento gerado pelos homens mais serviu à guerra e à fome do que à paz, à satisfação e ao progresso.

E aqui chegamos ao grande diferencial entre homens e mulheres gerado pela cultura nesses tantos séculos de civilização: para o masculino, a morte ainda é um instrumento para construir ou reconstruir sociedades e relações. Para o feminismo e para as mulheres, a morte é o lugar mais profundo da destruição.

O QUE É A POLÍTICA?

Chegamos ao novo milênio com uma imensa revisão da compreensão humana sobre os significados do masculino e do feminino; qual seja: nem a Natureza nem os deuses determinaram as *desigualdades*. Tampouco, são essas forças que estão a promover as igualdades entre mulheres e homens. As igualdades e desigualdades entre os humanos estão, irremediavelmente, circunscritas ao social.

Finalmente, conseguimos nos esclarecer sobre os fenômenos da opressão e da exploração das mulheres e, mesmo que as suas origens sejam ainda uma nebulosa, estamos conscientes de que eles são gestados pela cultura. Impedir sua reprodução depende da reordenação sistemática dos ícones sociais: a divisão sexual do trabalho, do poder, da política, do saber e do prazer. Nesses campos estavam estabelecidas relações de dominação dos homens sobre as mulheres, impregnando a vida de desigualdades.

Nos últimos trinta anos, elaboramos paradigmas existenciais que se contrapõem às formas patriarcais de gerir a sociedade. À medida que esses paradigmas se legitimam e legitimam os dois sexos como representantes da espécie, expande-se um único sentido humano para todas as relações, rompendo as hierarquias entre homens e mulheres. Fenômeno que repercute sobre as relações humanas, desde aquelas mais primárias, como são as que determinam no espaço privado a formação dos indivíduos, até as mais complexas, localizadas nos campos da produção, do consumo, dos saberes, das tecnologias e da política global. Todas elas vinculadas à satisfação das necessidades objetivas e subjetivas de mulheres e homens.

Os valores feministas abrem a civilização para a democracia numa perspectiva planetária jamais pretendida, enquanto a sua inserção no pensamento filosófico, político e científico, causa profunda comoção nas instituições⁷ da sociedade. Um novo saber: um novo mundo. As instituições vão sendo, então, reconcebidas e implementadas pelos seres humanos, ou seja, por indivíduos, de forma a comportar com justiça toda a diversidade da espécie em suas atividades produtivas e reprodutivas.

Pari passu a esse seguimento transformador da civilização, pelo qual as mulheres se constituíram e se constituem em sujeitos políticos requerentes de uma nova ética nas diferentes atividades humanas, as sociedades se debatem no *reino do mercado* sem limites, instituído pelo poder econômico, que se fortalece com a febre das novas tecnologias, e cujo único “efeito desejado” é o lucro. O desejado perverso carrega, então, o indesejado: a exacerbação das desigualdades. E estando o *reino* para além das fronteiras do Estado-

nação, não só não há um senhor para golpear, da mesma forma como os servos tornam-se invisíveis. Nesse contexto, as normas e os valores criados para construir as convivências não foram compartilhados. Promover o desenvolvimento nessas bases traz uma contradição que o abuso da coação não resolve. Por isso, não há desenvolvimento. Em sua versão definitiva, esse processo poderia, sim, levar à dissolução do Estado, tanto na sua condição de sujeito como de objeto da ação política. Daí tendermos a assumir um certo pudor diante da globalização e falarmos de crescimento das desigualdades inter-hemisferiais norte e sul, em vez de falarmos, às claras, no crescimento das desigualdades no norte e a retomada da política colonial no sul.

Seria regressão o porvir da humanidade?

Política: tal uma Doença da História

Observemos, a partir de agora, a evolução do conceito de política para podermos pensar sobre o significado que ela tem hoje e poderá vir a ter no futuro.

No seu sentido original, *política* significa reflexão sobre as atividades da *pólis*, também conhecida como ciência ou arte do governo. Essa acepção foi consolidada através da obra de Aristóteles, denominada *Política*, com data dos anos 300 a.C., sendo esse significado utilizado por muitos e muitos séculos. Para os gregos, a *pólis* significava o lugar dos iguais e da liberdade. Dela não participavam as mulheres e os escravos. O espaço público contrastava com o espaço privado, onde estariam presentes, também, aqueles diferentes e a falta de liberdade.

Na Modernidade, o termo *pólis* dá lugar ao termo Estado e *política* vai designar o conjunto de atividades relativas ao Estado e, não mais, o estudo dessas atividades. A partir de então, o termo *política* tanto designa os atos no qual o Estado é o sujeito da ação, quanto os atos em que ele é objeto da ação.⁸

Segundo Bobbio, a política, entendida como forma ou práxis da atividade humana, está diretamente vinculada ao conceito de poder. Não se pode, portanto, tratar de política sem se tratar de poder. Mesmo que se possa tratar de poder sem falar de política.

Por isso, talvez, a expressão *poder político* tenha sido consagrada já por Aristóteles.

O autor, referido inicialmente, chama a atenção para o fato de que a política é um meio, porque não tem fins determinados, sendo estes tantos quantas forem as metas que o grupo organizado se propõe a cumprir, segundo os tempos e as circunstâncias.⁹ Por isso, a política, no máximo, teria como fim manter a ordem interna e defender a soberania do Estado-nação, no espaço interestatal.

Por isso, entendemos que, para os modernos, o objeto da política é o governo; o objetivo é o domínio sobre as pessoas para conseguir os “efeitos desejados”, enquanto o poder seria a posse e o uso dos meios para exercer o domínio diante das diversas situações que surgem no grupo de governados, entre estes e os governantes, e no próprio grupo de governantes. Entre os meios para se conseguir das pessoas os efeitos desejados, o mais eficiente, para não dizer infalível, seria a coação física, praticada com todos os instrumentos disponíveis: do espancamento à bomba atômica.

Confrontando as afirmações acima com a história do papel das mulheres nas sociedades, observamos que, excluídas dos espaços da política, elas estiveram destituídas do exercício do poder político. E, submetidas aos homens, nos espaços públicos e privados, estiveram destituídas de qualquer poder.¹⁰ Sua crescente inclusão, nos últimos tempos, poderá modificar o sentido do político, uma vez que a sua presença avilta o perfil do feminino, principalmente por ter sido conquistada numa luta contra o princípio do direito natural da dominação masculina.

Por sua vez, a relação de domínio pode ser, ou não, uma relação política. O poder político, porém, é o que se estabeleceria, obrigatoriamente, através de uma relação de domínio, pois esta é reconhecível entre governantes e governados, soberanos e súditos, Estado e cidadãos, autoridade e obediência e entre homens e mulheres.

A dominação dos homens sobre as mulheres surge, desse modo, como uma relação política por excelência, mesmo que estejam incluídos outros elementos, uma vez que essa dominação objetiva excluir, e exclui, grande parte das mulheres do exercício

do poder político, da *pólis* grega ao Estado moderno, seja na condição de membros do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, seja na de interlocutoras desses poderes.

No entanto, o sentido do político, para os gregos, é diferente do sentido que lhe deram os modernos. Logo, o tratamento atual, conferido por alguns autores ao político, parece estar preso ao significado dado à política pela História do último século. Isso quer dizer que só o que houve é que é política. E o que houve naquele século, mais precisamente, causado pela política em vista do monstruoso desenvolvimento das possibilidades modernas de destruição — cujo monopólio o Estado deteve e ainda detém e, sem o qual, não teria chegado a se desenvolver —, foi desgraça, como afirma Arendt (1999). A redução do sentido da política aos acontecimentos do século XX adoece a história e rouba da humanidade o seu desejo de prosperidade.

Política como o Lugar para a Diferença e para a Liberdade

Para Arendt, no entanto, a política funda-se na pluralidade dos seres humanos e explica: Deus criou a criatura, porém as criaturas são um produto da humanidade. E os produtos da humanidade são construídos através de relações, inclusive os indivíduos. Assim, se a teologia, a filosofia e a ciência cuidam da criatura, a política cuida de sua multiplicidade. Dentro dessa concepção, a política não é algo intrínseco à essência humana, está fora dos indivíduos, surge no *entre-as-criaturas*.¹¹ Ela nasce no *intra-espaço*¹² e se estabelece como relação. Nessa perspectiva, a política está fora dos limites da descrição e da prescrição, indo localizar-se na esfera da transformação.

Sendo a política um espaço relacional, cujo objeto é o governo, o sentido da política, na acepção de Arendt, seria a liberdade, não só para os iguais, mas, fundamentalmente, para os diferentes.

Para as pessoas, a existência depende das relações, inclusive das relações de construção de coletivos para se protegerem e transcenderem. Foram nessas relações, da família até a sociedade, que se estabeleceram a política e também aquelas relações de poder,

em que a coação, antes de ser monopólio do Estado-nação, foi e continua sendo monopólio dos homens. Ora, definido como um espaço relacional, o trânsito das mulheres no seu interior, desvinculado de sua submissão aos homens, muda o sentido da política. Essa não é uma prescrição: é uma observação cuja lógica relacional só pode ser desfeita com o uso da violência.

Não existe qualquer preocupação dos teóricos de fazer a relação entre a coação física, primária, privada, estabelecida pelo poder paterno sobre a mulher e os filhos, definindo os seus destinos sociais e econômicos, em todos os tempos, e o poder político do Estado. Parece que eles continuam a pensar como Aristóteles: o poder paterno emana da Natureza e de uma forma tão radical que não deve, sequer, ser referido.

Entretanto, ao identificarmos tal conexão podemos dizer que a sociedade está impregnada de relações de poder que servem à coisa política. E que, como essa totalização das relações está vinculada ao monopólio masculino da dominação, inclusive através do uso da força física, em todos os campos, a ruptura desse monopólio constrói um novo sentido para a política e para o poder.

Com isso, a perspectiva feminista, igualitária, não exclui os homens da construção da sociedade em todas as suas vertentes e etapas. Inclui, porém, nesse processo, a construção de um feminino e um masculino baseados na igualdade e no respeito às diferenças, valorizando a multiplicidade humana. Nesse sentido, aponta para a dissolução da matriz de poder que estabelece a coação como forma primeira de significar as relações humanas e para a ressignificação das atividades produtivas e reprodutivas. Vemos, dessa forma, que a liberdade é o significado da política para a humanidade, nos tempos atuais, mesmo que se tenha uma pesada herança socioeconômica para desconstruir.

OS PODERES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO DAS DESIGUALDADES

As teorias contemporâneas, sobre a sociedade, indicam que existem várias formas de poder que se exercem entre as pessoas, nas quais umas são sujeitos e outras objetos. Entre elas, vamos

identificar três grandes categorias: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. Como já tivemos oportunidade de anunciar, a dominação dos homens sobre as mulheres alicerçam esses poderes.

O poder econômico é exercido por aquele que tem os meios de produção diante dos que não os possuem, levando os indivíduos a comportamentos, como determinadas formas de trabalho ou de sujeição, que trazem vantagens para o primeiro e satisfação de necessidades básicas para os segundos. Não é demais lembrar que a posse dos meios de produção está concentrada nas mãos dos homens.

Ideológico é o poder que se baseia nas idéias e é exercido por aqueles que, investidos de autoridade e mediante determinadas formas de difusão, são capazes de influenciar o grupo a terem certas atitudes. Esse é o poder dos cientistas, dos filósofos, dos intelectuais, enfim, dos que têm algum conhecimento formal ou não. São os valores que eles difundem, ou o conhecimento que comunicam, que promovem a coesão do grupo e lhes dá uma importância social, além daquela que poderiam ter como sujeitos isolados, fora de um grupo. Esse foi, também, um espaço exclusivamente masculino, segundo o código patriarcal dos direitos.

E o poder político, como afirma Bobbio, “(...) se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (as armas de toda a espécie e potência); é o poder coator no sentido mais estrito da palavra”. E a primazia do exercício desse poder faz parte da identidade cultural dos homens.

Essas três grandes formas de poder, cuja característica comum, primária, é o sexo dos seus executores, consubstanciam o sistema social, fundamentando a organização das forças produtivas, das forças de coesão e das forças de coação.

Nas sociedades desiguais, o poder é exercido através daquelas três estruturas, de forma tal que:

- O poder econômico, que retém a organização das forças produtivas, estabelece as desigualdades entre ricos e pobres.
- O poder ideológico, que organiza o consenso, determina as relações de desigualdades entre sábios e ignorantes.

- O poder político, que organiza as forças de coação, instaura o domínio dos fortes sobre os fracos.

O poder político do Estado, caracterizado pela força de coação e exaltado pelos autores da teoria política, não consegue se impor, porém, para o caso de resolver a questão das desigualdades naqueles governos, sejam liberais ou socialistas, que se dizem ideologicamente comprometidos com os paradigmas da justiça e da moralidade econômicas.

Isso levanta a suspeita de que, na atualidade, emergem estruturas mais vigorosas de governo do que as definidas no sistema político moderno (Estado e sociedade civil), as quais reduzem o potencial do poder coercitivo, baseado na força física, enfraquecendo o Estado-nação como o principal sujeito da ação governativa, no seu interior, assim como o de guardião da soberania nacional, no espaço interestatal.

É a exacerbação da liberdade econômica, rompendo os limites geográficos de cada nação, que dá ao mercado global um poder de governo sobre o Estado, no interior do seu próprio território, retirando-lhe a prerrogativa de soberania sobre todas as outras formas de organização da sociedade. Essa é a conjuntura que os países do Sul atravessam, a partir do final da década de 80 do século passado, em contraste com o arrefecimento das ditaduras militares e a reconstrução do Estado de Direito nos países da América Latina. O modelo ditatorial de governo, o qual representa toda pujança do poder de coação do Estado-nação sobre a sociedade, sai da ordem do dia, sendo substituído pelo poder econômico externo, cujos interesses não são realmente o desenvolvimento de todas as unidades nacionais. Em outras palavras, as atuais práticas do mercado vão subtrair do governo o seu poder sobre o Estado e impor, à política e ao poder, um único sentido: o econômico. Assistimos, portanto, ao fracionamento do poder político do Estado-nacional, através de sua submissão ao poder econômico do mercado global.

Pensamos que a célebre frase do presidente Fernando Henrique Cardoso, pronunciada logo após ele assumir o poder do Estado, no Brasil, autorizando a sociedade civil a esquecer o que ele havia escrito, é ilustrativa da perda de poder do Estado

Moderno. Ou seja, no momento em que poderia comandar o poder e, hipoteticamente, contar com as condições mais promissoras para realizar o que havia proposto, durante toda uma vida como professor, o presidente recua e diz que não acredita mais no que acreditava. Porém, não completou até hoje o seu discurso, dizendo no que acredita. Será que, só naquele então, o teórico se deparou com a fragmentação do poder político do Estado-nação subdesenvolvido?

Qualquer que possa ser a resposta, pensamos que o presidente não acredita mais no futuro e assumiu a inexorabilidade da supremacia do poder econômico, no presente, como imperativo de irreversibilidade da vida política no futuro.

E aqui chamamos à cena mais uma questão basilar: os valores éticos e morais da sociedade estão à mercê dos interesses do mercado global. Esses são construídos abstraindo-se a existência concreta dos indivíduos. Na lógica do mercado existem entidades consumidoras, entidades produtoras, entidades abastecedoras, capital social, capital empresarial, capital humano, e não pessoas. Essa transmutação dos seres humanos, do concreto, em unidades ou coletivos virtuais, cuja forma de garantir um espaço na sociedade limita-se a atos de consumo e de produção, exclui qualquer possibilidade de se construir relações de cooperação, de solidariedade, de justiça. Enfim, de valores que preservem a vida. Portanto, à lógica do mercado são creditados os níveis incomensuráveis de violência dos tempos atuais.

A Globalização nos Caminhos da Humanidade

A partir da década de 50, as sociedades modernas passaram a glorificar a vontade econômica, ou melhor, a acreditar, apenas, na racionalidade dos atributos econômicos para gerar todos os bens e valores. Se nos três decênios seguintes acreditou-se — tanto as esquerdas quanto as direitas, cada qual à sua maneira — que se gerando excedentes econômicos, eles escoariam, naturalmente, para os espaços de atendimento às necessidades de bens e serviços da população como um todo, passado o susto do fracasso teórico e contabilizando-se os dividendos em democracia política, alcançados com a queda das ditaduras militares, retomar-se-ia a

mesma fé. Não houve tempo de formação de novos pensamentos. O sucesso das novas tecnologias da comunicação ofuscaram os raciocínios sociopolíticos. Os seres humanos não pensam com tanta rapidez, quando se trata de valores. Isso é muito diferente quando se trata de ciência. Aqui, há uma rapidez estonteante.

Contudo, toda política, seja ela econômica, social ou científica, não é ciência. Todas elas dedicam-se à multiplicidade dos seres humanos e, portanto, deveriam estar muito mais ligadas aos valores éticos. Assim, como tão bem diz Bobbio, os conhecimentos científicos não servem para formular os valores. E os valores só são formulados e criados nos espaços da vida concreta, nas convivências entre os seres humanos. Fora desses limites, não existem valores, porque sua razão de ser e seu destino são os humanos.

Segundo Santos (1996),

o que há de mais novo na situação presente é que a má nutrição e a fome aumentaram nos próprios países centrais e muito particularmente nos EUA. O que prova à sociedade que a fome e a má nutrição não dependem tanto do nível de produção agrícola ou do nível geral de prosperidade do país, como das assimetrias sociais, do abismo crescente entre ricos e pobres.

Talvez não estejamos tão mais pobres, hoje, do que sempre estivemos, em relação ao outro hemisfério, por causa da globalização. Estamos, sim, é incapacitados, mais uma vez, de gerar riquezas, nesse hemisfério, e para esse hemisfério. Essa é uma questão fundamental herdada dos tempos coloniais e não resolvida em todos os tempos. Na verdade, isso nos empobrece muito. Pois, enquanto houver crença absoluta nos processos econômicos para solucionar a nossa pobreza e a dos outros povos, a humanidade continuará caminhando para uma hecatombe. E ela não seria causada pela bomba atômica, cruzando o globo de norte a sul e de leste a oeste. Creio que essa ameaça fatal, posto que destrói a vida, está, a curto e médio prazos, superada. Sem vida é um lugar no mundo que não existe, nem para a morte.

Porém, a potência do mecanismo da descartabilidade atinge, nos dias atuais, o nível de superação quase instantânea de tudo o que se produz. E esse fenômeno tem um caráter aterrador, que é a

banalização da morte. Pois ele destrói as vidas. Assim, a descartabilidade experimentada com intensidade no mundo material, se estende à subjetividade humana, na atualidade, perpassando todas as relações, sejam estas afetivas ou sociais.

Os valores éticos e morais, aos quais nos referimos na linguagem comum, pertencem a outras sociedades. Por isso, apenas perambulam entre nós, como mortos vivos. Essa sociedade, determinada pelo consumo, não criou nem um valor: apenas banalizou a miséria, a violência, a sexualidade, o sentimento e a existência humana. E, aqui, não poderemos ter a mesma benevolência com os homens, que tivemos em parágrafos anteriores, dizendo, genericamente, que a humanidade pensa devagar quando se trata de valores. Não podemos fazer de conta que compartilhamos, com eles, o espaço de sujeitos desse processo.

Senhores, essa mesa foram vocês que arrumaram enquanto nos impunham, através das forças de coação do poder político e do poder paterno, o silêncio e a inanição política. Não estamos, com isso, dizendo que faríamos melhor, mas, seguramente, diferente, juntos ou sozinhas. Estamos dizendo, apenas, que as mulheres não fizeram — e não por omissão —, mas por interdição. Penso que precisamos falar claro dessas questões, porém sem intenção de criar culpas, como se diz vulgarmente, mas para desenvolver consciências críticas e não banalizar as responsabilidades.

Portanto, homens e mulheres da política, por sua condição de gênero, vivenciam agonias diferentes, diante do caos global. Para elas, ou melhor dito, para nós mulheres, sem dúvida, rejeitar esse produto civilizatório não traz incoerência ideológica ou constrangimento psicológico. Não existem laços entre os elementos constitutivos da sociedade de consumo e as nossas forças criativas. Para os homens, existe o conflito que se estabelece no criador que destrói a sua criação.

Assim, a rendição das tradicionais forças progressistas a esse momento, significando a inexorabilidade do poder do mercado, como elemento irreversível no processo de construir uma sociedade, uma civilização justa e igualitária, a médio e longo prazos, passa pela condicionante de gênero dos habituais

protagonistas daquelas forças (os homens), que, sem se darem conta, vivem o masculino como caricaturas da potência dos super-heróis.

Um outro elemento intrigante, que surge no cenário das análises sobre o fenômeno da globalização, é a afirmação de que as mulheres ficaram mais pobres. Ora, isso é mais uma vez desconhecer o que as mulheres conquistaram no campo das liberdades e que lhes permitiu acessar as riquezas. É desprezar, também, o quanto elas aparecem como responsáveis pelo sustento das famílias. É fazer de conta que a queda do provedor não existiu. É dizer que as mulheres ficaram mais pobres porque os homens ficaram mais pobres. Não, as mulheres, como indivíduos, não ficaram mais pobres. A globalização pode, sim, é interceptar, a médio prazo, o seu processo de transformação econômica.

De toda maneira, devemos ter claro que a globalização atinge a todos, porém diferencia homens e mulheres, tanto por suas tradicionais condições de gênero, quanto pelo fato de as mulheres terem posto em marcha a transformação do feminino.

Enquanto os indivíduos vivenciam essa enorme parafernália — criada pelo *empoderamento* das forças do mercado, no nível planetário —, apelando para toda a sorte de magia, surgem, no espaço da sociedade civil organizada, duas fontes de pensamento em busca de valores que se contraponham, politicamente de forma consistente, às circunstâncias regressivas de uma civilização que perdeu de vista o ser humano e a preservação do seu *habitat* como referências para o seu labor.

O resgate das mulheres e o da Natureza — os dois grandes objetos desse longo processo de espoliação —, através do pensamento feminista e do pensamento ecológico, respectivamente, lideraram o movimento internacional de condução da humanidade no sentido de que esta deixe de idolatrar as coisas e passe a amar a vida e a si mesma.

O Feminismo e os Caminhos da Humanidade

A ação político-feminista localiza-se no campo do poder ideológico, à proporção que constrói um conhecimento e um modo de pensar sobre a sociedade de que os indivíduos não dispunham,

criando, inicialmente, nos espaços público e privado, uma autoridade e um lugar de fala e ação para as mulheres. A partir daí, o Movimento Feminista passa a se apropriar da parte que lhe cabe, como membro da sociedade civil organizada, da autoridade para ordenar a criminalização e a descriminalização, a penalização e a despenalização, desautorizando os homens ao monopólio da posse e ao uso dos meios do poder para regular a sociedade.

Quatro são os seus alicerces:

- Construção de direitos de gênero comuns aos dois sexos, eliminando a dominação do homem sobre a mulher e, portanto, redistribuindo o poder, a exemplo da conquista dos direitos à educação, à profissionalização, ao saber, à herança, à administração econômico-financeira do patrimônio, ao exercício do poder, à individualidade e à liberdade sexual para as mulheres.
- Descriminalização das faltas imputadas às mulheres, por sua condição de gênero, promovendo a equidade dos valores morais, a exemplo da descriminalização do adultério, da perda da virgindade e do aborto.
- Penalização dos crimes cometidos pelos homens contra as mulheres, impondo limites à violência forjada nas desigualdades de gênero, a exemplo do estupro e de todo e qualquer ato de coação e de violência cometido contra as mulheres, nos espaços público e privado.
- Reconcepção das instituições, sob a ótica da igualdade de gênero, de forma a se contemplar, nos espaços público e privado, as tarefas da produção e da reprodução, sem prejuízos vivenciais, sobrecargas de trabalho ou de responsabilidades para mulheres ou homens, a exemplo das creches, das licenças-maternidade e paternidade, dos serviços de saúde e de segurança.

Por fim, a complexa vivência das mulheres, na exclusão do uso da força e do poder de coação, lhes possibilita compreender a existência humana e política, sem a presença desses mecanismos que lhes são ausentes como instrumentos para gerir a vida. Melhor dito: elas vivenciam a ação dessas forças, apenas, na condição de objeto. Esse é um dado constitutivo da realidade de gênero das mulheres pouco discutido ou valorizado na teoria feminista, muito embora o feminismo proponha a desmobilização dos elementos

constitutivos daqueles mecanismos. Retirando-os do contexto da Natureza, mostrando a sua gestação, a partir da matriz de gênero, ou seja, a partir de relações sociais, e pensando, com base na experiência das mulheres, sobre como desconstruí-los. A desmonopolização seria um estágio primeiro, porém não definitivo, para limitar a sua reprodução.

A contar do momento de cisão do Movimento Feminista com a doxa marxista ou liberal sobre os caminhos da humanidade, ele pôde se colocar sob o crivo da transformação e inaugurar o componente “agilidade de mudanças”, no campo das relações sociais e dos valores culturais. Assim, pôde compreender que não bastaria promover a cisão com os valores do feminino e do masculino para que fosse rompida a condição de externalidade das mulheres na sociedade. Isso só aconteceria quando o pensamento feminista fosse capaz de equacionar essa cisão com o todo. Entenda-se esse todo como local, ou seja, referido na sociedade em que está sendo promovida a cisão, e não como universal. Aquele equacionamento, então, somado à auto-exposição às transformações e à despreensão universalista, é que viria a lhe permitir lançar propostas de reconstrução das relações humanas.

Tal reconstrução, que corresponde a seu momento atual, é a reconstrução da sociedade: ela depende da inclusão de um elemento fundamental, qual seja, o de emparelhar o ritmo das transformações de valores ao das transformações tecnológicas. Isso passaria a significar, portanto, a inserção do elemento transformador no campo das suas próprias idéias. Em outras palavras, o cerne do pensamento feminista, hoje, é o de tentar expandir-se em direção a todas as outras Organizações da sociedade civil, e, através do diálogo e da persuasão, se expor à reformulação.

Os processos que conduzem as mulheres à condição de sujeitos políticos constituem paradigmas existenciais para a humanidade. Por outro lado, a regressão, imposta pelo exercício do poder governativo pelas forças do mercado, transfigura os homens, sobretudo aqueles que detêm os meios de produção, em espectros, que atuam no tempo e no espaço, sem forma humana. De *per si* ou combinados, esses processos exigem constantes avaliações sobre o poder e a política, nas quais se colocam as

seguintes questões: O que é o poder? e O que é a política? Suas reconceituações, por sua vez, fecham e abrem os ciclos da construção da convivência humana. Estamos, portanto, novamente, envolvidas com a tarefa de reconceituar o poder e a política.

NOTAS

1. Artigo produzido como marco teórico político da *Oficina Gênero: Poder e Instituições*, promovida pelo GTGênero da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, realizada nos dias 5 e 6 de março de 2001, no Recife, sob coordenação do Instituto Pólis e SOS Corpo Gênero e Cidadania.

2. O termo *utopia* encontra eco na literatura, em forma de ficção, na sociologia e na política e é entendido no sentido comum por *lugar que não existe*, principalmente por representar o lugar da felicidade. Essa contraposição de felicidade à ausência, à inexistência baseia-se na história, pois à história é credenciada a qualidade de testemunha da realidade. Como afirma Toynbee, os homens até hoje só não foram capazes de ser felizes. Esse é o presente, é o passado, é uma realidade temporal. Porém, essa realidade não pode determinar as possibilidades humanas. De forma que a utopia é um lugar que não existiu e que não existe, porém não pode significar um lugar que não existirá ou que não deve ser desejado, pois ela não está limitada à realidade. A imposição de renúncia à utopia, por crença na realidade, decretaria, assim, a morte da humanidade.

3. Citado por Bobbio e outros (1997) no *Dicionário de Política*, vol.2.

4. No Estado Absoluto os que detinham o poder representavam igualmente a riqueza do Estado. No Estado Constitucional isso não vai mais acontecer. A riqueza aparta-se do Estado.

5. A recente valorização da agricultura familiar nos países do Sul, sem nenhuma discussão crítica sobre o que significa essa família para as mulheres do campo, é exemplar para esclarecer em que direção estão sendo construídas as políticas públicas voltadas para corrigir a secular situação de miséria das populações ligadas à terra.

6. A aparição, nos séculos XVII e XVIII, da doutrina dos direitos do homem abre um grande ciclo — marcado por sucessivas ampliações de direitos em diversos campos das atividades humanas — que se fecha a partir de meados do século XX, com a extensão desses direitos às mulheres, visto que essa inclusão desencadeia uma nova onda de direitos.

7. Entendemos instituições aqui no sentido dado por Robert Putnam, em seu estudo sobre as diferenças no desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália. Qual seja, tudo é instituição, desde as filas de ônibus até os mercados financeiros. Embora umas sejam coisas tão simples e, outras, coisas tão complexas. Todas elas, porém, se baseiam na existência de valores compartilhados e de normas que são criadas. Instituições são, portanto, valores compartilhados que criam uma certa normatividade, que organizam a conduta social. Só entramos numa fila de ônibus ou de banco porque esperamos que todas as outras pessoas façam o mesmo. Por quê? Porque supomos que nós todos partilhemos de uma mesma normatividade. Senão, ou nós todos avançaríamos no ônibus juntos, o que seria a barbárie, ou, então, teria que haver uma polícia para nos coagir a seguir aquela fila e, aí, seria a coerção. Entre a barbárie e o estado coercitivo, que nos obriga a seguir uma norma, existe a possibilidade de se criar uma sociedade baseada na cooperação.

Na nossa visão, a reconcepção das instituições, sob a crítica da ótica de gênero, é a base da cooperação para a construção de uma sociedade portadora de valores correspondentes às necessidades e aos desejos de homens e mulheres. Valores e normas realmente compartilhados e construídos socialmente. Do contrário, manteremos a coação como instrumento para gerir a conduta social.

8. No primeiro caso, estão todas as ações em que o Estado proíbe ou autoriza coisas para o conjunto da sociedade ou para um determinado setor social, exerce o domínio exclusivo sobre um território, legisla a partir de normas e administra recursos. Como objeto, estão aquelas ações dirigidas ao próprio Estado, a exemplo da conquista, da manutenção, do fortalecimento, da ampliação, da reformulação ou da derrubada do poder estatal.

9. Essa compreensão viria de Hobbes e Russel, quando eles afirmam que o domínio sobre a Natureza e sobre as pessoas constituem-se em meios para alcançar os “efeitos desejados”, quaisquer que eles sejam. Ambos os domínios não têm um fim em si mesmos e o primeiro escapa da esfera da política.

10. Textos, como *A Greve do Sexo* e *A Revolução das Mulheres*, de Aristóteles (411 a.C.), *O Banquete*, de Platão (aproximadamente 450 a.C.) — onde surge a figura de Diotima —, *Cidade das Mulheres*, de Christine de Pisan (século XIV), *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges (século XVIII), *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, da brasileira Nísia Floresta (século XIX), até a bibliografia feminista atual, atestam que essa exclusão nem foi natural nem proposta das mulheres.

11. Expressão utilizada pela autora citada.

12. Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah (1972). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____ (1999). *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

AYLWIN, Patrício (1997). Os Desafios do Desenvolvimento Humano na América Latina. In: *Idéias & Debates*, 13. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

BARBIERI, Teresita de (1993). *Sobre a categoria Gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: SOS Corpo.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (1997). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, Vols. 1 e 2.

_____ (2000). *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

CFEMEA (1996). *Discriminação Positiva - Ações Afirmativas: Em Busca da Igualdade*. CFEMEA/ELAS, São Paulo.

HUISMAN, Denis (2000). *Dicionário de Obras Filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes.

MENEZES, Alfredo da Mota (1997). “Conquistas Sociais e Políticas: Um Paralelo Histórico entre os EUA e o Brasil. *Idéias & Debates*, no. 11, Instituto Teotônio Vilela, Brasília.

MOURA, Betina & MENDONÇA, Ricardo (2000). Tendência Mundial: Censo mostra que também no Brasil o número de mulheres aumentou com a urbanização. In: *VEJA* Edição 1.674 de 8/11/2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (1996). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Editora Cortez.

SCHILLER, Friedrich. (1963). *Sobre a Educação Estética do Homem*. São Paulo: Ed. Herder.

SKIDIMORE, Thomas (1988). *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ . (1998). *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

- SCOTT, Joan. (1996). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS CORPO.
- TAVARES, José Antônio Giusti e ROJO, Raúl Enrique (Orgs.) (1998). *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- TOYNBEE, Arnold (1979). *A Humanidade e a Mãe-Terra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO URBANO: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES

Márcia S. Macedo

Uma reflexão sobre relações sociais no contexto urbano nos leva, antes de mais nada, a pensar o entrelace de questões que se articulam contemporaneamente no cenário das cidades — certamente que muitas dessas questões repercutem fortemente também no campo —, formando uma grande teia de contrastes sociais nos quais se interconectam os personagens sociais que constroem cotidianamente o seu direito de “habitar”.

A orquestração de mudanças no contexto da globalização mundial, articuladas pelo grande capital, vem lançando mão de novos processos de produção que fazem dos seres humanos meros apêndices de uma tecnologia que é utilizada cada vez menos em proveito do bem comum. O movimento de expansão do capital atinge todos aqueles que vivem do trabalho e inverte a lógica social fazendo com que passemos a falar em “massas sobrantes” quando deveríamos falar em “riquezas expropriadas”, sob a conivência de um Estado “encolhido”, cada vez mais cúmplice de um amplo processo gerador da exclusão social — que traz no seu bojo a fome, o desemprego, a violência institucionalizada e a crescente ausência de exercício de direitos sociais, como moradia, saúde, alimentação, segurança, educação, lazer e cultura.

Esse processo de exclusão social vem ganhando contornos alarmantes na atualidade e define o retrato de um País predominantemente urbano e desigual — 80% da população brasileira vive em cidades, perfazendo algo em torno de 130 milhões de pessoas —, onde crescem os problemas “herdados” do passado associados às “novas questões” agudizadas pelo modelo econômico do presente. Baseadas numa lógica segregadora e discriminadora, as cidades vêm tendo como seu principal traço definidor a precariedade de acesso da maioria de seus habitantes a aspectos

fundamentais da vida urbana, que vão desde a moradia e oferta de emprego até serviços coletivos, como saneamento básico, limpeza urbana, pavimentação de ruas, iluminação, transporte público e manutenção de áreas comuns, como praças e jardins, segurança pública.

Assim, a cidade como espaço de contrastes articula uma pluralidade de lógicas que atinge de forma diferenciada seus diversos grupos sociais, variando segundo o recorte de classe, étnico/racial, idade/geração, gênero, origem urbano/rural, orientação sexual, religião, entre outros fatores. Essa diversidade também favorece a articulação de diferentes formas de luta por direitos, fazendo da cidade também um espaço social de construção de cidadania ou, como define Dias (2001: 12):

o cenário essencial onde se multiplicam, com grande diversidade, dinamicidade e velocidade, movimentos institucionalizados ou não, lutas particularizadas ou não, que buscam compreender o urbano e reelaborá-lo no sentido de conquistas que vão desde a posse da terra até a afirmação dos direitos das maiorias sociais.

Nesse contexto, pensar as múltiplas formas de opressão que aproximam e separam os sujeitos sociais permite o entendimento da existência de um conjunto de semelhanças e diferenças que se articulam gerando uma combinação de arranjos que não vão necessariamente na mesma direção. Assim, homens e mulheres, ainda que possam partilhar uma mesma situação de classe — como, por exemplo, por não terem acesso à moradia podem estar unidos na luta pela ocupação de uma determinada área do espaço urbano —, vivenciam diferencialmente fatos do seu cotidiano devido à força da dimensão que constitui aquilo que podemos chamar de *experiência de gênero*.

A categoria *gênero*, como um dos principais elementos articuladores das relações sociais no contexto urbano, nos permite entender como os sujeitos sociais estão sendo constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas (Scott, 1990) que atribuem a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, sendo essa diferença

atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante.

Logicamente discutir relações de gênero requer um cuidado para que não se caia na armadilha das fórmulas simplificadoras que convertem o masculino e o feminino em campos estanques e homogêneos, como se homens e mulheres não apresentassem convergências nas suas experiências e representações ou como se entre homens e homens e mulheres e mulheres não existissem também divergências (Sorj, 1993), afinal não podemos esquecer das chamadas *identidades sobrenomeadas* (“mulher negra”, “mulher trabalhadora rural”, etc.). Assim, pensar gênero implica entender que ele se constitui dentro do que Saffioti (1994) chama de *universo conceitual relacional*, isto é, não apenas gênero não é sinônimo de mulher, como é preciso entender que ele regula para além da relação homem–mulher, também a relação mulher–mulher e homem–homem.

Portanto, refletir sobre relações de gênero implica realizar uma releitura de todo o nosso entorno, o que significa, por exemplo, repensar a cultura, a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições como a família ou a religião, os processos políticos como os movimentos sociais ou partidos políticos. A tarefa a que nos propomos neste texto é a de buscar entender como gênero, ao construir uma teia de relações sociais, nos permite lançar um olhar interessado e comprometido sobre os processos sociais construídos e constituintes dos sujeitos sociais no contexto urbano, onde se dão as práticas políticas de diversas organizações comprometidas com a construção de uma nova sociedade.

(DES)CONSTRUINDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DO COTIDIANO

A seguir, discutiremos alguns pontos que possibilitam uma leitura de como a adoção de um recorte transversal em torno das relações de gênero funciona como uma lente que possibilita a visibilização de uma série de aspectos que a sociedade vem naturalizando e que vem assegurando a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres. O que se percebe é que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para

enfrentar os problemas da vida urbana, especialmente aquelas pertencentes ao contingente das classes trabalhadoras. Isso porque ainda há uma grande concentração do poder e de recursos produtivos nas mãos dos homens (meios de produção, como terra e capital, por exemplo), bem como também em termos do acesso diferenciado que estes têm ao conhecimento (domínio da tecnologia).

Nesse sentido, partimos do referencial básico de que, por conta dessas assimetrias, mulheres e homens vivem e pensam o mundo a partir de diferentes “lugares”, tendo, dessa forma, necessidades diferenciadas. O desafio a que nos propomos, portanto, como diria Souza-Lobo (1991), é a busca da compreensão dos vários espaços e relações em que o gênero se constrói, como o mercado de trabalho, a família, as instituições, as políticas públicas, os meios de comunicação, etc., que influenciam diretamente a construção das subjetividades de mulheres e homens.

O MERCADO DE TRABALHO

A princípio, precisamos entender que até um elemento aparentemente “neutro”, como o mercado de trabalho, comporta uma lógica que está atravessada por assimetrias em torno de aspectos como sexo/gênero, idade/geração, raça/etnia ou mesmo diferenciação urbano/rural. No tocante à dimensão de gênero, que nos interessa mais imediatamente, podemos perceber que há uma racionalidade que utiliza a força de trabalho das mulheres em benefício do processo de acumulação capitalista, sob diversos aspectos, desde o não reconhecimento do trabalho doméstico como criador de valor (da própria força de trabalho), seja ele remunerado ou não, tornando-o uma responsabilidade da mulher (esposa, mãe, filha, empregada doméstica, etc.); ou quando remunera diferencialmente homens e mulheres, considerando o rendimento gerado pelo trabalho feminino como suplementar ao orçamento doméstico ou ainda quando se utiliza de certas “habilidades especiais” das mulheres (que logicamente não são naturais, mas geradas pelo processo de socialização e educação diferenciadas) para serviços rotineiros ou que exigem minuciosidade ou paciência (como por exemplo a montagem de placas para equipamentos

eletrônicos ou a realização de atividades repetitivas em linhas de produção), produzindo os chamados *guetos ocupacionais*.

Assim, quando comparadas aos homens, as mulheres não apenas estão nas profissões de menor prestígio e mais baixa remuneração como ainda apresentam taxas de desemprego mais altas; também estão mais presentes, proporcionalmente, no mercado informal, além de terem menor acesso a uma mobilidade vertical positiva (promoções, cargos de chefia, etc.) quando empregadas, estando menos incluídas que os homens nas chamadas *garantias trabalhistas* como carteira assinada, previdência social, etc.

Quando comparadas à força de trabalho masculina, as mulheres tornam-se vítimas de uma perversa lógica que torna as articulações de algumas de suas possíveis características sociodemográficas — como a idade, o estado civil e a condição de maternidade — fatores ainda mais limitantes para sua inserção no mercado de trabalho, o que vai significar uma situação de maior vulnerabilidade para aquelas mulheres jovens que tenham filhos pequenos e que ainda estejam em fase reprodutiva. A presença de filhos (imaturos) entre as mulheres de baixa renda é o elemento que mais interfere na participação da mulher no mercado de trabalho urbano, principalmente em função da insuficiência de equipamentos coletivos urbanos, como creches e escolas em período integral. Essa dificuldade vem levando um grande contingente de mulheres com filhos a buscar a articulação de uma série de atividades informais, com menor remuneração e sem garantias trabalhistas, mas que permitem a conciliação das atividades que desenvolve com aquelas em torno dos cuidados cotidianos com o seu grupo doméstico.

A MULHER, A FAMÍLIA E AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

No tocante à família, gênero é um poderoso instrumento que nos ajuda a entender esta realidade. Em primeiro lugar, mostra que temos uma visão fortemente influenciada pelas ideologias familistas que terminam por produzir uma “naturalização” desse agrupamento humano que chamamos de *família*. Isso significa dizer que tendemos a ter uma representação social comum do *que é*

uma família e desta como condição indispensável para a produção/reprodução dos seres humanos, o que implica a idealização de um ambiente harmônico, repleto de condições necessárias ao desenvolvimento de indivíduos “saudáveis, equilibrados e produtivos”. Em suma, implica pensar numa organização social baseada na divisão social e sexual de papéis, complementares e hierárquicos, expressos na sociedade moderna na figura do “pai/chefe de família” e seu par, a “mãe de família/dona de casa”, logicamente que acompanhados de seu complemento, a prole.

Nesse ponto, é impossível não reconhecer que chegamos finalmente ao modelo clássico da *família nuclear conjugal*, profundamente imbricado às ideologias de gênero, que tende a considerar o “diferente” como “não-família” ou pelo menos família “incompleta” ou “desorganizada”. Essa crítica à família nuclear nos permite perceber que a dinâmica existente no contexto familiar não pode ser comportada em um único modelo de família. Ao contrário, a depender do momento do chamado *ciclo vital de um grupo familiar*, podemos ter uma diversidade de posições, lugares e papéis complementares que demarcam, de uma só vez, relações de parentesco, gênero e geração.

Um segundo aspecto, que a crítica ao entrelace das ideologias familistas às de gênero nos permite ver, é a noção de “chefe de família” predominantemente associada à figura masculina, a quem se atribui o papel de provedor e responsável legal pelo grupo familiar, sobre o qual este exerce uma indiscutível autoridade. Essa análise nos leva obrigatoriamente à desconstrução desse modelo tradicional de família, possibilitando o entendimento da ocorrência de um conjunto de transformações nas estruturas familiares; entre elas, a identificação de outros modelos de convivência e solidariedade entre pessoas, o que traz, particularmente, a percepção do crescimento das chamadas *famílias chefiadas por mulheres*.

Na América Latina, há estimativas de que mais de 30% das famílias são chefiadas atualmente por mulheres e, no Brasil, sabe-se que nas áreas metropolitanas esse número é bastante superior. Na verdade, não se trata de um fenômeno novo, pois há registros da sua ocorrência em grupos populares desde o século XIX, mas, nas últimas décadas, nota-se sua ampliação entre as camadas

médias e populares. Há uma multiplicidade de fatores contribuindo para a ampliação desse fenômeno e de sua visibilidade social, entre os quais se articulam fatores de ordem ideológica e socioeconômica, fazendo com que, de um lado, o modelo ideológico da família nuclear entre em choque com a “nova onda” de mulheres sós com seus filhos, em grande parte decorrente da entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho nas últimas três décadas, o que vem lhes permitindo, particularmente àquelas de camadas médias, melhores condições de manutenção de sua família, independentemente da figura masculina; de outro lado, temos fatores de ordem mais propriamente econômica, ocasionados pelo crescimento do fenômeno entre as mulheres pertencentes às camadas mais pauperizadas da população urbana — particularmente entre aquela situada abaixo da chamada *linha de pobreza* — em um contexto de crescente isolamento dos núcleos domésticos das redes de parentesco e solidariedade, aumentando assim o número de pessoas “livres” de vínculos de proteção social, em situação de pauperismo extremo, evidenciando a ausência do Estado no atendimento às necessidades dessa população e pressionando o delineamento de novas políticas públicas.

A esse respeito vale ainda considerar que as ideologias de gênero vêm definindo um modelo de maternagem e paternagem assentado numa hipertrofia do primeiro (“o filho é só da mãe”) e numa atrofia do segundo (“quem pariu Mateus que o balance”), o que faz com que as mulheres se sintam excessivamente responsáveis pelos cuidados com os filhos, transferindo a quase exclusividade da maternidade biológica para a dimensão da maternidade social. Nesse contexto, as mulheres, independentemente de sua classe social, raça/etnia, idade ou geração, se tornam chefes de família por serem, antes de mais nada, “mulheres”.

A dimensão de gênero é, dessa forma, definidora de um modelo de maternidade/maternagem em que há uma grande centralidade dos filhos no projeto existencial dessas mulheres, levando-as a não pouparem esforços para garantir a reprodução do seu grupo doméstico, independentemente da presença masculina. Observa-se que a identidade da mulher está muito relacionada à identidade de mãe, ocorrendo uma representação

da maternidade como algo sagrado, o que termina por provocar um deslocamento de um papel cultural como se fosse algo próprio da natureza da mulher (processo de “culturalização da natureza”).

Essa mesma ideologia de gênero contribui ainda para legitimar esse papel da mulher, fazendo com que estas se sintam muitas vezes responsáveis exclusivas pelos “seus” filhos, o que termina por fazê-las indivíduos ainda mais dóceis à marginalização, aceitando mais facilmente que os homens situações de penúria, subocupações e trabalhos mais penosos em nome do sustento dos filhos. São as mulheres, dentro do grupo doméstico, aquelas mais dispostas a sacrifícios, muitas vezes não medindo esforços, para que os filhos possam permanecer na escola e venham a conquistar níveis mais altos de escolarização.

Retomando a questão das mulheres chefes de família, a realidade empírica vem mostrando que há uma articulação de fatores como classe, raça e gênero que vem definindo um perfil predominante de mulheres-chefes em condição de extrema pobreza, composta em grande proporção por mulheres negras e com características desfavoráveis à sua entrada e permanência no mercado de trabalho — como baixos níveis de escolaridade e prole em idade escolar. Assim, para que ocorra uma inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, é muito comum a transferência do papel de mãe e dona de casa para outros membros da família, geralmente para a filha mais velha, que na maioria dos casos ainda é uma criança. Alguns estudos vêm mostrando como a transformação das meninas em “mães substitutas” termina por perpetuar as desigualdades de gênero, pois penalizam as crianças do sexo feminino ao acelerarem um amadurecimento precoce destas em relação às de outras classes sociais, além de dificultar seu processo de escolarização, transmitindo em última instância o mesmo padrão desigual de divisão do trabalho entre os sexos — o que termina por poupar os indivíduos do sexo masculino em detrimento da exploração da força de trabalho das meninas e mulheres.

Nas famílias chefiadas por mulheres, há uma tendência a se analisar a saída do homem do grupo doméstico em termos negativos, pois significa a supressão de um componente que tem

uma cotação mais elevada no mercado de trabalho, o que levaria a uma situação de maior vulnerabilidade desses domicílios. Mas o que o contato com mulheres chefes de família vem revelando é que a saída do homem pode não significar necessariamente prejuízo para os que ficaram, pois, muitas vezes, a presença do homem pode estar se constituindo em um problema para a família, já que em muitas circunstâncias ela pode estar acarretando situações de conflito, violência doméstica ou ainda desvio de recursos para fora do domicílio (bebida, jogos, outras mulheres, etc.).

Associado a esses aspectos, outro fator que vem se evidenciando é que há uma significativa diferença nas prioridades de alocação de recursos entre homens e mulheres, sendo a chefia feminina, nesse sentido, muitas vezes mais democrática que a masculina. Outra questão que não podemos deixar de considerar é que em algumas circunstâncias a saída do homem do grupo doméstico pode significar, na verdade, a sua “expulsão”, pois num contexto em que as ideologias de gênero definem um modelo de homem “provedor”, sua permanência no grupo passa a ser problemática quando essa condição deixa de existir — é muito difícil a continuidade, na família, do homem em situação de desemprego, quando este se vê, muitas vezes, sem a autoridade moral sobre o grupo e/ou sobre a mulher, confrontando-se com as expectativas de vivência da masculinidade hegemônica em termos do não envolvimento na realização de atividades domésticas e sim de uma participação ativa no mundo público através do trabalho, lazer e outras formas de sociabilidade.

A MULHER E O CONTEXTO URBANO

A centralidade da mulher na família é um fator inquestionável, conforme nos mostram as análises de gênero, pois vêm definindo o protagonismo da mulher na administração da escassez nos grupos domésticos de baixa renda, orientando sua ação no sentido de planejamento e execução de um conjunto de estratégias em torno de condições de subsistência mais favoráveis para sua família. No desempenho desse papel, as mulheres articulam redes de parentesco e apoio mais amplos, que significam

não apenas a mobilização de recursos materiais, mas, inclusive, a integração dos membros da família a novas oportunidades de trabalho.

Assim, as relações de gênero têm perpetuado uma desigual distribuição dos esforços cotidianos em torno da reprodução das condições de subsistência das famílias, especialmente daquelas relativas ao chamado *mundo privado*, o que faz com que as mulheres sejam, senão as únicas, as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Portanto, estas se tornam as maiores prejudicadas diante da precariedade dos serviços públicos voltados para a satisfação de necessidades como saúde, educação, infra-estrutura urbana (escola, luz, água, esgoto, coleta de lixo, etc.).

O que pode ser questionado, nesse momento, são as razões da nossa ênfase no tocante à carência desses serviços relacionando-os às mulheres, visto que eles atingem diretamente todas as comunidades de baixa renda, o que, conseqüentemente, inclui a parcela da população pertencente ao sexo masculino. Em primeiro lugar devemos considerar, pelo motivo já apontado, que a divisão desigual do trabalho entre os sexos vem responsabilizando mais diretamente as mulheres pela satisfação das necessidades sociais mais ligadas ao campo da reprodução e, conseqüentemente, “liberando” os homens desse papel. Em segundo lugar, em decorrência desse primeiro motivo, é impossível ignorar que a existência de uma infra-estrutura mínima teria efeitos positivos sobre o volume de trabalho realizado pelas mulheres, permitindo uma redução dos esforços mobilizados por estas para o suprimento das necessidades de suas famílias — por exemplo: o fornecimento regular de água encanada pode evitar grandes deslocamentos das mulheres, geralmente transportando vasilhames pesados, para suprir de água sua residência, ou ainda permitir-lhes um maior número de horas de sono, pois eliminaria as constantes “vigílias” no aguardo da chegada de água para encher reservatórios e vasilhames da casa.

Essa análise não pretende negar que é preciso reverter as assimetrias existentes nas relações de gênero no contexto da esfera privada, significando uma inclusão dos homens — meninos, jovens, adultos e idosos — no mundo da reprodução cotidiana da vida das famílias. Por outro lado, mesmo que a multiplicação de

equipamentos coletivos e a montagem de uma infra-estrutura básica não trazem como resultado uma reversão desse quadro de separação das esferas públicas e privadas, por conta do processo histórico e pelo fato de que essa transformação envolve uma pluralidade de fatores, acreditamos que essas mudanças permitem às mulheres das gerações do presente uma condição mais favorável de viabilização de um cotidiano que, quer queiramos reconhecer ou não, ainda pesa excessivamente, e quase que exclusivamente, sobre os seus ombros.

Outro aspecto que mobiliza profundamente as mulheres, chefes de família ou não, é a conquista da moradia. Vários estudos vêm apontando a centralidade do projeto de aquisição da casa — segundo alguns, “um projeto que nunca se acaba” — entre a população de baixa renda. A casa, para essa população excluída de uma série de direitos sociais, é o lugar privilegiado para a realização do cotidiano da família (expresso na clássica frase: “Quem casa quer ter casa”); como lembra Bilac (1995), a casa significa uma forma de proteção social, num contexto de adversidades (“é o meu canto, de onde ninguém me tira”), representando a materialização dos esforços de melhoria de vida, “uma garantia mínima numa vida cheia de incertezas”.

A construção da casa, nesse contexto, é um processo longo e penoso, que começa, muitas vezes, com a ocupação dos terrenos em áreas mais periféricas dos grandes centros urbanos, constituindo as chamadas *invasões*. Nesse processo, as mulheres desempenham um papel estratégico, pois junto com as crianças compõem a “linha de frente” que garante a ocupação ininterrupta do espaço, evitando a destruição dos “barracos” e também enfrentando a violência policial, fazendo elas próprias, a serviço do seu grupo doméstico, um uso das ideologias que apresentam a idéia de fragilidade e desproteção de mulheres e crianças. Assim, a participação das mulheres na realização do projeto da casa é vital para a família, pois esta se amplia na geração de renda para o processo de autoconstrução das casas, fazendo-se ela própria, às vezes, de “pedreira”, a despeito das ideologias de gênero que “sexualizam” determinadas atividades considerando-as como “femininas” ou “masculinas”, como é o caso da construção civil.²

Ainda refletindo acerca da participação das mulheres no contexto urbano, um dos aspectos que merecem destaque, refere-se à força das ideologias que apresentam os idosos, especialmente aqueles pertencentes às classes populares, como indivíduos dependentes e que terminam por contribuir para a ampliação do leque de atividades a cargo das mulheres, exigindo destas uma série de cuidados especiais. Estudos recentes realizados junto a “pessoas de mais idade” (Brito da Motta, 1999) vêm questionando essa imagem estigmatizada do idoso doente e improdutivo e vêm mostrando que tem sido verificado justamente o oposto: os idosos e, mais especificamente, as mulheres idosas, no contexto de empobrecimento das camadas médias e de baixa renda, tornam-se cada vez mais importantes para a reprodução cotidiana das famílias, pois, livre de vínculos com o mercado de trabalho, assumem crescentemente, na ausência dos adultos, grande parte do trabalho doméstico, o que inclui o cuidado com as crianças e a “supervisão” dos adolescentes em idade escolar. Um outro aspecto importante é o fato de tornarem-se, em alguns casos, uma fonte regular de rendimentos para a constituição do orçamento doméstico, em decorrência do recebimento de aposentadorias — em algumas famílias mais empobrecidas, inclusive, a aposentadoria do idoso, apesar de exígua, pode ser o único provento fixo e regular entre os membros do grupo doméstico.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS MULHERES

A violência de gênero, mais precisamente a violência contra a mulher, é uma das formas de violência mais aceitas como “normais” e de maior presença no cotidiano de nossa sociedade. Para melhor exemplificar, podemos citar alguns ditados populares que terminam por expressar a naturalidade com que esse tipo de violência ainda é encarado:

Mulher gosta de apanhar.

Mulher é que nem bife, pois quanto mais apanha melhor fica.

Ele não sabe porque bate, mas ela sabe porque apanha.

(Anônimo)

Os dados das pesquisas sobre a violência de gênero no Brasil mostram a gravidade da situação: a) entre todos os casos de

violência ocorridos no final da década de 80, mais da metade tinha mulheres como vítimas; b) enquanto o homem é vítima de violência na rua, a maioria das mulheres agredidas sofre violência dentro da própria casa; c) grande parte dessa violência sofrida pela mulher é provocada por parentes e cônjuge.

No Brasil, calculava-se, ainda no início da década de 90, que a cada quatro minutos é registrada na polícia uma queixa de agressão física contra uma mulher. Estudiosos do tema (Saffioti 1994) comentam que esse número é alarmante, mas ainda não espelha a realidade, já que muitas mulheres vítimas de violência não prestam queixa na polícia por várias razões — como medo, dependência financeira ou emocional, existência de filhos pequenos, vergonha, desejo de que o marido mude de atitude, etc. —, o que leva à conclusão de que o número de mulheres agredidas é bem maior do que o apresentado. Um outro dado é que muitas dessas mulheres que chegam a registrar queixa, pelos motivos apontados, e até sob a ameaça do marido, voltam à polícia para retirar sua queixa.

É muito importante a busca de informações que ajudem a desfazer alguns mitos ligados a essa problemática. O primeiro deles é a idéia de que a violência doméstica é um fenômeno ligado à pobreza; na verdade, ela ocorre em todas as classes sociais, mas acontece que entre as classes médias e alta, muitas vezes, ela não chega a público por razões como o medo de um escândalo que venha a “manchar o nome da família”, daí buscam-se alternativas como terapeutas, advogados, etc. Outro equívoco é a associação direta da violência com a crise econômica, o desemprego e o alcoolismo — esses fatores podem ser o estopim de uma briga, pelo fato de aumentarem o estresse e diminuírem o autocontrole, mas não podem ser considerados como causas da violência.

Um outro aspecto que dá o que pensar é o fato de que muitos homens que agredem suas esposas são descritos por estas como “pessoa amigável”, “homem trabalhador”, “bom pai”, etc., apesar de cometerem esse tipo de violência. O que nos leva a perguntar: por que um homem considerado bom pai, trabalhador e pessoa amigável é o mesmo que espanca e até mesmo mata a sua esposa? O que faz um homem — aparentemente incapaz de cometer violências — ferir, mutilar e até tirar a vida de sua companheira,

muitas vezes por um motivo fútil como a queima da comida ou um atraso de dez minutos na volta do supermercado?

Temos que buscar compreender esse fenômeno no campo das discussões das relações de gênero, tentando articulá-las às reflexões realizadas até aqui. Assim, a violência contra as mulheres está diretamente relacionada às desigualdades existentes entre homens e mulheres e às ideologias de gênero — expressas nos pensamentos e nas práticas machistas, na educação diferenciada, na construção de uma noção assimétrica em relação ao valor e aos direitos de homens e mulheres, na noção equivocada da mulher enquanto objeto ou propriedade de seu parceiro. Nesse último ponto, as estatísticas apontam que 70% dos homicídios de mulheres no Brasil são cometidos por ex-maridos e ex-namorados, na maioria das vezes, por estes não aceitarem o desejo das mulheres de ruptura do relacionamento amoroso (Saffioti, 1994).

Logicamente que precisamos entender toda essa discussão de forma bastante ampla para não se criar uma noção equivocada dos homens como apenas agressores e as mulheres como “pobres vítimas”. A violência de gênero é uma realidade bastante complexa e envolve uma série de questões que têm suas raízes na sociedade, na omissão do Estado, sem falar em aspectos ligados às relações interpessoais e trocas afetivas entre os seres humanos.

Dessa forma, por ocorrer, principalmente, na vida privada (particularmente na família), a violência de gênero esteve, por muito tempo, encoberta por uma certa invisibilidade social. A sociedade, o Estado e seus representantes tardaram por intervir nesse tipo de violência e até hoje ainda resistem. Mesmo na atualidade, mantém-se com bastante força o famoso ditado: “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, o que remete à permanência de uma idéia de privacidade que deve ser respeitada e preservada em qualquer circunstância. Essa noção precisa ser superada e a própria Constituição Brasileira é bastante clara a esse respeito quando, no capítulo VII, referente à família, diz que a violência no interior da família deve ser coibida e que é obrigação do Estado sua proteção (artigo 226, parágrafo 8º).

A sociedade como um todo e, em especial, as instâncias mais diretamente envolvidas na prevenção e punição da violência

precisam lançar um novo olhar para essa forma particular de violação dos direitos humanos. Os caminhos para a desnaturalização da violência contra a mulher passam pela retirada dessa problemática da privacidade do lar e pela criação de espaços e formas de enfrentamento que vão desde a prontidão da ação policial de socorro à vítima de violência e aprisionamento do agressor, ao atendimento digno à mulher que se dirige à Delegacia Especial para registrar uma queixa, passando por maior eficiência da Justiça na punição dos agressores, até a criação de espaços de apoio às mulheres agredidas e sob ameaça de morte.

MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De uma forma geral, no campo das políticas públicas, uma das questões que mais dificultam uma perspectiva que contribua para a equidade de gênero é o fato de que as mulheres são quase que invisíveis para os gestores dessas políticas e, quando são vistas, o são apenas sob o ângulo de sua participação na esfera da reprodução e, ainda assim, de uma forma bastante restrita, pois não há uma compreensão de que há necessidades específicas das mulheres, que precisam ser reconhecidas e encaminhadas. Há, muitas vezes, um conjunto de iniciativas voltadas para as mulheres que, inclusive, reforçam esse papel tradicional da mulher, restrito à reprodução. Como exemplo, temos os clássicos cursos/grupos de costura, artesanato, etc., que não podem ser descartados como recurso de mobilização para reflexão e ação, se forem utilizados como uma atividade meio dentro de um processo que tem uma direção estratégica de construção de alternativas de ampliação da participação da mulher na sociedade.

Um outro exemplo dessa invisibilidade está localizado na questão da dificuldade de acesso das mulheres à posse e regularização da documentação de propriedade das moradias no contexto urbano. O caso das mulheres chefes de família é bastante elucidativo dessa omissão do Estado e de seus gestores sobre a situação e as necessidades das mulheres: estas sequer chegam a ser reconhecidas como mantenedoras de seus domicílios, particularmente quando não são oficialmente viúvas ou divorciadas

e estão na condição de solteiras, separadas ou com múltiplas parcerias temporárias, tornando-se quase que inelegíveis para os programas de financiamento de habitação populares, de autoconstrução ou mesmo reforma e ampliação de moradias, o que é agravado por fatores restritivos como a precariedade de vínculos com o mercado de trabalho e as baixas remunerações que auferem nessas condições.

As mulheres precisam tornar-se beneficiárias “oficiais” das políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, visto serem estas, juntamente com as crianças, grande parte das chamadas *populações vulneráveis* distribuídas pelas áreas mais pauperizadas do globo terrestre. Os homens e as mulheres gestores de políticas precisam adotar mecanismos que permitam traçar um desenho da composição destas populações, que permitam uma análise de gênero e o delineamento de políticas a partir da participação das próprias beneficiárias na definição de prioridades.

Assim, é fundamental que as mulheres possam ser instrumentalizadas para entrar na “cena pública” como protagonistas e não meros objetos das políticas públicas. Para isso, é preciso que se evidencie a percepção de que sua participação, que muitas vezes se inicia no que podemos chamar de *âmbito comunitário*, precisa se ampliar para outros níveis da ação política, o que implica pensar além do bairro e da circunvizinhança, indo na direção das lutas da cidade e de outras instâncias de gestão da *coisa pública*.

AS MULHERES E AS CONSEQÜÊNCIAS DO SEU ENGAJAMENTO POLÍTICO

É claro que a “saída” da mulher do espaço privado para a vida pública não é uma tarefa simples. As últimas décadas têm testemunhado um aumento significativo da participação das mulheres das classes populares nos movimentos sociais urbanos, mais especificamente naqueles movimentos em torno da melhoria das condições de vida dos bairros populares (água, luz, saneamento, transporte, segurança, etc.), tendo como principal interlocutor e, muitas vezes, opositor, o Estado. Para as mulheres, o crescimento de seu protagonismo social tem possibilitado a construção de uma identidade que tem como referência “outros lugares sociais”, como

mulher, militante, cidadã, etc., ampliando suas metas para além do universo privado onde se estruturam suas identidades tradicionais de mãe e esposa.

Essa participação feminina nas lutas urbanas e nos movimentos diversos, ao permitirem o contato com o mundo “fora da casa”, embora tenha sua atuação referendada no privado, significa também para muitas mulheres o enfrentamento de reações contrárias no interior do núcleo familiar, principalmente por parte dos companheiros. Essa reação pode ser vista como expressão do receio masculino de que a saída da mulher do mundo doméstico venha a “subverter” algumas regras estabelecidas, já que esses novos espaços de participação pressupõem novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder no nível do privado (Pinto, 1992).

Particularmente, no caso da relação conjugal, percebe-se que o homem, de certa forma, considera ameaçado o controle que possui sobre a esposa. Assim, o crescimento da participação feminina e sua atitude de contestação, velada ou explícita, ao autoritarismo masculino, à violência doméstica, às ameaças de separação parecem estar indicando que, de fato, começam a ocorrer algumas alterações nas relações de poder na dimensão da vida privada. Uma das conseqüências mais significativas dessa mudança é o início de uma redefinição da posição da mulher não apenas em relação ao companheiro e ao seu grupo doméstico. O que se percebe, no contato com as mulheres nas lutas dos bairros, das associações, etc., é que estas começam a ter uma posição qualitativamente diferenciada nas suas relações cotidianas, o que, por sua vez, redefine sua própria relação no nível público (Pinto, 1992) e, conseqüentemente, reflete na construção de sua identidade de gênero.

Entendemos que, ao vivenciar essas novas práticas sociais, as mulheres passam a redimensionar sua própria experiência cotidiana, estabelecendo processos de negociação, transformando-se, num certo sentido, em sujeitos de sua própria vida. Isso significa a construção de novas representações sociais sobre si e sobre o mundo que as cerca, o que leva à ampliação da consciência de que, como pessoa, “tem direito a ter direitos”. Nesse sentido,

buscam resgatar uma dimensão de sua existência que lhes vêm sendo negada, pela rigidez das hierarquias de gênero e classe — entenda-se, com isso, ser mulher e pobre, numa sociedade marcada por desigualdades sociais como a brasileira.

Assim, acreditamos que, ao participarem dos movimentos populares, as mulheres estão buscando muito mais que uma resposta para necessidades “objetivas” e imediatas (como transporte, saneamento, educação, etc.), estão se remetendo ao universo das “mediações simbólicas” e, por que não dizer, a um mundo onde é possível ter sonhos e novas aspirações. A busca e a motivação propulsoras dessa participação é o desejo de romper com os “asfixiantes” limites da vida privada, em que essencialmente se vive o tempo de (e para) “outros”. Dessa forma, percebemos que a motivação para participação em diversas práticas sociais não se encontra assentada numa relação direta entre um conjunto de necessidades e respectivas alternativas de enfrentamento. Mas é, a nosso ver, o resultado da articulação de um conjunto de fatores que tem como locus, sem sombra de dúvida, a esfera da vida privada, onde são “tecidas” suas identidades em formação.

Há uma grande importância política na ampliação dessa participação da mulher, ela vem significando a constituição de um espaço que é, ao mesmo tempo, público e privado, o que “(...) não significa [dizer] que se fundiram as esferas do público e do privado ou que seus limites tornaram-se indefinidos, mas que se adquire a capacidade de transitar mais livremente entre elas” (Britto da Motta, 1993: 418). É justamente o exercício desse trânsito entre essas esferas que vai favorecer às mulheres a construção de novas sociabilidades e identidades. Estas se descobrem como pessoas, sujeitos, agentes e formulam um discurso no qual acentuam as rupturas e mudanças de comportamentos.

A constituição de mulheres como sujeitos sociais, portanto, requer que no processo da ação coletiva sejam reelaboradas pelas agentes suas experiências como mulher e trabalhadora, mulher e integrante de determinado movimento, como mulher e moradora de periferia, etc. (Lavinias, 1989: 5-6), pois só assim as mulheres poderão construir “novas representações sociais sobre si mesmas” — representações estas que devem ser coerentes com a sua

realidade e com suas práticas sociais, tal como enunciava Souza-Lobo (1989: 9):

Os caminhos de construção dessa nova identidade podem ser dolorosos, mas (...) as mulheres já não são mais as mesmas. (...) O importante é que muitas se descobriram como pessoas, como sujeito de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos.

REFLETINDO ALGUMAS PROPOSTAS DE AÇÃO

Uma das principais questões na reflexão sobre as relações de gênero no contexto urbano, possibilidades e desafios no sentido de uma transformação da sociedade nessa direção, é que ela não pode estar dissociada de uma dimensão mais utópica em torno de transformações societárias mais amplas, o que passa pela construção de uma sociedade sem contradições em torno de questões além de gênero, como raça/etnia, idade/geração, desigualdades de classe ou ainda opção sexual ou religiosa. Falamos da possibilidade de uma sociedade em que seja possível uma convivência mais humana entre os diferentes, baseada no princípio de uma possível e desejável coexistência de processos de homogeneização e diferenciação social.

Nessa direção, as pistas de ação, para todos aqueles que buscam a construção de uma nova estrutura societária que reconhece a existência de diferenças sem abrir mão da luta política pela igualdade, passam inequivocamente pela mobilização em torno das questões que envolvem as relações de gênero. A transversalidade de gênero nas relações sociais facilita esse processo, pois é uma dimensão que “atravessa” os vários campos do fazer humano e, em especial, aqueles voltados para a construção de novas práticas e representações sociais. Portanto, a incorporação da perspectiva de gênero implica trabalhar com homens e mulheres, mas implica uma necessária ênfase em políticas voltadas para a transformação da realidade das mulheres, pois a construção da equidade de gênero passa pela implementação de ações que permitam a constituição e o fortalecimento do protagonismo social das mulheres, tornando-as não apenas sujeitos sociais, mas

principalmente *sujeitos políticos*. Dessa forma, as ações voltadas para a construção da equidade de gênero devem, entre outros fatores, atentar para que:

- Sejam incentivadas atividades coletivas (encontros, bate-papos, debates, exibição de filmes, etc.) que envolvam homens e mulheres, em todas as faixas de idade, para que sejam discutidas questões cotidianas ligadas às experiências e representações de gênero, visando a desconstrução de referenciais tradicionais em torno de temas como: trabalho doméstico, educação diferenciada, modelos de paternidade/paternagem e maternidade/maternagem, corpo e sexualidade, mundo do trabalho, imagem da mulher nos meios de comunicação, modelos de masculinidade, entre outros.
- As atividades geradoras de renda que envolvem mulheres tenham capacidade competitiva no mercado de trabalho, aliadas a uma formação para o trabalho (não apenas técnica, mas uma formação que caminhe na linha da “conscientização” e envolva temas como auto-estima, organização, corpo, sexualidade, participação política, educação diferenciada, etc.).
- A participação de mulheres em atividades comunitárias em torno de questões ligadas ao consumo coletivo não signifique apenas uma ampliação da sua jornada de trabalho, mantendo sua dimensão estratégica quanto à transformação efetiva no contexto social dessas mulheres.
- Haja incentivo para a criação de organizações autônomas de mulheres, favorecendo seu intercâmbio, estimulando ações conjuntas em torno de questões ligadas aos direitos de cidadania, atentando para a articulação com as lutas específicas em torno das desigualdades de gênero.
- Sejam encaminhadas iniciativas de apoio à ampliação da educação formal e informal das mulheres, o que passa pelo apoio aos processos de elevação dos níveis de escolarização (alfabetização, supletivo, cursos pré-vestibulares) e ainda pela contribuição à realização de atividades de formação continuada, como encontros, seminários, cursos de curta duração, entre outros.
- As organizações de mulheres sejam incentivadas à participação no delineamento, no planejamento e na execução de políticas públicas, tendo clareza para a necessidade dos *porquês* e do *como*

na inserção do recorte de gênero, e possam estar envolvidas na implementação de medidas de construção da equidade.

- Seja incentivada a capacitação de representantes da sociedade civil (conselheiros municipais, ativistas de ONGs, membros de organizações populares, etc.) e de indivíduos que ocupem posição estratégica na formação de opinião (professoras/es de diferentes níveis, assistentes sociais, lideranças, etc.), especialmente das mulheres, para a construção de referenciais críticos em torno dos eixos articuladores das assimetrias de gênero em campos como: educação (por exemplo, a implementação da proposta de reformulação dos conteúdos curriculares da educação formal, através dos temas transversais como gênero, realização de formações específicas sobre gênero e sexualidade voltados para educadoras/es etc.); saúde e direitos reprodutivos (prevenção de câncer de mama e cérvico-uterino, (in)formação sobre sexualidade e a possibilidade de decidir quanto ao número de filhos, etc.); medidas preventivas e de intervenção na questão da violência contra a mulher (instalação de delegacias especializadas e capacitação de pessoal, casas-abrigo, campanhas informativas, etc.); alternativas de produção de emprego e renda que gerem autonomia econômica e redução do desemprego (por exemplo, qualificação profissional, alternativas competitivas de produção para o mercado, etc.); infra-estrutura urbana voltada para as necessidades de homens e mulheres (instalação e conservação de banheiros públicos, lavanderias comunitárias, creches, etc.); segurança pública (como iluminação e urbanização de locais “ermos”, postos de policiamento comunitário com a presença de homens e mulheres, demolição de ruínas e estruturação de áreas de circulação de pessoas com atividades de esporte e lazer, etc.); participação política (incentivo e capacitação de mulheres para a participação na política formal, apoio à candidatura de mulheres a cargos eletivos, construção de plataformas políticas com o recorte de gênero, etc.).

No caso das mulheres chefes de família, as políticas públicas devem levar em consideração a dupla lógica que traz desvantagens sociais para esses sujeitos, tanto como mulheres quanto como chefes de suas famílias, e as conseqüências da vivência dessa experiência num contexto social fortemente marcado pelas desigualdades de

gênero. Assim, uma proposta de ação voltada para alteração nas condições de vida desses sujeitos deve oferecer, entre outros pontos:

- Alternativas e programas de geração de renda e de formação para o trabalho, visando sua melhor inserção no mercado formal e informal.
- Apoio à atividade remunerada da mulher que tem filhos em torno da geração de infra-estrutura urbana, como creches, escola em tempo integral; equipamentos coletivos, como restaurantes comunitários, etc.
- Iniciativas que incentivem e auxiliem a busca de mecanismos legais de responsabilização dos pais pela manutenção dos filhos — independentemente da natureza do tipo de vínculo conjugal com as genitoras.
- Programas habitacionais que levem em conta as especificidades desse grupo — como os baixos níveis de remuneração e as reduzidas taxas de vinculação formal ao mercado de trabalho —, facilitando o acesso ao financiamento de moradias subsidiadas ou com reduzidas taxas de juros, bem como também para ampliação e reforma de imóveis, além da viabilização da legalização das moradias em áreas já ocupadas (regularização fundiária).

Acreditar na equidade de gênero e envidar esforços para a transformação das relações entre homens e mulheres no contexto urbano é uma das importantes vias para a reafirmação de valores e princípios como dignidade humana, justiça, equidade, solidariedade, parceria/cooperação e participação efetiva. Logicamente que “nem tudo é uma questão de gênero”; por outro lado, todas as mudanças nas relações sociais estão de alguma forma ligadas a essa dimensão, fazendo com que gênero não seja a mais importante, mas seja uma instância necessária para a construção da utopia da sociedade mais justa com a qual sonhamos e que acreditamos colocar em movimento com a nossa prática cotidiana.

NOTAS

1. Artigo produzido para reflexão na *Oficina: gênero, moradia e suas relações no contexto urbano*, promovida pelo GTGênero da Plataforma de

Contrapartes Novib no Brasil, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2001, em Salvador, sob coordenação do CEAS e CDDH Bento Rubião.

2. Ver a esse respeito o vídeo *Que história é essa de mulheres pedreiras?*, produzido por Terezinha Oliveira e distribuído pela Massangana Produções (Recife, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia. (s.d.), “Gênero e políticas públicas”. *Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas*. 3º Caderno: Experiências Urbanas. [Recife, s.d.] p.37-46.

BILAC, Elisabeth Dórea. (1995), “Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares”, in I.Ribeiro & A.C.T.Ribeiro (Org.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Loyola.

BRITO DA MOTTA, Alda. (1993), “Familiarizando(-se com) o público e politizando o privado”, In T. Ximenes(org.), *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém, UFPA.

_____. (1999), “*Não tá morto quem peleia*”: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia.

DIAS, José Fernandes. (2001), “Gestão democrática e participação popular”. *Cadernos do Ceas*. 191: 11-19.

GRAZIA, de Grazia. (s.d.), “Gênero e habitat”, *Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas*. 3º Caderno: Experiências Urbanas. [Recife, s.d.] p.9-23.

LAVINAS, Lena. (1989), “Identidade de gênero: um conceito da prática”. *XIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, M.G.

MACÊDO, Márcia S. (1997), *Mulher, participação popular e identidade na periferia de Salvador*. Trabalho inédito. Departamento de Sociologia / UFBA.

_____. (1999), *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia.

- PINTO, Celi R. J. (1992), "Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político", in A. Costa & C. Bruschini (orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- SAFFIOTI, Heleieth B. (1992), "Rearticulando gênero e classe social", in A. Costa & C. Bruschini (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas.
- _____. (1994), "Posfácio: conceituando gênero; Violência de gênero no Brasil contemporâneo", in H. Saffioti. & M. Munhoz-Vargas (Orgs.), *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; Brasília, UNICEF.
- SCOTT, Joan W. (1990), Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16, 2: 5-22.
- SORJ, Bila. (1993), "Relações de gênero e teoria social" in *XVII Reunião da ANPOCS*, Caxambu, MG.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. (1989), "Uma nova identidade". *Tempo e Presença*. São Paulo, CEDI, 248:8-9.
- _____. (1991), *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Editora Brasiliense.

AS COISAS FORA DO LUGAR. GÊNERO E O POTENCIAL DE PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA¹

Daniel Schroeter Simião

Recentemente o Movimento dos Sem-teto de São Paulo fez um protesto original, levando um grupo de sem-tetos a passear por um shopping center. A situação causou grande estranheza entre todos os freqüentadores do local. Alguns comerciantes chegaram mesmo a fechar suas portas, com medo de eventuais “riscos” à sua segurança. A situação era tão inusitada que virou notícia e ganhou grande projeção na mídia nacional.

Um shopping recebe milhares de visitantes todos os dias. O que fez com que a visita daquelas dezenas de pessoas causasse tamanha estranheza a ponto de virar notícia em todo o País foi simplesmente o fato de se ter armado uma situação em que as coisas estavam decididamente fora de lugar. A presença daqueles excluídos da sociedade de consumo em um lugar que é, por excelência, um centro de consumo — um lugar de referência para os incluídos — teve o mérito de quebrar as regras da normalidade. Nesse sentido, evidenciou aquilo que não costumamos notar, por já estarmos habituados a ver. Ao quebrar a regra normal, tornou-a evidente. Jogou luzes sobre uma situação absolutamente comum: nossa sociedade de consumo produz enormes massas de excluídos; e, ao jogar as luzes dessa forma, criou condições para que estranhássemos essa normalidade. Nos chocou.

Algo ali estava fora do lugar. Mas o que esta história pode nos dizer sobre as experiências de instituições que hoje desenvolvem projetos de gênero e geração de renda? A meu ver, diz muito. Mas já chegaremos lá. Antes disso, penso que devemos nos entender a respeito do que seja falar em *gênero* e do que temos em mente quando dizemos “gênero e geração de renda”.

Para compreender melhor as potencialidades e a importância da apropriação de uma perspectiva de gênero em experiências de

geração de emprego e renda, precisamos, antes de tudo, compreender a pluralidade de sentidos dados ao conceito de gênero e as formas como é utilizado em diferentes projetos e instituições. Isso nos ajuda a constatar que, a partir da perspectiva com a qual se trabalhe, pode-se enfocar e estimular diferentes impactos sobre as relações de gênero a partir das práticas proporcionadas por programas de geração de renda. É este o movimento deste texto, que procura apenas dar alguns subsídios para uma discussão que está se iniciando e que, como tal, não permite afirmações categóricas e tampouco respostas definitivas.

A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

À medida que um conceito vai sendo mais e mais utilizado, já não nos perguntamos diretamente pelo seu significado. Se há alguns anos ainda se perguntava explicitamente o que significava o conceito de *gênero*, hoje essa pergunta vai se tornando rara no campo das ações de intervenção social. Para o bem ou para mal, todos têm alguma noção do que se trata ao falar em gênero e desenvolvimento. Por um lado, isso significa que o termo tem se popularizado no campo e vem sendo relativamente bem aceito. Por outro, traz um grande risco de mal-entendidos, isso porque tantos são os sentidos dados ao termo *gênero* quanto os interlocutores que o utilizam. Talvez um bom exercício não seja tanto o de buscar *uma* definição precisa do conceito de gênero, mas ter consciência sobre suas diferentes definições e utilizações.

Antes mesmo de surgir como um conceito importante no mundo da ação política e da intervenção social, o gênero já vinha trilhando um caminho próprio nas pesquisas acadêmicas, inicialmente naquelas que buscavam ferramentas de análise para compreender as desigualdades entre homens e mulheres. Na universidade, o conceito de gênero surgiu no contexto dos chamados *estudos sobre mulheres*, em um momento em que pesquisadoras feministas buscavam formas de desnaturalizar a condição das mulheres em nossa sociedade. Nesse sentido, era preciso encontrar conceitos que permitissem diferenciar aquilo que as mulheres tinham de natural, permanente, e igual em todas as épocas

e culturas — o sexo —, daquilo que dava base para a discriminação e, por ser socialmente construído, variava de sociedade para sociedade e podia mudar com o tempo — o gênero (Lobo, 1987).

Esse movimento deu origem a diferentes teorizações acerca do conceito de gênero, inicialmente utilizando-o como componente de um sistema de classificação social, como fez Gayle Rubin, outras tomando-o como sistema cultural, como Collier e Rosaldo, ou ainda caracterizando-o como um bom instrumento de análise, como fez Joan Scott (Heilborn, 1992). Em comum, essas formas de compreender teoricamente o conceito de gênero tinham a referência a modelos culturais de largo alcance que definiam, para as categorias homem e mulher / masculino e feminino, conteúdos socialmente elaborados.

Essa é uma visão bastante difundida no campo das ONGs, e uma de suas definições mais comuns é a de que gênero é o sexo socialmente construído. Segundo essa interpretação, a natureza define dois sexos biológicos (homens e mulheres), e cabe à sociedade agregar a esse dado natural diferentes valores, significados, atributos, etc. Dessa forma, dependendo do sexo com que cada um nasce, será educado de uma dada maneira, aprenderá o que pode ou não fazer, como deverá ou não se comportar, sempre de acordo com um modelo geral do que é *masculino e feminino*, construído pela sociedade. Isso significa também que terá tais ou quais oportunidades na família, na escola, no trabalho e que passará por tais ou quais situações de discriminação durante sua vida.

Essa definição de gênero é bastante comum nos documentos das ONGs porque é fácil de ser compreendida e permite uma boa estratégia de denúncia e transformação social. Mas devemos observar que ela tem, ultimamente, recebido críticas importantes. Segundo essa definição, temos dois modelos de classificação do mundo: o masculino e o feminino, que a sociedade constrói e que orientam a socialização de homens e mulheres. Ao colocar a ênfase nesses dois modelos de grande alcance, podemos estar dando a falsa impressão de que as mulheres são todas iguais, por serem mulheres e terem que assumir o modelo feminino, assim como os homens ficam todos iguais por assumirem o modelo masculino. Deixaríamos assim de perceber uma série de outros marcadores

como raça, classe, idade, orientação sexual, condição física, que também hierarquizam relações.

Dessa forma, muitos têm afirmado que essa interpretação do conceito de gênero acaba sendo reducionista (Costa, 1994; Butler, 1990; Moore, 1994). É bem verdade que existem modelos hegemônicos de masculino e feminismo, mas é preciso reconhecer que as pessoas operam esses modelos em função de realidades específicas, definindo formas particulares de classificar os outros. Assim, se uma mulher pode ser discriminada em algum momento por ser mulher, em outro isso pode não importar tanto quanto o fato de ela ser vista como pobre, ou negra, ou idosa, ou lésbica, ou portadora de alguma deficiência.

Por outro lado, o fato de ela ser vista como mulher não significa que será classificada de uma mesma maneira em situações diferentes. Um exemplo: uma mulher que resolva fabricar pães em sociedade com as amigas e distribuir seu produto em revendedores da vizinhança no carro de um vizinho, com o qual estabeleça um contrato para esse fim específico, pode ser vista por uns como uma mulher empreendedora e de boa visão comercial. Por outros, pode ser vista como uma “mulher malandra”, que engana o marido traindo-o com o vizinho. São diferentes formas de classificá-la, a partir de diferentes modelos de gênero, diferentes formas de compreender “masculino” e “feminino”. Essa percepção do conceito de gênero, por entender que as pessoas negociam com outras a forma como são vistas e os significados que dão àqueles modelos mais gerais de masculino e feminino, permite também pensar a possibilidade de uma ação pedagógica que, como veremos adiante, altere a maneira como se dão essas negociações.

Isso significa que estamos constantemente classificando o mundo à nossa volta, sempre que nos relacionamos com ele. E os modelos de gênero dão importantes diretrizes para a forma como iremos classificar pessoas, condutas, objetos nesse mundo. Mas esses modelos de gênero não são iguais para todos nós. Assim, embora possam existir modelos mais gerais do que a sociedade considera masculino ou feminino, a forma como isso se traduz nas relações sociais concretas depende muito da relação e do contexto em que as pessoas estejam.

Essa elaboração é uma forma de traduzir uma tendência atual de compreender gênero, ainda como uma construção social, mas não como um conteúdo de masculino e feminino definido pela sociedade em geral. Para algumas autoras, costumeiramente rotuladas de pós-estruturalistas, pós-modernas ou desconstrucionistas — Judith Butler, Donna Haraway e Teresa de Lauretis, entre outras (Lamas, 2000) —, temos de olhar com cuidado a forma como as pessoas se utilizam dos modelos de gênero para classificar o mundo à sua volta. Nesse sentido, os modelos existentes em nosso repertório cultural e que orientam nossas condutas em relação ao gênero são constantemente postos em funcionamento pelas pessoas em função da relação e da situação em que elas se encontram. Nesse sentido, as pessoas não se comportam sempre da mesma maneira. É como se não existisse o “machista *full time*”, nem o “democrático *full time*”. Todos nós algumas vezes utilizamos modelos mais conservadores, outras mais democráticos, em função de contextos específicos. Gênero passaria a ser visto, assim, menos como os modelos dominantes de masculino e feminino, mas como uma linguagem, uma forma de comunicação e ordenação do mundo, que orienta a conduta das pessoas em suas relações específicas e que é, muitas vezes, base para preconceitos, discriminação e exclusão social.

A BUSCA POR FERRAMENTAS POLÍTICAS

No plano da ação política, porém, não são apenas as definições acadêmicas que operam os diferentes significados atribuídos ao conceito de gênero. Diferentes trajetórias e inserções institucionais condicionam a forma como se pode traduzir o conceito de gênero.

Em linhas gerais, podemos dizer que o conceito de gênero entrou no vocabulário da cooperação internacional nos anos 80, provocando uma mudança na forma como se estruturavam projetos de desenvolvimento que afetavam mulheres. Nos anos 70 e 80, orientada pela idéia de que homens e mulheres viviam condições de acesso ao desenvolvimento muito diferentes, predominava na cooperação internacional a concepção de que a solução para as desigualdades entre os sexos estava em integrar as mulheres em

um processo de desenvolvimento. De fato, muitos indicadores sociais e econômicos apontavam para a dificuldade predominantemente maior entre as mulheres pobres em ter acesso à educação, à qualificação profissional e ao crédito, por exemplo. Visibilizados ainda mais a partir do Ano Internacional da Mulher (1975), esses indicadores evidenciavam situações de alijamento e exclusão das mulheres de certos patamares de desenvolvimento social e econômico, se comparadas aos homens. Isso deu origem às políticas chamadas de WID – Women in Development / Mulheres no Desenvolvimento (a respeito desta trajetória e seus desdobramentos ver Rodríguez, 1993).

O conceito de gênero trouxe críticas a essa visão, normalmente percebida como muito economicista. Focadas sobre indicadores de acesso das mulheres a fatores de desenvolvimento, essas políticas acabavam desconsiderando que as relações entre homens e mulheres são pautadas por um imaginário de gênero eivado de desigualdades que não se refletem apenas nos indicadores de acesso. E não bastaria integrar as mulheres em processos de desenvolvimento econômico para operar mudanças naquele imaginário. Nesse sentido, junto com uma definição mais abrangente de desenvolvimento, começou-se a utilizar a expressão GAD – *Gender and Development* / Gênero e Desenvolvimento, para indicar uma preocupação com a transformação das posições objetivas das mulheres na sociedade e com a qualidade das relações marcadas por gênero que estavam por trás dessas posições.

Ao contrário do que se passou na academia, em que gênero surgiu como forma de desmanchar categorias e permitir novas chaves de leitura da realidade, no campo da ação política esse conceito é constantemente utilizado na busca de instrumentos úteis para a transformação social. Assim surgiram, no diálogo entre cooperação internacional e ONGs, termos como *democratização das relações de gênero, perspectiva de gênero, igualdade de gênero, indicadores de gênero*, etc. Termos que não fazem muito sentido para o tipo de preocupação que envolve gênero na universidade, mas refletem as inquietações próprias do mundo da intervenção social. Ainda hoje não são poucas as formas pelas quais gênero vem ganhando traduções instrumentais para o uso na ação social e política.

Esse não foi um processo simples de abandono das categorias homens e mulheres e adoção de um conceito novo. Até hoje se utiliza muito gênero ao lado de homens e mulheres, mas, nesse processo, muitos conceitos novos foram surgindo, como os de *empowerment*, equidade de gênero, igualdade de gênero e gender gap, que passaram a ser freqüentemente articulados nos discursos de agências de cooperação e ONGs. Um exemplo rico dessa instrumentalização são os modelos de Caroline Moser e Maxime Molineux, que, buscando superar as críticas das limitações das teorias de WID, mas preservando a categoria mulher, elaboraram uma compreensão baseada em necessidades práticas *versus* interesses estratégicos de gênero (Simião, 1999a). O fato é que a eficácia desses e de tantos outros modelos instrumentais varia em função da utilidade que se dá a eles, do tipo de ação que se está desenvolvendo e da prática específica de cada ONG.

A nova linguagem criada pela mudança do enfoque dirigido a “mulher e desenvolvimento” para outro de “gênero e desenvolvimento” trouxe mudanças importantes para a posição dos atores institucionais desse campo. Não houve apenas uma mudança de termos utilizados, mas criaram-se novos espaços de interlocução, colocando em contato instituições com diferentes trajetórias e práticas, que passam então a compor grupos de trabalho de gênero e a compartilhar uma abordagem comum para seus diferentes públicos beneficiários.

Assim, diferentes práticas institucionais — vindas de tradições variadas (movimento feminista, ONGs mistas, educação popular, movimento sindical, etc.) — passaram a negociar com o termo *gênero*, buscando aproximá-lo de sua prática específica. Para ONGs feministas, por exemplo, passa a ser importante não abrir mão de um sujeito político fundamental — a mulher. Nesse sentido, a formulação que fazem essas ONGs para o enfoque do mundo do trabalho, por exemplo, costuma passar por uma preocupação sobre a posição e a situação das mulheres no mercado de trabalho. Já entre as instituições mistas, de diferentes trajetórias, é mais interessante investir na transversalidade do conceito de gênero, evidenciando o potencial que atividades focadas em diferentes grupos beneficiários pode ter para a democratização das relações entre homens e mulheres.

Assim, dependendo do tipo de prática em que se enraíza a ação da instituição, o conceito de gênero ganha uma definição conceitual e marcos teóricos próprios, podendo variar bastante na sua operacionalização (Simião, 1999b). Esse uso que se faz do conceito de gênero no campo das ONGs depende em muito do tipo de prática que se desenvolva, e dificilmente podemos dizer qual é o mais certo ou o mais adequado. Ele será ou não adequado a uma prática específica à qual estiver remetido.

Com essa compreensão sobre gênero e suas utilizações, podemos observar algumas das práticas de geração de emprego e renda com grupos mistos e com mulheres, buscando entender como alguns conceitos de gênero podem ser adequados para explicar o potencial dessas experiências para a democratização das relações sociais e para os avanços significativos nesse campo.

GÊNERO E GERAÇÃO DE RENDA: UMA AÇÃO SOBRE ESFERAS PÚBLICAS E PRIVADAS

As experiências de geração de emprego e renda costumam se deparar com um problema comum muito marcante: a dificuldade que grupos populares têm de assumir uma postura gerencial empreendedora em seus negócios. Mesmo após treinamentos específicos para capacitação técnica, são comuns os casos em que relações pessoais e de amizade impedem o funcionamento profissional do grupo. É a vizinha que insiste em comprar fiado, e não há como negar, afinal de contas se trata de uma amiga antiga; ou é o sobrinho que retira dinheiro do caixa para comprar remédio para a tia que está doente, e não avisa a ninguém, afinal o dinheiro que está ali é para essas coisas mesmo, etc.

A mudança nesse tipo de atitude costuma depender menos de treinamento e conhecimento técnico do que de uma transformação na forma como a experiência é apreendida pelo grupo, muitas vezes vista mais como *hobby* ou atividade de caráter complementar do que como opção de trabalho. Quando há nos grupos um predomínio de mulheres — o que comumente acontece —, esta percepção é ainda maior. A idéia de um grupo empreendedor é facilmente substituída pela imagem das mulheres que se juntam

para jogar conversa fora e, como forma de passar o tempo, desenvolvem uma atividade lúdica que por acaso resulta em algo comercial. A dificuldade em reconhecer na atividade desenvolvida por essas mulheres um caráter empresarial costuma ser muito forte entre os homens da família, mas está muitas vezes presente também nas próprias mulheres. Está relacionada a modelos de gênero que associam a uma função masculina tarefas de sustento familiar, comércio, negociações públicas, cálculos matemáticos, etc.

Quando uma ação pedagogicamente orientada é capaz de transformar o que antes era visto pelos próprios integrantes como um *hobby* em um empreendimento viável, ela mexe, sem dúvida, com a forma como essas pessoas negociam suas identidades entre si. E a identidade de gênero é uma primeira a ser renegociada. Para entender melhor como isso acontece, vale a pena observar alguns casos concretos.

Em uma experiência que pude acompanhar, há alguns anos, um grupo de mulheres vizinhas se mobilizou para formar uma padaria comunitária. Os maridos não acreditavam que aquilo que lhes parecia um passatempo das esposas pudesse vir a ser um empreendimento bem-sucedido. Estava claro para eles que o espaço da negociação comercial não era um espaço feminino, e, portanto, suas mulheres não tinham como ter sucesso operando suas regras. À medida que a padaria começou a funcionar, aqueles homens e aquelas mulheres começaram a viver situações novas que os obrigavam a por à prova suas expectativas quanto ao comportamento de todos e ao sucesso do empreendimento.

Alguns conflitos logo surgiram, típicos da inserção feminina no mercado de trabalho. Uma das mulheres acabou saindo do grupo por pressão do marido, que não aceitava que ela não estivesse em casa quando ele voltava do serviço. A situação foi motivo para reflexão e trabalho com o restante do grupo, que não admitiu essa postura dos maridos. Por outro lado, a participação dos maridos em atividades pedagógicas variadas criou ocasião para que eles compreendessem a atividade daquelas mulheres em primeiro lugar como um direito delas como cidadãs, e, em seguida, como uma atividade econômica rentável tal como qualquer outra. Ao mesmo tempo, o grupo vinha conseguindo resultados economicamente

favoráveis, o que os obrigava a rever suas expectativas iniciais. Até mesmo o ciúme dos maridos com relação aos fornecedores de farinha e ovos — alguns muito jovens e bonitos, diziam as mulheres — era motivo para que aquelas pessoas negociassem os modelos que ordenavam sua relação em termos de gênero.

Mas essas negociações não acontecem apenas nos espaços privados e familiares. Acabam sendo fundamentais na relação das mulheres do grupo com comerciantes da comunidade, fornecedores e clientes. Alguns exemplos são bastante curiosos, como a reação de um vendedor de farinha que, na primeira visita ao grupo, perguntou pelo dono da padaria, uma vez que ali só havia mulheres. Na segunda visita ele já não estranhava negociar preço e condições de pagamento com um grupo de mulheres. No início elas se queixaram muito das cantadas que recebiam dos comerciantes locais quando iam deixar seus produtos em consignação. As mulheres mais novas do grupo tinham receio de distribuir os pães com um motorista vizinho por conta do “que o povo pode dizer por aí”. Aos poucos, à medida que iam se afirmando como comerciantes, as relações entre as pessoas do grupo e outros atores na comunidade mudavam, e, com elas, muitas das formas como se entendiam as atribuições masculinas e femininas (Simião, 2000).

Em linhas gerais se percebe que esses programas têm um grande potencial para evidenciar a forma como as pessoas em uma comunidade (homens e mulheres, maridos, esposas, vizinhos, fornecedores, clientes, etc.) operam como modelos de gênero. Em um primeiro momento, essas práticas dão matéria-prima para que sejam exercitados inúmeros preconceitos. O descrédito dos maridos, as piadas dos vizinhos e até mesmo as brigas e conflitos mais sérios dentro das famílias. Esse primeiro momento é quando se põe em jogo as formas como as pessoas negociam representações e categorias de gênero discriminatórias, sendo ocasião para que surjam conflitos que podem se mostrar importantes espaços de ação pedagógica.

Uma vez que as práticas do grupo vão se consolidando, elas têm o papel de questionar os modelos que deram origem aos comentários preconceituosos e podem servir, se bem trabalhadas, como ocasião para que as pessoas envolvidas reelaborem os modelos que ordenam suas relações, renegociando os seus termos de forma

cidadã. Nesse sentido, os programas de geração de renda podem ter o grande mérito de criar uma situação de desequilíbrio que evidencia as regras existentes e abre a possibilidade para sua reformulação em novas bases.

DE VOLTA AO SHOPPING: DESCONSTRUINDO MODELOS E RECONSTRUINDO PRÁTICAS

Penso que agora podemos voltar ao caso, citado no início do texto, da presença dos sem-teto em um shopping center. Como disse no início, ao quebrar a regra normal, aquela experiência a tornou evidente. Deixou claro quais eram os modelos socialmente aceitáveis e utilizados pelas pessoas nas suas relações de consumo. Guardadas as proporções, podemos dizer que algo muito semelhante pode ocorrer com as práticas de geração de emprego e renda sob uma perspectiva de gênero. Um grupo de mulheres tocando um negócio, administrando suas contas, gerindo estoques, negociando preços e prazos com fornecedores, clientes e distribuidoras é uma situação que desorganiza modelos tradicionalmente normais segundo os quais se dão relações de gênero. Essa situação e os conflitos daí decorrentes — os choques — podem evidenciar, aos olhos do grupo, as regras que estão sendo subvertidas e obrigar os sujeitos envolvidos a renegociar categorias que antes lhes pareciam bastante naturais. Da mesma forma que a presença de excluídos em um centro de consumo, a atuação das mulheres na produção e comercialização, a partir de uma postura empreendedora, tem um grande potencial desnaturalizador.

A geração de conflitos — privados e públicos — é uma forma de evidenciar como modelos de gênero vêm sendo operacionalizados e identidades negociadas na região em que se atua. O trabalho assim não se dá apenas sobre o grupo de mulheres, mas atinge, direta ou indiretamente, familiares e agentes da comunidade (comerciantes, fornecedores, clientes, vizinhos, instituições) que se envolvem com esses casos. Nesse sentido, programas de geração de renda, quando bem trabalhados em uma perspectiva de gênero, são capazes de pôr em jogo mudanças em toda uma região e implicam uma atuação ampla, não necessariamente focada apenas nos sujeitos mais evidentes desse processo (as mulheres).

Mas se as situações geradas por essas experiências, ao desequilibrar um sistema anterior que ordenava as relações entre essas pessoas, permitem um trabalho sobre gênero no sentido da reconstrução das relações em questão, o tipo de atuação que se fará e os sentidos dados a ela podem variar bastante, dependendo do perfil e da trajetória da ONG que acompanhe o processo. Dependerá, como vimos acima, da forma como se utilize gênero na prática institucional.

Por exemplo, na situação descrita em que maridos se enciumam da relação das esposas com comerciantes e fornecedores, temos ocasião para trabalhar diversas questões explicitadas pelo conflito originado. Pode-se, por um lado, desenvolver um trabalho de fortalecimento da auto-estima dessas mulheres no sentido de que elas se percebam donas de seu próprio corpo e se sintam seguras para lidar melhor com os ciúmes na relação com os maridos. Por outro, pode-se envolver os maridos em atividades de estudos e reflexão que os levem a perceber a relação das esposas com os comerciantes no plano profissional e a compreender suas próprias reações como resultado de alguns modelos de gênero que devem ser mudados. A primeira atividade é, sem dúvida, muito mais próxima de um discurso e de uma prática feministas sobre o conceito de gênero, enquanto a segunda se aproxima de um uso característico das ONGs mistas.

Tenho usado aqui as diferenças de práticas e discursos de ONGs mistas e feministas com casos ilustrativos da influência de diferentes trajetórias institucionais no campo sobre a forma como se utiliza o conceito de gênero. Isso não significa, de modo algum, que essas práticas não tenham importantes pontos em comum e não possam ser agregadas muito proveitosamente em espaços de atuação conjunta. Da mesma maneira, existem outras diferenciações institucionais entre as ONGs, que também refletem na forma como se pensa e se age sobre gênero, tal como o perfil do público beneficiário, origem institucional, tamanho, etc. De todo modo, devemos atentar para o potencial e o limite de cada atividade, buscando interações que se complementem da melhor forma possível. O trabalho focado exclusivamente sobre as mulheres parece ser, assim, tão limitado quanto aquele que não ajusta foco algum para essa especificidade.

Para concluir, a importância de um trabalho amplo e diversificado, no que se refere ao potencial das experiências de geração de renda, é enfatizado ainda quando procuramos entender essas experiências para além de uma forma de ação sobre o mercado de trabalho e as vemos como elemento que articula dimensões bem maiores das vidas dos sujeitos envolvidos.

Os conceitos de gênero, mesmo em seus diferentes usos, nos pedem que não fiquemos apenas na constatação das posições diferentes que homens e mulheres ocupam no mercado de trabalho. Eles nos indicam que essa situação não deve ser entendida apenas no mundo do trabalho, que é um dos lugares em que se visibilizam desigualdades instituídas por fatores enraizados em outras dimensões da vida de homens e mulheres. Da mesma forma, avanços e conquistas nesse panorama não podem ser medidos apenas pela posição em que as mulheres se encontram na estrutura ocupacional desse mercado. A realidade, vista com um olhar de gênero, conduz-nos a indagação não apenas da posição que um sujeito específico ocupa em uma dada situação. Mas vai além, no sentido de entender quais as relações que se estabelecem entre mulheres e homens, mulheres entre si e homens entre si, de tal forma que, por serem marcadas por preconceitos de gênero, acabam afetando negativamente o desempenho profissional e a vida de homens e mulheres de forma diferenciada.

Mas isso já coloca a questão de como medir — ou encontrar mecanismos adequados para aferir objetivamente — um conjunto de transformações relacionais e situacionais, dificilmente quantificável. Eis aí um desafio que extrapola enormemente os limites deste texto e ficará, certamente, como muitas das questões postas aqui, para serem desenvolvidas no debate e na discussão que esses subsídios vierem a despertar.

NOTAS

1. Texto elaborado para a *Oficina: gênero e geração de renda*, do GTGênero da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, realizada em Curitiba, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2000, sob a coordenação do ADITEPP e CAATINGA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. (1990), *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York & London, Routledge.
- COSTA, Cláudia Lima. (1994), “O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas”. *Cadernos Pagu*, n.2.
- HEILBORN, Maria Luísa. (1992), “Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil”, in A.Costa & C. Bruschini (orgs.), *Uma questão de gênero*. São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos.
- LAMAS, Marta. (2000), “Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma”. *Proposta*. Rio de Janeiro, FASE, 84/85.
- LOBO, Elisabeth de Souza. (1987), *Os usos do gênero*. São Paulo: mimeo. Exposição feita no seminário *Relações de Sexo/Relações de Gênero*, USP, 1987.
- MOORE, H. L. (1994), *A Passion for difference: essays in anthropology and gender*. Indiana University Press.
- RODRÍGUEZ, Lilia. (1993), *Genero y desarrollo*. Quito, Cepam.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. (1999a), *Gênero no mundo do trabalho: referências iniciais para um debate*. Brasília, mimeo. Texto elaborado para o Fundo para Igualdade de Gênero – Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI).
- _____. (1999b), *Um conceito itinerante: os usos do gênero no universo das organizações não-governamentais*. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH, Unicamp.
- _____. (2000), *O pulo do sapo: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares*. Curitiba, Expoente.

NOTAS PARA UM NOVO MILÊNIO: QUESTÕES DE GÊNERO E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO¹

Regina Festa

Estamos vivendo numa época extraordinária de diversidades e contradições. Um tempo em que as afirmações sobre direitos se contradizem entre si, a respeito do agora e do futuro. Um tempo multi: multicultural, multinacional, multiétnico, multiartístico, de múltiplas éticas, multiteorias, multiciências, multieconomias e de multicentros. *Stricto sensu*, é um período novo, de mudanças radicais e diferentes de tudo o que a humanidade já experimentou, que se abre para um novo horizonte a respeito de quem é o ser humano, do que somos ou não capazes em nossa crescente percepção de interdependência. Em si mesmo, é um tempo no qual a diversidade humana, agora visível, poderia ser percebida como um símbolo de riqueza de toda a humanidade, assim como a biodiversidade. É também um tempo histórico em que a humanidade está diante do enorme desafio de aprender a ser responsável por séculos de acúmulo de conhecimento científico e tecnológico.

Esse novo mundo, de diversidades, contradições e outra percepção — ou não — da responsabilidade com o todo, está particularmente espelhado nos sistemas de comunicação e informação e no acesso global de todos os povos ao que chamo de *planeta-mídia*. Se observarmos, cada dia existem menos fronteiras entre a expansão econômica global e a expansão dos sistemas mediáticos. Para vários pesquisadores, os novos sistemas informativos globais antecedem e alteram a visão de mundo de toda a humanidade e afetam, com base nos fluxos da vida cotidiana, as relações humanas, os valores, as conquistas sociais, as relações intergeracionais. Na raiz de toda essa mudança cultural está a revolução sem precedentes dos conhecimentos científico e tecnológico, acumulados nas últimas décadas do século XX, e a transformação das sociedades-estado em sociedades de livre comércio e sem fronteiras fixas.

Essas notas iniciais têm por objetivo discutir como esse novo cenário impacta a revolução das mulheres, que, assim como as mudanças atuais da sociedade contemporânea, se insere entre as grandes transformações irreversíveis do final do século XX. Para fins de discussão, este paper está dividido em três partes. Inicialmente, analisaremos a relação entre os modos de perceber a cultura contemporânea e os sistemas de informação e comunicação. Em seguida, trataremos de compreender as dimensões da expansão da sociedade da informação e as implicações da formação de um planeta-mídia. Na terceira parte, será enfocada a revolução das mulheres e o papel da emergência do feminino como uma das contribuições imponderáveis para o futuro da humanidade. Será analisada, ainda, a relação entre o movimento de mulheres e o porquê da ausência de uma perspectiva das questões de gênero frente à sociedade mediática.

UM MUNDO DIFERENTE E MAIS COMPLEXO

A queda do muro de Berlim está longe de significar o fim das polaridades no mundo contemporâneo, que se acentuam com a irreversibilidade da globalização e com as múltiplas formas de interpretação desse momento de mudança acelerada. Como diz o filósofo e analista de futuro John Renesch, o que podemos agora é compreender partes da totalidade, para então caminhar em direção a uma compreensão da totalidade das partes. Esta dualidade como perspectiva, que se expressa de forma multifacetária, encontra-se presente na interpretação que damos à cultura contemporânea.

Para alguns pesquisadores, como Edgar Morin, Leonardo Boff, Milton Santos, Stephen Jay Gould, Jean Delumeau, Jean-Claude Carrière, Umberto Eco, Gregg Braden, Julian Barbour, Juliet Mitchell, Naomi Wolf² e outros, o que está em curso é um novo projeto civilizacional, com grandes transformações no estado de consciência das pessoas e dos indivíduos. Do ponto de vista holístico de integração da modernidade com a pós-modernidade, o mundo caminha para uma outra compreensão do ser humano a respeito de si mesmo e da relação dele com o outro e com a vida. Nessa perspectiva, está a realização completa da modernidade ou a

última conseqüência da “virada do sujeito”. Ou seja, das contradições desse novo momento emergem em escala planetária grupos, tribos, estamentos, com uma outra consciência a respeito da vida humana e dos direitos naturais para o novo projeto civilizacional.

Como argumenta Leonardo Boff,

o núcleo dessa modernidade reside na emancipação do indivíduo de seus contextos ideológicos, econômicos e sociais, indivíduo sempre visto como um momento de uma totalidade maior. Agora, ele goza de plena liberdade e de possibilidade de escolha ilimitada. O indivíduo estabelece seus valores. Cada forma de vida tem seu direito. Nada deve ser normativo ou proibido. Há espaço para todas as expressões, por mais antagônicas que sejam (Boff, 2000:20).

E, em sentido amplo, todas elas se expressam e aparecem num mundo diverso, sempre mais interdependente. As injustiças soam mais alto, os governos se vêem mais restringidos e, ao mesmo tempo, mais solidários com situações-limite em escala planetária. Algumas empresas assumem atribuições sociais e segmentos oprimidos, povos, raças, etnias, religiões, impactam em setores impensados até uma década atrás.

Essa perspectiva, que é nova, rompe com a cultura e suas territorialidades, assim como a vivemos até o século XX. Ela reafirma a diferença, o direito de existência do outro, a alteridade, a singularidade e, com base nela, nenhum tipo de racionalidade tem mais o monopólio da razão.

Ainda conforme Boff, o lado positivo dessa pós-modernidade é que ela liberou as subjetividades dos enquadramentos forçados e totalitários, das éticas rígidas, das doxas e das filosofias globalizantes. Dessa contradição emerge, por exemplo, uma outra noção de políticas públicas ou de patriarcalismo no exercício do poder em geral.

Para aqueles que possuem um centro pessoal, uma cosmovisão aberta ou uma visão integradora ... emerge, então, como dimensão da autonomia pessoal, a responsabilidade diante de si e dos outros e por aquilo que é comum e humano. É uma ética pessoal sem ser individualista; ética do ser humano como ser-de-relações, no mundo, com outros. Ela permite também uma emergência

da espiritualidade ... capaz de captar a mensagem de grandeza e de beleza ... do universo e da vida. A ética e a espiritualidade, feitas dimensões da subjetividade e não mais monopólio das religiões, ... podem desempenhar a função de matrizes geradoras de um novo paradigma civilizacional, de dimensões planetárias. (Boff, 2000: 30-31)

Essa nova cosmovisão, segundo pesquisas, que é menos guerreira e mais feminina, está presente numa parcela importante dos novos agentes sociais, científicos, culturais, empresariais e políticos, em escala planetária, e parece responder a uma outra noção dos atributos de responsabilidade a respeito do conhecimento global contemporâneo.

Por outro lado, na perspectiva pós-moderna pessimista, de ruptura com a modernidade, o projeto civilizacional pode ser resumido na vontade de poder-dominância-enriquecimento, com base na subjetivação do indivíduo branco, ocidental e cristão, e da objetivação de tudo o mais, seja submetendo-o a si, seja destruindo-o, seja fazendo-o espelho do ocidental. O outro — como a mulher, a cultura diferente, o povo distinto, a natureza — deve ser subordinado ao imperialismo da razão ocidental. Nesse projeto, o mercado mundialmente integrado e a razão instrumental, que deu origem ao projeto científico-técnico, constituem a base da nova economia global. Mas também são suas expressões o patriarcalismo, o colonialismo que submete praticamente todos os povos não-brancos do Norte e a agressão sistemática à natureza. (Boff, 2000) Nessa perspectiva, a cultura contemporânea é analisada a partir da lógica da competitividade, do acirramento das relações sociais, da dominação sem saída com suas múltiplas facetas, do fim dos valores, da democracia e das conquistas das revoluções dos dois últimos séculos. O mundo agora é um grande supermercado, e quanto mais aumentam os níveis educacionais globais, mais diminuem as condições de percepção do ser humano sobre si mesmo e o outro, transformados em indivíduos consumistas, isolados e desterritorializados de uma cultura convergente e plena. Essa visão dual e polarizada define, na minha avaliação, o modo por meio do qual as questões de gênero relacionadas com os sistemas de comunicação e informação intervêm na concretude da revolução das mulheres neste início de milênio.

Segundo pesquisas em inúmeros setores da vida contemporânea, o nível de participação da mulher com uma outra cosmovisão tem sido definitivo para a mudança nos padrões de relacionamento social, cultural, político, informacional e planetário. Dito de outro modo, enquanto se dá, em nível macro, mudanças sem controle — para usar uma metáfora de Anthony Giddens —, o que está ocorrendo nos fluxos da vida cotidiana e dos valores, geralmente sob controle das mulheres, torna a análise das partes das totalidades do mundo global atual ainda menos indefinível. Tudo o que foi negado ao mundo do feminino e de gênero está agora descortinado e percebido nas esferas públicas e nos sistemas de informação e comunicação. Para as mulheres, a presença de um espelho que revela as suas transformações significa um salto quântico e, para os homens, trata-se de uma ruptura dos padrões de gestão do poder patriarcal e de dominação. Até mesmo as múltiplas formas de violência de gênero, agora visíveis em escalas de inaceitabilidade pública e global, contribuem para a construção de outras formas de alianças e parcerias, que desestabilizam os modelos anteriores.

Em suma, na perspectiva otimista, holística e integradora da modernidade com a pós-modernidade, do retorno “ao sujeito”, estão emergindo novas consciências, portadoras de uma outra ética e de uma outra cosmovisão de dimensões planetárias. Ela é que nos remete a uma revisão da subjetividade coletiva e institucional, como já está ocorrendo em todo o planeta. E, na perspectiva pós-moderna e racional de ruptura da sociedade atual com a modernidade, da morte do “sujeito” e do permanente fim-de-algo, estamos diante de um tempo de mudanças que liberam o indivíduo dos autoritarismos, porém, colocam-no impotente diante de si próprio e para o mercado. Não resta dúvida de que os dois momentos dessa polaridade estão presentes na contemporaneidade, mas para efeito desta análise, vale a pena revisitar uma recomendação jovial de Brecht, ou seja, devemos usar nosso tempo com coisas *novas e ruins* e deixar que as coisas *boas e antigas* se enterrem. Pois, entre o exercício da razão iluminista e patriarcal e o de uma outra cosmovisão, o mundo do feminino, reestruturado nas mulheres e nos homens, é a grande incógnita do futuro da humanidade e para as novas estruturas de pensamento. Dito de outro modo, a emergência do feminino nas questões de gênero e

nas relações das esferas públicas contribui para uma crescente não aceitação da competitividade amoral, não aceitação dos *globalitarismos* — para usar uma expressão de Milton Santos — e uma rejeição de todas as formas de exclusão de povos, culturas inteiras, países e regiões, e anuncia a emancipação da diversidade humana e da biodiversidade como patrimônios da humanidade e não apenas da sociedade de mercado.

A REVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A mesma análise dual acima aplica-se à análise do papel dos sistemas de comunicação e informação na sociedade global. Porém, neste caso, ela vem acompanhada de um viés, posto que a maioria dos estudos encontram-se no campo da racionalidade iluminista, da expansão dos sistemas tecnológicos e científicos das corporações e da inevitabilidade da formação de um planeta-mídia para toda a humanidade. Nesse terreno, as ciências da comunicação e da informação esbarram num campo sem saída, quando não ancorado nas ciências sociais e na antropologia. Entretanto, poucos pesquisadores realizaram estudos relacionando os sistemas de informação e comunicação contemporâneos com uma outra cosmovisão ou na perspectiva das questões de gênero. Mesmo o transdisciplinamento, cuja análise contempla o “eu incluído”, encontra-se em dívida com a área dos estudos mediáticos. Em geral, as pesquisas, crescentes em todo o mundo, priorizam formas de acesso aos sistemas, monitoramentos da mídia, análises de recepção de programas, estudos de produção e programações e análises de expansão das corporações, e somente a contribuição dos *cultural studies*, aplicados à emergência da diversidade e dos pluralismos contemporâneos por meio da mídia, têm aberto janelas para a compreensão do novo.

Portanto, dentro da visão iluminista, racional, pós-moderna e pessimista na maioria dos casos, o surgimento da primeira sociedade global planetária, estruturada em uma visão anglo-saxã do mundo, ou seja, protestante, branca, masculina e do Norte, pensar a expansão cultural do mundo e dos sistemas de comunicação e informação implica analisar um campo de irreversibilidades, no qual as contradições tendem a desaparecer.

Nessa perspectiva e com a revolução digital em curso, torna-se extremamente difícil estabelecer distinções entre o mundo das mídias, o mundo da comunicação, o mundo do que poderíamos chamar de *cultura de massas* e o mundo da publicidade. Cada dia existem menos fronteiras entre esses três setores, como apontou Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique*, no *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre. Nesse mundo mediático, a informação constitui um sistema à parte, que atua com lógica específica, em âmbito global, diferente da sociedade-espetáculo, embora a informação também se constitua em espetáculo, como nas guerras do Golfo e de Kosovo, nos anúncios científicos das corporações ou na crise de governabilidade do governo dos Estados Unidos, a partir das acusações jurídicas de assédio sexual do presidente Clinton.

O planeta-mídia, nessa vertente, está sendo ocupado, com grande velocidade, desde a década de 90, por instituições políticas, empresas multinacionais e publicidade e propaganda política tanto de governos como de empresários que atuam por intermédio de eficientes equipes de porta-vozes. Os empresários, por outro lado, *partners* dos sistemas econômicos e financeiros, detêm a infraestrutura, os meios de comunicação, a Internet e a informática, integrados num complexo sistema satelital, que torna cada dia mais difícil identificar quais são os elementos mediáticos que formam parte do mundo da comunicação.

Com isso, torna-se complexo compreender, ainda segundo Ramonet, (2001:12) “o que chamamos em geral de cultura de massas em seu sentido mais amplo, como a telenovela, os *comics*, a literatura de massas, os livros de massa, o cinema de massas, o esporte, a música, etc.”. Esse admirável mundo novo tem sido possível — e tende a se expandir de forma exponencial nos próximos dez anos — graças à revolução digital, que possibilita a mescla e a integração de texto, som e imagem, e uma distribuição cada vez mais barata e ilimitada. Nesse mundo, telefone, aparelho de TV e computador convergem tecnologicamente, e as funções específicas de um será cada vez mais difusa, interativa, expandida e de fácil manuseio, principalmente para as jovens gerações.

A Internet já anuncia o princípio dessa convergência e, nela, não é mais possível distinguir texto, imagem, som, informação, publicidade e cultura de massas, diferentemente do que é a televisão. Com o sistema digital da banda larga e, portanto, com o aumento da velocidade na transmissão e na recepção, as imagens do cinema, da televisão e do videogame podem ser expandidas cada vez mais globalmente.³ Trata-se apenas de uma questão de tempo, pois as tecnologias já estão disponibilizadas para o mercado.

Nessa perspectiva de análise, a convergência das mídias e dos sistemas de informação está facilitando a formação dos conglomerados com capacidade econômica, financeira, política e cultural de gestionar todos os meios simultaneamente, independentemente de cultura, territorialidade e organização social, para um número crescente de “usuários” em todo o planeta. Nos Estados Unidos — e, portanto, no mundo — a fusão da *Time Warner* com a AOL, maior portal de Internet, permite o acesso a revistas, agências de notícias, cinema e distribuição por intermédio da *Warner*, música, televisão a cabo, CNN mundial e regional, mais o portal da AOL se instalando em todo o planeta, com parceria da *Microsoft*. Na Europa, uma fusão franco-americana deu origem ao grupo *Vivendi Universal*, que atua na área de música, cinema, empresas editoriais e agências de publicidade; fornece serviços de lazer e cidades para férias com capacidade para grandes contingentes de pessoas. No Brasil, para dar um exemplo, a *Rede Globo de Televisão* saltou do 26º para o 12º lugar no *ranking* dos conglomerados mundiais de mídia em apenas três anos e tem atualmente capacidade para produzir e distribuir em todas as frentes mediáticas, inclusive ao redor do mundo, como já o faz.⁴

Como explica Fredric Jameson no ensaio *As Transformações da Imagem*, estamos vivendo uma euforia da alta tecnologia, dos computadores, do espaço cibernético, celebrada diariamente pelas empresas de comunicação.

Este é o verdadeiro momento da sociedade da imagem, na qual o sujeito humano está exposto ... a um bombardeamento

de até mil imagens por dia, ao mesmo tempo em que sua vida privada é totalmente observada e analisada, medida e enumerada em bancos de dados ... e tudo parece cada vez mais culturalmente familiar. (Jameson, 2001:115)

Por outro lado, como acentua Giddens, essa é a razão, também, do surgimento de identidades culturais locais em várias partes do mundo e da percepção da diversidade humana.

Para os estudiosos dessa área, entre eles Armand Mattelart, Robert McChesney, Noam Chomsky, Ignacio Ramonet e outros, a implantação do planeta-mídia e da expansão mediática em seu conjunto, constitui-se em aparato ideológico da globalização. Armand Mattelard analisa, por exemplo, como esses sistemas funcionam em rede e antecedem simbolicamente ao projeto expansionista da economia global. Robert McChesney, que acompanha as lógicas das corporações de mídia, mostra a relação que se estabelece geralmente entre os sistemas de informação dos estados nacionais, as leis, constituições, privatizações e as parcerias com instituições internacionais de gestão global, como o Banco Mundial e outras. Noam Chomsky alerta para a relação desses sistemas com a indústria de guerra. E Ignacio Ramonet demonstra como aquilo que diz a imprensa repete-se na televisão, no rádio, nos noticiários, nas ficções e nos tipos de apresentação dos modelos de vida. Esses processos têm sido possíveis com a transformação das informações da vida, em todas as suas dimensões, em mercadoria de consumo, portanto, em lucro ilimitado para as corporações. Estão relacionados, ainda, com a revolução digital, que permite a instantaneidade e uma aceleração absoluta da circulação dos bens simbólicos e das informações, à velocidade da luz, ou seja, a 300 mil km por segundo. Nesse sentido, a profusão do sistema atua cada vez mais no nível das sensações, das impressões, da rapidez para evitar aborrecimentos, da infantilização do discurso, do aumento da espetacularização, da dramaturgia, do riso fácil, do discurso estereotipado, eufórico ou trágico, especialmente em relação à publicidade. Em suma, o sistema expressa-se capturando as emoções dos usuários e transformando-as em *commodities*.

A revolução das mulheres acompanha pari passu a formação da sociedade global e planetária. Em si mesma, e como analisa Anthony Giddens no livro *Mundo em Descontrole*; essa expansão econômica, acompanhada da expansão dos sistemas de comunicação e informação, afeta não apenas o que está afastado, distante e “lá fora”. É um fenômeno que está afetando aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas. Por exemplo, o debate sobre valores familiares, que está se desenvolvendo na maioria dos países, poderia parecer distante e casual, mas não é.

Há uma tensão no mundo atual, especialmente à medida que as mulheres reivindicam maior igualdade. Até onde sabemos pelo registro histórico, jamais houve antes uma sociedade em que as mulheres fossem sequer aproximadamente iguais aos homens. Essa é uma revolução verdadeiramente global da vida cotidiana, cujas conseqüências estão sendo sentidas no mundo todo, em esferas que vão do trabalho à política. (Giddens, 200:23)

Uma das conclusões, portanto, pouco discutida até o momento, é que a própria revolução das mulheres, assim como de outros e grandes eventos do final do século XX, têm relação direta com a expansão dos sistemas informativos e mediáticos.⁵

Um segunda dimensão é a da revolução do conhecimento, que impacta mais as mulheres do que os homens, pois eles já circulavam nas esferas públicas. Segundo dados da ONU, 70% dos pesquisadores da história da humanidade estão vivos e produzindo, neste momento, grandes transformações planetárias. Isso implica constatar as grandes revoluções nas áreas de biotecnologia, cosmologia, física, química, astronomia, ecossistemas, energia, eletrônica, ou seja, a humanidade encontra-se diante de conhecimentos cumulativos que permitem reavaliar as condições da vida humana e da vida do planeta. Segundo outras pesquisas, cerca de 60 milhões de pessoas — e dessas, aproximadamente 42 milhões são mulheres — compõem o quadro atual das lideranças emergentes da nova sociedade planetária. Nunca houve tanto empenho e trabalho voluntário feminino atuando num quadro solidário de mudanças.

Uma aproximação ao tema permite comprovar que muito mais informações encontram-se disponíveis para as mulheres em todo o planeta, ajudando-as a buscar, de modo mais sincrônico, novas formas de organização da vida cotidiana em áreas de interesse comum, que vão desde relacionamentos, saúde, política até estratégias de sobrevivência grupal, comunitária e internacional.

Uma segunda análise possível é a de que a expansão dos sistemas informacionais, junto com o aumento do acesso das mulheres à educação, tem conflitado não apenas as relações de gênero, mas as estruturas do pensamento. Como analisa Edgar Morin em *Introdução ao Pensamento Complexo*, o momento atual é de reaprender a aprender. “Reaprender é difícil, aprender é fácil. Reaprender é mudar a estrutura do pensamento”, afirma Morin, uma tarefa que parece cada vez mais atinente ao modo feminino de olhar o mundo. A reeducação de si próprio — que nesse caso é uma questão de gênero — significa sair de uma minoria; significa, no pensamento de Morin, que aqueles que sentem o problema como desviantes tendem a ajudar outros a mudar, por meio de círculos concêntricos de expansão, como vem ocorrendo com a revolução mundial das mulheres, com as questões de raça e etnia e também com as lutas das minorias.

A lógica da submissão, entretanto, que afeta as maiorias, é um ponto crucial, histórico, e uma missão importantíssima para a renovação do pensamento neste novo milênio. Por outro lado, a análise das relações de dominação — que implicam uma

(...)submissão paradoxal, resultante de uma violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento (Bourdieu, 1999: 7-9)

— ganhou na contemporaneidade pensadores homens como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Christopher Lasch, entre outros, mostrando que não só mulheres estudam mulheres e que as conseqüências de uma visão androcêntrica do mundo merecem uma revisitação.

Uma terceira análise possível é a de que, em nenhum outro momento da história, esse descortinar da diversidade do ser mulher no mundo atual foi capaz de criar tantas sinergias e cumplicidades em escala planetária, quer seja pelo impacto da sociedade da imagem, quer seja usando suportes tecnológicos para implantação de redes de ação e solidariedade. Ao atuar no mundo da política e das emoções, os sistemas de informação e comunicação fazem emergir as contradições entre o exercício da democracia e da política nas questões de gênero e o exercício das emoções nas esferas públicas. O que se sabe é que são mais as mulheres que questionam o *modus operandi* do mundo audiovisual da televisão e que são mais os homens que reagem frente ao sistema informacional. Mesmo assim, ainda constituem um enigma para os estudos de comunicação, questões como: quais os impactos das imagens da morte da princesa Diana, a catarse brasileira com a morte de Ayrton Senna, as cenas de guerra e estupro de mulheres nos Bálcãs, a potencialização das emoções através das telenovelas para a vida cotidiana de milhões de telespectadores em todo o mundo, a exposição de crianças às imagens de violência real e simbólica, à transformação das religiões em espetáculo mediático, enfim, de experiências que envolvem as emoções de milhões ou bilhões de pessoas, simultaneamente, em escala global. O que estaria ocorrendo de fato com a percepção humana neste momento da história? Se, nas diferenças de gênero, o mundo das emoções é um atributo de natureza feminina, somos levados a inferir que a consolidação das culturas de massa do mundo mediático das *commodities* traz no seu bojo a própria derrota dos valores patriarcais.

Onde está, portanto, o coração do problema, sob a ótica do movimento de mulheres, em relação aos impactos da sociedade da informação e do planeta-mídia? Em primeiro lugar, pode-se constatar que o movimento de mulheres, via de regra, organizou-se paralelamente à implantação dos aparatos mediáticos, embora tenha influenciado e sofrido influência dos mesmos. Foram revoluções interdependentes, porém, de trajetórias singulares. Por parte das mulheres, os desafios para a constituição de direitos e cidadania excluíram das prioridades a análise das contradições culturais e ideológicas nas esferas públicas. Permanece, assim, um

certo desconhecimento a respeito dos modos de operar e funcionar dos sistemas de produção e distribuição mediáticos e de expansão da informação e comunicação. Com isso, operou uma certa visão instrumental do sistema, que atribuiu à mídia o papel de difusionismo informacional, funcionando *low profile* e em competição com a estrutura comercial e patriarcal do próprio sistema. A Internet foi o grande ponto de convergência entre a revolução das mulheres e a revolução da sociedade da informação. Graças a ela, institucionalizaram-se as redes locais, regionais e globais, que tornaram possíveis a realização das conferências mundiais e a organização de projetos entre várias regiões e culturas. Nessa área, o movimento de mulheres interagiu com os sistemas alternativos de informação, especialmente com as redes de rádio e com a expansão das novas tecnologias.

Um segundo ponto refere-se à visão, geralmente ortodoxa, pessimista e pós-moderna, que o movimento de mulheres e as instituições financeiras *partners* adotam a respeito do papel dos sistemas de informação e comunicação na sociedade contemporânea. Dentro dessa perspectiva, observa-se uma certa satanização dos sistemas de informação e comunicação, uma certa derrota do pensamento feminista e um vazio analítico das contradições nas quais esses sistemas operam. Embora a *Plataforma de Ação da Conferência da Mulher* de Beijing e outros tratados internacionais abordem o tema, eles não tiveram ressonância prática dentro do movimento de mulheres, salvo raras exceções. Em geral, as ações se deram por meio de monitoramentos da imagem da mulher na mídia, de ativismo por meio de *media advocacy*, especialmente na área de saúde e direitos reprodutivos, questões de raça e etnia e na realização de campanhas de propaganda social, principalmente com relação à violência doméstica.

Um outro ponto refere-se à ausência de estudos feministas sobre os sistemas de informação e comunicação, que contribuam para a elaboração de novos paradigmas, para um re-aprendizado da estrutura de pensamento a respeito das questões de gênero na sociedade mediática. Pensar o novo, como diz Edgar Morin, não é uma tarefa fácil, mas necessária e urgente, e será consequência de uma outra cosmovisão da sociedade contemporânea, na qual o

lado feminino da vida humana, mais liberado e ativo, possa responder por uma harmonização das dualidades e das polaridades.

Finalmente, o movimento de mulheres deverá enfrentar a ausência de diálogo com as jovens gerações. Não só estamos diante da primeira sociedade planetária, como frente a frente com a primeira geração digital da história da humanidade. Digital no sentido de que a maioria é descendente de um estar ativo frente aos sistemas de comunicação, ao contrário da geração 60, que foi passiva consumidora dos sistemas analógicos — rádio, televisão, jornal. Trata-se de uma geração inquieta, de inteligência múltipla — para o bem e para o mal — e que, conforme indicam as pesquisas, confia mais nos aparatos comunicacionais e informativos, nas instituições internacionais, do que nos valores de família ou no modo atual de gestão da coisa pública. No Brasil, a chamada geração digital está composta de cerca de 30 milhões de jovens entre 12 e 24 anos e é o maior contingente jovem da história do País. Nada é mais familiar para eles do que o mundo visto através dos aparatos comunicacionais, das novas tecnologias e dos processos alternativos de produção da informação e da comunicação. O diálogo intergeracional é ainda uma tarefa pendente, embora essa geração seja, efetivamente, a primeira a desfrutar, em sentido amplo, das conquistas da revolução das mulheres. *Stricto sensu*, as riquezas do mundo contemporâneo, as conquistas científicas e tecnológicas, a construção de outros valores para as relações de gênero, a emergência das diversidades, a defesa da vida e da biodiversidade são uma tarefa comum e, certamente, uma das principais heranças para essa primeira geração do novo milênio. Como já se observa na escola, nas relações humanas, sociais, políticas, econômicas e artísticas, o futuro da geração digital está diretamente inter-relacionado com os sistemas informativos e comunicacionais. Nesse caso, o gap é das mulheres e não do futuro, que já chegou e que será diferente.

NOTAS

1. Texto preparado para a *Oficina: gênero, mídia e educação em consumo*, realizada em São Paulo, no período entre 12 e 14 de março de 2001, pelo

GTGênero da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, sob a coordenação da Rede Mulher de Educação e Aditepp.

2. Ler o livro *Entrevistas sobre o fim dos tempos*, Umberto Eco et alii, Rocco Ed., Rio de Janeiro, 1999, ou a obra do prof. Humberto Maturana, que compõe com Edgard Morin as discussões sobre o transdisciplinamento.

3 Por exemplo, já chegaram ao Brasil as lojas de fliperama digital, onde os jogadores globais de videogame se reúnem e formam verdadeiros clãs de adversários e jogadores, espalhados por todo o mundo. Um dos jogos coletivos mais populares é o *Counter-Strike*, em que uma heroína ajuda a enfrentar um grupo terrorista e resgatar reféns. Os clãs são formados por jogadores de ambos os lados, em Nova York, Roma, São Paulo, Johannesburg, Hong Kong ou Lima. O jogo global requer apenas conhecimento de informática e Internet e interage jovens de todo o mundo. A *Cyberathlete Professional League*, que controla o sistema, é patrocinada pela Nike e tem associados em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília. Em abril de 2001, São Paulo será sede de um torneio latino-americano, em preparação ao encontro mundial.

4. A *Rede Globo de Televisão* transmite em sinal aberto e transfronteira para os países vizinhos, do Mercosul, para a América Latina, através de cabo, para os Estados Unidos, Japão, Europa e Ásia. Vende seus programas na África de língua portuguesa e está reestruturando o sistema de produção de telenovelas e cinema, para exportação diferenciada e de acordo com as exigências das culturas locais. Como parceira internacional do *Citicorp*, da *Warner*, do *Murdoch* e de outros conglomerados de mídia, ela prepara-se para as transmissões digitalizadas e para a nova fase da interatividade dos sistemas, que começa em 2002.

5. A televisão, por exemplo, transmitiu direto e ao vivo a queda do muro de Berlim e, desde as conferências mundiais do Cairo e de Pequim, tem aumentado exponencialmente a presença de uma outra imagem da mulher no mundo mediático, em função do debate internacional e das pesquisas a respeito da participação da mulher na produção, no mundo trabalho, nas descobertas científicas e na re-semantização dos bens simbólicos, familiares e da vida cotidiana. Como disse o jornalista Carlos Rodrigues, em discussão sobre mulher e mídia, jornalistas, escritores e produtores audiovisuais ou *webdesigners* “sabem que a mulher tem um papel importante, mas não sabem mais como tratar o tema”. Objetivamente, rompeu-se o imaginário das construções simbólicas a respeito da mulher, sendo que um outro paradigma está em construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOFF, Leonardo. (2000), *A voz do arco íris*. Brasília, Letraviva.
- BOURDIEU, Pierre. (1999), *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand.
- JAMESON, Frederic. (2001), “A transformação da imagem”, in *A cultura do dinheiro. Ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, Editora Vozes.
- GIDDENS, Anthony. (2000), *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro, Ed. Record.
- RAMONET, Ignacio. (2001), “El poder mediático”. *Revista America latina en Movimiento*, ALAI, Quito, Ecuador.

HIP-HOP: O QUE HÁ DE NOVO?¹

Regina Novaes

Foi inicialmente como consumidora que presenciei, nas palavras do grupo Pavilhão 9, “a tomada, por assalto, do cenário nacional” pelo movimento hip-hop. Como consumidora estranhei o deslocamento das imagens e notícias sobre a periferia (desabamento na favela, filas para vagas no setor de saúde ou de educação, rebeliões na Febem ou em penitenciárias, chacinas, ruas sem esgoto, casas inacabadas...) dos telejornais para as revistas, canais de televisão e programas especiais que giram em torno do mundo pop. Foi estranho ver na MTV, entre dois cliques onde predominavam as coloridas roupas da moda fashion, os cabelos coloridos e os ambientes hiperreais, ao lado de cenas de alguma favela, negros engazupados, armas, 111 presos mortos e corredores do Carandiru. A década de 90 foi invadida pela presença da periferia para além do lugar em que até então ela estava. O rap, o grafite e o break invadiram o universo urbano, veiculando-se pelo universo pop (Marta Jardim).

Há muito que investigar para saber como e por que a periferia tornou-se *um produto altamente vendável*. O depoimento da antropóloga Marta Jardim (1999:3) é instigante. Ela fala de um contexto em que os jovens das periferias das grandes cidades também se tornam criadores de moda e estilo incorporados por muitos jovens de classe média. Não são estilos que buscam diluir a condição social periférica com uma roupa *insuspeita* do centro. Ao contrário, acentuam os traços socialmente associados à marginalidade, fazendo da roupa uma espécie de denúncia, de caricatura da imagem associada à periferia. Certamente a *diferença*, imagens e falas *fora do lugar*, tem valor comercial no mercado. É por isso que parece não haver intenção de *enquadrar* o rap.

Os Racionais MCs exemplificam bem essa história. Em São Paulo, em 1988, jovens moradores da periferia, batizados musicalmente como Edy Rock e K.L. Jay, participaram de uma coletânea chamada Consciência Black, lançada pelo selo Zimbabwe.

No mesmo disco, outros dois jovens, Mano Brown e Ice Blue, participaram gravando a música Pânico na Zona Sul. Descobriram afinidades e formaram os Racionais. Hoje, a Mano Brown, Edy Rock, Ice Blue e K.L. Jay (DJ) agregam-se mais nove pessoas de equipe de apoio. No palco, no total, chegam a treze. O narcotráfico, a corrupção e a violência policial são os temas de suas letras. A inspiração, dizem, vem de Capão Redondo, bairro violento do extremo sul de São Paulo, que — segundo tem sido divulgado pela mídia — contabiliza treze assassinatos por mês. Mano Brown, vocalista do grupo, continua morando lá, na periferia.

Periferia e favela, aliás, são palavras-chave nessa complexa história. Mas, neste artigo, eu gostaria apenas de me deter em três aspectos. Em primeiro lugar, é importante destacar algumas das características que dão o contorno à cultura-movimento hip-hop e, ao mesmo tempo, alimentam as controvérsias que dinamizam seu interior. Em seguida, trago algumas informações sobre as diferenças e semelhanças entre jovens urbanos de diferentes classes sociais que *gostam de rap*, da música da periferia. Por último, colocaremos o foco nos jovens das periferias e favelas para indagar sobre os efeitos do *rap* nos projetos culturais e intervenções sociais nesses espaços que se caracterizam por vários tipos de carências e violências.

HIP-HOP: TENSÕES CONSTITUTIVAS EM SEIS PONTOS DE CONTROVÉRSIA

As Raízes (sobre os mitos de origem)

[Foi no] (...) final dos anos 60 quando um disc-jockey chamado Kool Herc trouxe da Jamaica para o Bronx a técnica dos famosos “sound-systems” de Kingston, organizando festas nas praças. Herc não se limitava a tocar os discos, mas usava o aparelho de mixagem para criar novas músicas. Alguns jovens admiradores de Kool Herc aprofundaram a técnica do mestre. O mais talentoso deles foi Grandmaster Flash, que criou o “scratch”, ou seja, a utilização da agulha do toca-discos arranhando o vinil no sentido anti-horário. Além disso Flash entregava um microfone para que os dançarinos pudessem improvisar

discursos acompanhando o ritmo da música, uma espécie de “repente eletrônico”, que ficou conhecido como RAP. Os “repentistas” são chamados de rappers ou MCs, isto é, masters of ceremony. O rap e o scratch não são elementos isolados. Quando eles aparecem nas festas de rua do Bronx, também estão surgindo a dança break, o graffiti nos muros e trens do metrô nova-iorquino. Todas essas manifestações culturais passaram a ser chamadas por um único nome: hip-hop. O rap é a música hip-hop, o break é a dança hip-hop e assim por diante (Vianna, H., 1998).

Além do rap (com seus DJs e MCs) e do break, há também o grafite, compondo a trilogia sagrada de um fenômeno social que é chamado pelos próprios participantes de movimento ou cultura hip-hop. Sabe-se que nos EUA há grupos violentos, financiados pelos traficantes. Mas há também os grupos de caráter pacífico que se propõem a substituir a violência das brigas entre grupos pela competição na música, na dança e no grafite. No Brasil os grupos que se tornaram conhecidos são contra as drogas e pregam a paz. Essa postura favorece conexões entre os grupos do movimento hip-hop com instâncias governamentais, organizações não-governamentais e igrejas.

Ainda assim, existem discussões sobre as raízes do hip-hop. Um trecho de um artigo escrito pelo DJ TR, pesquisador, ativista do hip-hop e colunista do jornal Afro Reggae Notícias² exemplifica a controvérsia. Diz ele:

(...) o surgimento do hip-hop, no País, foi em São Paulo, entre os anos de 1982 e 1983, através de equipes de som que nos anos 70 importaram dos Estados Unidos o soul e o funk — a trilha sonora do movimento black power, que se tornou o primeiro momento de união da juventude negra do Brasil. Mas há relatos na Bahia de ganhadores de pau, escravos que trabalhavam nas ruas de Salvador e que desenvolveram o canto falado com letras de denúncia contra a escravidão. Histórias como essa tendem a reforçar o discurso nacionalista de alguns militantes extremistas do hip-hop, que tentam excluir a influência americana de nosso rap. Não conseguem. A própria história dos EUA registra a presença dos griots, escravos que trabalhavam nas lavouras de café, utilizando o canto para divertimento, para contar

histórias dos antepassados e resistir à pressão do senhor. Todas essas coincidências nos permitem o rap como algo instintivo e de origem africana. Mas é a partir da migração jamaicana que o rap começa a ser formado, adquirindo sua forma definitiva nos EUA. Uma outra parte do movimento se baseia completamente no comportamento do rap americano atual, esquecendo-se totalmente dos próprios valores gerados pelo movimento no Brasil (...)

Esse trecho exemplifica bem o constante debate sobre as origens da cultura hip-hop. O autor apresenta duas posições polares (nacionalista e americanista), mas sabemos que ainda existem tantas posições intermediárias, como a dele próprio, que, reconhecendo a procedência americana, termina o artigo com uma afirmação e uma indagação:

não devemos confundir nossa gratidão pelo aprendizado com troca de nacionalidade. Nascemos e vivemos no Brasil, onde o dia-a-dia não se compara ao dos EUA. Se conseguimos facilmente copiar os atos negativos do rap de lá, então por que não nos esforçamos um pouco para imitar o que têm de positivo?

O hip-hop não é, portanto, um movimento orgânico que produz grupos homogêneos. Ao contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que os diferenciam em países, cidades, bairros e estilos, já que a circulação de bens culturais não se faz nunca em uma direção unilateral. Assim sendo, a discussão sobre as origens nunca vai acabar. Essa é uma controvérsia constitutiva do hip-hop. Na verdade, ao reafirmar ou negar raízes do passado, os grupos estão se posicionando sobre questões do presente, estão fazendo escolhas e construindo alianças e identidades.

O Mercado (Quem vende? Quem se vende?)

Cronistas da periferia, os rappers se declaram “contra o sistema”, mas se movem dentro dele. Criticam a mídia, atribuem a ela a responsabilidade por boa parte das agruras do mundo atual, mas estão nela, principalmente nas páginas culturais quando lançam os CDs, mas dizem escolher quando e com quem falar.

Nas entrelinhas das reportagens, muitas vezes pode-se ler indagações críticas: “estão na periferia, mas já não são da periferia”. Não admitem, mas “são produtos da indústria cultural”. Com efeito, clipes dos Racionais e de MV Bill já foram premiados na MTV. Em 1998, um dos vocalistas dos Racionais recebeu da MTV o prêmio Revelação do Troféu e, ainda, o prêmio Escolha do Público; seu clipe de 8 minutos da música Diário de um Detento concorreu a um prêmio internacional na Alemanha. O clipe Soldados do Morro, de MV Bill, antes de ser premiado na MTV, ganhou um processo, pois foi acusado de “incitamento ao tráfico”.

Há argumentos recorrentes para não aceitar convites da Rede Globo e de programas de auditório em geral. Em primeiro lugar, é que é melhor “não aparecer nestes programas que tiram sarro dos grupos. Não iríamos vender nosso som para estes caras. Não somos produto, somos artistas” (Edy Rock, Racionais, Jornal da Tarde, 4/8/98). Ou, em uma versão mais *light*, podemos ouvir algo como: “tem programa de auditório em que o apresentador não deixa a gente se expressar. Convidam para ridicularizar. Mas os programas que dão uma liberdade, mesmo que não seja total, dá para ir.” (MV Bill, Democracia Viva, nov. 2000/fev. de 2001). Em segundo lugar, nesses programas eles não controlam os cortes de suas falas e de seus clipes. Nesse contexto justificam a ida à MTV, porque “é uma emissora musical”, não cortam os clipes onde é fundamental que imagens fortes se juntem às suas letras. Um dos integrantes do grupo, K.L. Jay, tem um programa na MTV que objetiva descobrir novos grupos.

Descobrir *novos grupos* é aumentar a lista dos que sonham sobreviver através da música, que sonham entrar nesse mercado. Nesta seqüência, uma pergunta é constante entre jovens que fazem esse tipo de música: fazer carreira é entregar o rap para a indústria fonográfica? Vender onde e para quem? É possível vender sem se vender? A resposta nunca é consensual.

Uma corrente expressa o sonho de fazer distribuição estritamente para a periferia, circulando os produtos e o dinheiro do movimento somente “entre os manos”, que “compreendem a mensagem e se enxergam nas imagens” (ver Jardim, 1999). Mas a maioria que se manifesta sobre o assunto considera que se restringir

aos “manos da periferia” seria “permanecer no gueto” e a “mensagem” ficaria só para quem já sabe. O mercado seria então imprescindível para fazer o hip-hop cumprir sua pregação de “crítica ao sistema”.

O debate prossegue: depois de um contrato, as letras estão ou não mais palatáveis *ao sistema*? A questão é saber qual é a fronteira entre “ganhar dinheiro com ética” ou “fazer uns baratos escrotos para ganhar dinheiro”.³

Na prática são várias as situações. Há grupos que produzem e vendem um número limitado de cópias nos chamados circuitos alternativos, tais como: festivais, ONGs e pouquíssimas lojas especializadas. Há grupos que conseguem contratos com gravadoras comerciais; estes se dividem entre os que se “entregaram para o sistema, a mídia” e os que conseguem resistir com maior ou menor sucesso de vendagem. Há outros grupos que só gravam em gravadoras independentes, mas dependem de outras gravadoras para distribuir e comercializar. E, finalmente, há alguns grupos que alcançam a situação ideal: garantem a *mensagem* e chegam aos números de vendas do grande mercado através de gravadoras e distribuidoras independentes.

Os Racionais MCs estão nessa última situação. São sempre citados nessas discussões. Tornaram-se um paradigma. Gravaram em produtoras independentes e mais recentemente possuem seu próprio selo. Recusaram vários contratos de grandes gravadoras. Entre os participantes do movimento hip-hop, tornou-se mítico um diálogo que teria havido entre Mano Brown e um importante diretor da Sony. Conta-se que, depois de oferecer um contrato milionário e receber uma recusa, o diretor teria dito: “Mas você sabe quanto dinheiro isto representa?” Brown teria dito: “Sei muito bem, mas não quero”. A história pode ser contada de maneira diferente, ser mais ou menos detalhada, mas o núcleo é sempre o mesmo: duvida-se de que “um negro da periferia saiba quanto é este dinheiro, ele sabe, sabe e não quer”. Contado em situações diversas, este diálogo reafirma o lugar de liderança d’Os Racionais MCs entre outros grupos musicais e entre seus fãs. Resta saber como se recontará a história se Os Racionais assinarem contrato com uma grande gravadora.

Enfim, a questão de vender ou não vender (para a indústria fonográfica e para os meios de comunicação) é uma constante que sintetiza uma tensão fundamental e constitutiva do movimento hip-hop. Uma tensão que não pode ser abolida. Se abolida levaria consigo a alma do movimento que — para manter sua marca identitária — não pode nem ficar isolado *sem levar a mensagem*, nem se submeter à lógica estritamente comercial que predomina no mercado e na mídia, pois — de novo — isso colocaria em risco a própria mensagem e anularia a *missão*.

As Mulheres (Cultura de Rua e Relações de Gênero)

Os poucos grupos de rap de mulheres são exceções sempre citadas.⁴ Nos eventos promovidos no Rio de Janeiro, no início dos anos 90, o grupo As Damas do Rap chamava a atenção por ser o único grupo feminino. Há notícias de novos grupos de meninas como, por exemplo, entre meninas internas na Febem em Porto Alegre. Há poucas mulheres no movimento hip-hop.

Assim sendo, o lado *masculino/machista* não passa despercebido nas entrevistas e nos debates públicos. A resposta mais freqüente remete às contingências da *cultura de rua*. Nesse contexto, a rua é associada à violência, à criminalidade, às brigas de turma, à discriminação policial. Em certos bairros não se pode sair à noite. Muitos jovens, sobretudo as meninas, que trabalham de dia, deixam de freqüentar a escola, pois a circulação à noite é extremamente arriscada. E, na contabilidade final, são os jovens do sexo masculino os que mais matam e os que mais morrem. A rua é associada ao perigo e está fortemente associada ao mundo masculino. Portanto, a chamada cultura da rua estaria mais associada aos meninos do que às meninas.

É interessante notar que as *mulheres da comunidade* — mães, esposas, irmãs e filhas que vivem na periferia — estão quase sempre ausentes das letras. De certo ponto de vista, os rappers poupariam essas mulheres próximas. Em uma entrevista à revista Raça (1977), Mano Brown deu uma explicação que parece ir nesse mesmo sentido: “Para falar a verdade, a gente não tem mais mensagem para mandar pras mulheres. O mundo que a gente vive é outro. Mulher é a parte boa da vida”.

Contudo, há letras que falam de outras mulheres. Os Racionais compuseram *Mulheres Vulgares*. Esta fala sobre mulheres consumistas e prostituídas. Indagado sobre o sentido da letra, Blue, dos Racionais, respondeu: “No nosso caso, do mesmo jeito que a gente aponta o negro limitado, aponta o traficante ... se formos falar das minas tem que apontar a falha também” (revista *Raça*, 1997).

Nos debates a que assisti, não havia moças respondendo pelo movimento hip-hop, e as respostas dos rapazes ao questionamento sobre relações de gênero podem ser assim resumidas: tem que mudar o machismo dos homens, mas também as moças que “não se sentem no direito de estar, por isso recuam e não se empenham”.

Em resumo: ora justifica-se que as mulheres não estão presentes nas letras através das características da cultura de rua, porque “seu mundo é outro”; ora são objetos de crítica: aquelas que estão no caminho errado, tal qual os policiais e traficantes; ora a questão está na dominação masculina interiorizada nas próprias meninas que “não se sentem no direito de estar”.

Hoje já aparecem mais grupos de rap compostos por mulheres. Em um artigo intitulado *Hip-hop Nacional Feminino*, MV Bill, rapper, 27 anos, morador da Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio, nome de batismo Alex, apelido de infância Rato Bill, MV — que quer dizer Mensageiro da Verdade — no lugar de MC, afirma que, no ano passado, por ocasião do prêmio Hutus 2000, “as mulheres estiveram presentes com um grau de respeito que poucas vezes vi no movimento”. Nesse mesmo artigo ele anuncia a chegada de um CD “de uma mulher, que normalmente tem espaço limitado no meio” (Portal Viva Favela, 15/6/2001). Ou seja, há avanços, mas a cultura hip-hop está longe de ser *politicamente correta* no que diz respeito a se aproximar de um equilíbrio de gênero. A controvérsia prossegue.

Raça Negra (com quais critérios e fronteiras?)

A dupla Thaíde & Dj Hum propõe uma espécie de aliança entre negros e quem está com eles. No hip-hop eles são considerados pioneiros: eles “foram os caras que deram o pontapé inicial de verdade no rap no Brasil”, diz K.L. Jay do Racionais.

Segundo reportagem do jornalista Pedro Biondi “eles são os ‘irmãos mais velhos’ da efervescente geração de jovens que está dando o novo rosto das periferias”. Na mesma entrevista para a revista Caros Amigos (Especial, setembro de 98) eles dizem que preferem circular entre os diversos grupos e tendências do movimento negro sem se filiar a nenhum. São considerados moderados, pois evitam discriminar brancos. A dupla invoca a importância de “ser negro por inteiro”, mas “por favor respeitando o irmão claro que está a seu lado torcendo por você”.

Os Racionais, por sua vez, são vistos como menos moderados. Suas letras de rap combinam denúncia de racismo, críticas nacionalistas e deixam evidentes as desigualdades raciais. Vejamos um exemplo:

60% dos jovens de periferia, sem antecedentes criminais, já sofreram violência policial.

A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras.

Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros.

A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo.

Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.

(Capítulo 4, Versículo 3)

Sobre esse assunto, Oliveira (1999) observa que

(...) a idéia de mano está fortemente ligada à noção de negritude, orgulho e identidade racial. A primeira frase de seu último CD é ‘Ogun Yê!’ — saudação ao Orixá Ogun, em iorubá. As camisas da grife do grupo trazem a inscrição ‘Preto tipo A’, mostrando um tipo de orgulho racial que é sempre visto como racista no Brasil. E esta é a surpresa. A música dos Racionais está trazendo algo que o movimento negro nunca conseguiu: comunicação de massa com a massa. Suas músicas e suas roupas são cantadas e usadas por jovens negros pobres da periferia, jovens negros de classe média, jovens mestiços de todas as classes e jovens brancos dos Jardins.

De fato, enfatizar o *orgulho racial* e ampliar o circuito de consumidores é a novidade. Através da via artística — com todas as especificidades que hoje conformam o mercado de bens culturais — torna-se possível esta conjugação: afirmar a negritude Preto Tipo A e *sair do gueto*, “conseguindo coisas que o movimento negro

nunca conseguiu”. Conjugação que, diga-se de passagem, tocando na questão de mercado, não é um ponto pacífico no interior da cultura hip-hop e tampouco entre correntes e concepções de luta contra o racismo no Brasil.

Como vimos, a afirmação da negritude se faz pela via das crenças religiosas. Nesses casos, as letras buscam conexões entre Jesus Cristo e Oxalá, isto é, entre as tradições cristãs e as afro-brasileiras. Pedro Biondi, em reportagem citada anteriormente, afirma que a dupla Thaíde e DJ Hum valoriza “o lado espiritual”. Os *irmãos mais velhos* do hip-hop brasileiro na faixa Brava Gente, cantam: “Nossas origens viraram macumba/ malvistas e jogadas nas encruzilhadas”. Na faixa Sabe Quem Eu Sou?, fala-se da religiosidade brasileira: “Evoco espíritos no atabaque/ mas também preciso da bênção do padre”. Thaíde justifica sua fé com exemplos da vida real: “Como explicar a vez em que eu estava andando num trilho de trem, no meio de um puta tiroteio, sem nenhuma bala me acertar?”

A pergunta sugere que o cotidiano da periferia produz situações-limite, que banalizam a morte e que estimulam a fé entre os *sobreviventes*, o que se reflete na produção cultural desta geração, produzindo uma nova combinação entre temas de violência simbólica (presente sobretudo no racismo), cenas de violência urbana explícita e perguntas cujas respostas são encontradas no solo da religiosidade. No Rio de Janeiro, há uma letra do grupo Rappa que é exemplar dessa modalidade. Chama-se Cristo e Oxalá. Vale a pena transcrever um trecho:

*Oxalá se mostrou assim tão grande
Como um espelho colorido a mostrar
Pro próprio Cristo como ele era mulato
Já que Deus é uma espécie de mulato
Salve em nome de qualquer Deus, salve
Se eu me salvei, foi pela fé
Minha fé é minha cultura
Minha fé, minha fé
É meu jogo de cintura, minha fé*

Porém, é sempre difícil descrever os movimentos exatos desse *jogo de cintura*. Um trecho de entrevista de MV Bill, publicada pela revista Democracia Viva (Ibase, nov. 2000/fev. 2001) pode

dar uma idéia da complexidade da questão. Falando sobre a criação de um partido que representasse a maioria negra ele respondeu:

uma pessoa branca não tem sensibilidade suficiente para entender nossas necessidades e exigências. Só você sendo preto 24 horas por dia para saber o que é necessário fazer. Em todo lugar que o branco chega — ele foi criado assim, é tradição — não gosta de ser coadjuvante. Já o preto gosta desta situação, assume o segundo lugar. O branco tem o instinto de tomar a frente.

Ou seja, assumir a negritude e denunciar o preconceito racial são atitudes que se esperam de todos os grupos de rap. No entanto, a controvérsia é contínua, pois as fronteiras são fluidas, se modificam de grupo para grupo de acordo com as oposições e alianças em jogo.

A política (com ou sem Partido?)

Em várias declarações dos participantes do movimento hip-hop, quando se fala em política, cita-se ninguém menos do que Karl Marx.

O movimento hip-hop, depois do Movimento Sem-terra, é o mais importante do Brasil. Racionais vendeu um milhão de discos. Não está mais no gueto. Hoje não dá para falar de socialismo da forma que Karl Marx falava (LF, do grupo de rap DMN).

Nós acreditamos em revolução através do grito da música, mas depois vão ter que vir armas, né? É aquilo que Karl Marx já disse e Mano Brown reprisou, nós somos o efeito colateral do sistema (Marcelinho, do grupo Profetas da Revolução).⁵

Outro exemplo: no vídeo Rap: O Grito da Periferia, realizado pela TV Educativa, aparece um grupo da cidade de Tiradentes que exhibe e aconselha o livro *O que é Revolução?* de Florestan Fernandes. São exemplos. Haveria outros, já que nas *posses* e *Associações Culturais* existem *bibliotecas* e o objetivo de oferecer informação.

Na prática, os grupos possuem graus variados de ligação ou recusa de ligação com partidos políticos e de tomadas de posição na política partidária. Na última eleição, na cidade de Diadema, o

MH20 (Movimento Hip-hop Organizado) oficializou em público seu apoio à candidatura de Lula. Já a dupla Thaíde & DJ Hum faz questão de dizer que o apoio ao PT não é incondicional: “Às vezes a gente apóia um candidato ou partido, mas se ele pilantrar a gente retira o apoio.” Dizem que não querem ser obrigados a “dar satisfação”, a “prestar contas de suas idéias”. Com ironia se definem “como do PPP: Partido do Povo da Periferia” (Caros Amigos, Especial, número 3, 1998).

Os Racionais MCs, no geral, dão apoio a candidatos do PT. Na última eleição presidencial, a imprensa explorou um comentário infeliz do candidato Fernando Henrique Cardoso, que teria se referido a “jovens com ares de marginais” que estavam ao lado do Lula em um comício, sem saber que *artistas* eram aqueles que estavam entre os mais vendidos no País naquele momento (Isto É, 21 de outubro de 98). No entanto, trata-se de *apoio* circunstancial e não engajamento orgânico no PT. Após as últimas eleições, as declarações políticas dos Racionais têm sido sempre de desencanto com a política e, sobretudo, com os políticos.

Contudo, se até pouco tempo atrás, os rappers pareciam zelar por sua liberdade sem se submeter às regras e decisões das organizações do Movimento Negro ou de um partido político, se era em tom de brincadeira que diziam pertencer ao PPP, Partido do Povo da Periferia, hoje há uma novidade no ar. Este ano os jornais publicaram várias notícias sobre a efetiva fundação do Partido Popular Poder para a Maioria — o PPPomar. Esse Partido não é exclusivo de rappers, mas nele seus nomes são sempre destacados.

Em artigo recente, Celso Athayde (Portal Viva Favela 17/9/2001) indagou ao rapper GOG de Brasília sua opinião sobre o PPPomar. A resposta foi longa. Lembrando toda uma trajetória de sofrimento e lutas dos negros no Brasil, considerando o Rio de Janeiro como “estado-berço que embala os sonhos do novo, mas calejado PPPomar”; GOG conclui:

Sou PPPomar porque, na longa e antiga luta libertária do povo negro, seus filhos legítimos fugiram à luta. Sou PPPomar porque a questão racial está em um novo estágio (...). E qual é a hora? A hora é de arregaçar as mangas, trabalhar,

denunciar, politizar os movimentos de massa. Não só com o discurso do “ódio ao inimigo dos olhos azuis”. Mas cobrando que seja contada a verdadeira história e o valor de nossa contribuição nestes quinhentos anos de Brasil Pátria-madastra.

Suely Carneiro, coordenadora da ONG Galedés, ativista do Movimento Negro e pesquisadora do CNPq, resume bem os desafios e os pontos positivos da empreitada, em entrevista para a revista Democracia Viva (Ibase jul. 2001/out. 2001) que lhe indagou: “O que você acha do PPPomar?” A essa pergunta, Suely respondeu que considera que a radicalidade dessa idéia é proporcional à exclusão política que os negros vivem dentro dos partidos de direita e de esquerda. Disse que considera positivo o fato dos jovens negros exercitarem o fazer político, assumindo a ousadia que a idéia de criar um Partido negro contém. E comentou: “vindo de rappers, tal como conheço em São Paulo, é uma saída light, considerando a violência do discurso que em geral têm. Temos que receber de uma maneira muito positiva esse desejo de participação política”. Mas Suely também não desconhece os obstáculos: “Torço para dar certo. Provavelmente, sofrerá retaliações de toda ordem. Uma tentativa de queimá-lo na origem por suposta aproximação com o tráfico de drogas ou a questão do divisionismo”.

Karl Marx e/ou Florestan Fernandes e/ou Mano Brown? PT e/ou PPPomar? O PPPomar será um partido apenas de negros? Ou do tráfico? Esses flashes dão uma idéia do debate que ainda está por vir.

O Tráfico

Os grupos de rap se vêem com uma missão. Há um mal a combater. Para os Racionais o mal é localizado nas “garotas rebolando no Gugu”, no “alcoolismo”, no fato de “o ser humano ser descartável no Brasil como Modess usado ou Bombril”. Mas, para todos, no geral, o mal está sobretudo nas drogas. “Deixa o crack de lado, escuta meu recado.” Esta é a pregação d’Os Racionais. Consideram o tráfico o maior mal dos subúrbios pobres do País. Afirmam que “existe um plano para acabar com os manos”. Desejam salvar *os manos* — jovens da periferia — da morte

prematura, através de “ideologia”, “autovalorização” e “dignidade”. Mas como se colocam em relação aos traficantes?

A cultura hip-hop não se desenvolve num espaço vazio de conflitos e relações sociais. Os traficantes existem e é preciso saber lidar com eles. Existem críticas sobre a *maneira ambígua* como traficantes e bandidos aparecem nas letras das músicas e nos cliques.

Referindo-se aos Racionais, afirmou o jornalista Mário Marques: “Eles são politicamente corretos, são contra as drogas, mas não chegam a condenar explicitamente o crime por saberem que o meio em que vivem não é exatamente favorável a uma rotina alheia à marginalidade” (O Globo, 4/4/98).

Os rappers colocam-se como observadores:

Falamos aquilo que vivemos. Vejo corpo estendido a duas quadras da minha casa. Somos uma espécie de repórteres da periferia. Falamos aquilo que 50 mil manos querem dizer, mas não têm oportunidade. Na periferia somos respeitados por todos: de trabalhadores a traficantes (Edy Rock, Jornal da Tarde, 2/12/97).

E isto produz o efeito de certa neutralidade. No entanto, essa postura é mais do que uma estratégia para evitar o confronto com os traficantes.

Como diz Mano Brown, em entrevista ao jornalista Pedro Paulo Soares (Caros Amigos Especial 3): “Não é fácil você apontar culpados e inocentes, há muita coisa envolvida nisto.” Essas dúvidas espelham as vivências e sentimentos contraditórios ali socialmente produzidos. Fazem um trabalho de prevenção com os manos que ainda não entraram ou que são chamados a sair do *mundo do crime*. Mas também expressam compreensão com os *manos* que foram condenados por participação no tráfico de drogas ou em outros crimes. Daí a presença dos Racionais nos presídios e nas Febems.

É verdade que Os Racionais já tiveram problemas com traficantes em São Paulo. Quando foram visitar escolas nas regiões citadas em suas músicas como as mais violentas, a diretora da Escola recebeu alertas do *povo do tráfico*. Mas, via de regra, não há conflitos diretos com os traficantes.

Na mesma direção vai a reflexão de MV Bill (Democracia Viva, número 9, nov./fev. 2001). Indagado sobre a relação entre tráfico e favelas, ele respondeu:

O tráfico não traz nada de bom para a comunidade. Não posso ser contra o cara que está vendendo porque ele cresceu comigo, mas sou contra o tráfico de drogas. Não existe aliança a ser feita, a única coisa que pode existir é uma relação de respeito. Eles trabalham para fazer o negócio deles (...). Faço shows em qualquer favela. Mas quem me leva já sabe do que eu falo. Conhece meu discurso e sabe que ele não muda quando chego no palco. Às vezes fico entre a cruz e a espada. Não sou a favor da polícia, nem a favor do tráfico e na favela tem os dois. Só que o pessoal do tráfico entende minha posição.

Três ingredientes criam cumplicidade entre os que estão na *periferia*: a crítica social que os faz todos — traficantes e trabalhadores — “efeito colateral do sistema”; a crítica à violência e à corrupção policial que produz uma mesma reação transversal entre todos, bandidos e moradores e, finalmente, um discurso moral — pontuado por conhecidas imagens e símbolos religiosos — que evoca valores comunitários, compartilhadas dúvidas existenciais sobre o sentido da vida e sobre a banalização da morte.

Portanto, o hip-hop está sempre *entre a cruz e a espada*, entre a polícia e o tráfico. E esta é uma tensão constitutiva desse movimento nas grandes cidades do Brasil.

O HIP-HOP E OS JOVENS DE TODA CIDADE

A despeito das tensões acima descritas, hoje já não dá para descrever o cenário cultural das grandes cidades brasileiras sem citar os rappers com suas conexões internacionais e parcerias locais. O hip-hop é fortemente local e, ao mesmo tempo, faz parte de uma densa rede internacional. Alguns grupos chegam a um certo circuito do mercado internacional. Já fizeram shows na Europa, mais precisamente na Alemanha e nos Estados Unidos.

No caso d’Os Racionais, o volume de vendas do grupo chama a atenção desde o primeiro trabalho. Holocausto Urbano, selo

Zimbabwe, vendeu 50 mil cópias, número significativo para uma banda iniciante. Em 1993, o grupo vendeu 250 mil cópias do disco Raio X do Brasil; produzido por uma gravadora independente e sem tocar nas principais rádios.⁶ O último CD, Sobrevivendo no Inferno, vendeu 200 mil cópias em duas semanas e chegou a vender um milhão de cópias. Em 15 dias passou a ocupar lugar de destaque nas lojas de todos os shoppings do País. Como noticiou uma grande revista de circulação nacional, “os mauricinhos e as patricinhas, que Os Racionais parecem odiar, não tiram o disco de seus CD players”.

Isso sem contar o que foi vendido em edições piratas. Indagados sobre este *mercado negro* os Racionais lamentam as perdas financeiras, mas se mostram tolerantes, pois

esse problema é delicado. Sei que nossos discos são pirateados e acredito que mais de 150 mil discos foram vendidos. Estamos conversando com nossa distribuidora Zimbabwe para saber que atitude vamos adotar. Talvez nós mesmos iremos recolher estes CDs piratas. Mas também precisamos ver o problema social. O nosso público é formado por pessoas que estão desempregadas ou que ganham salário baixo. Se na loja o CD custa 20 reais, a solução é comprar um falso por 5 reais. Quem vende também não é culpado. Culpado é quem fabrica (K.L. Jay, Jornal da Tarde, 4/8/98).

Podem vender para todas as classes, mas para eles seu verdadeiro público está na periferia. Ao mesmo tempo, dizem que seus shows são divulgados apenas através de cartazes colados nos postes das cidades. Dizem: “Nossa mídia são os bailes, o boca a boca”. Os Racionais fazem shows em grandes casas noturnas nas principais cidades do País. O ingresso desses shows custa vinte e cinco reais. Porém, nessas ocasiões fazem outros shows muito mais baratos ou mesmo de graça nas periferias. No Rio de Janeiro, após se apresentar em uma casa noturna — o Imperator — já foram tocar nas favelas de Santa Marta e Vigário Geral. Diz K.L. Jay: “Na periferia a gente toca com prazer porque estamos do lado do nosso povo. Eles entendem o que os Racionais falam nas letras (...)” (Jornal da Tarde, 4/8/98).

Em 1999, quando os Racionais MCs se encaminhavam para chegar ao recorde de 1 milhão de cópias do seu Sobrevivendo no

Inferno, uma pergunta foi reiteradamente feita pela mídia: por que jovens brancos e ricos gostam dos Racionais MCs? Segundo Oliveira (1999), a MTV, canal mundial especializado em música, chegou a realizar um programa de debates buscando entender quem são e onde estão os mais de milhares de manos que consomem os seus discos. Várias opiniões foram dadas. Mas não há uma pesquisa feita que nos apresente informações quantitativas que permitam estabelecer o perfil desse consumidor.

O que se sabe é que se trata de um público composto por jovens certamente diferentes entre si pela religião, cor, escolaridade, local de moradia, renda familiar. Mas se essas variáveis são importantes para caracterizar e diferenciar esse público, elas não são suficientes para explicar diferentes tipos de consumo do produto oferecido pelos Racionais. Para além da dicotomia periferia/centro, tão enfatizada nas letras das músicas, subgrupos de jovens de diferentes estratos sociais se aproximam em termos de marcas geracionais comuns. Além do que, internamente, nos mesmos estratos, surgem também diferenças a partir de estilos, gostos e sonhos.

Na ocasião do estouro de vendas dos Racionais MCs, fiz uma pesquisa qualitativa sobre o assunto. Ouvi conversas espontâneas, provoquei outras e, assim, recolhi várias explicações para o sucesso dos Racionais entre os jovens do Rio de Janeiro. Com esse material, foi possível identificar três diferentes perfis entre os jovens que ouvem os Racionais. Os perfis formam quatro círculos concêntricos, um central e mais consistente, outro maior e mais híbrido, um terceiro bem mais fluido e um quarto do qual se fala, mas ninguém se identifica.

O pessoal do hip-hop

No núcleo central estão jovens que se identificam com o movimento hip-hop. Moram muito mais *nas periferias* do que nos bairros de classe média. Estes fazem questão de se distinguir de *outros* que moram nos seus mesmos locais (periferias e/ou bairro de classe média) e gostam de rap como item de consumo, puro e simples. Dizem que valorizam as letras, ou seja, “a mensagem”. Incorporam maneiras de se vestir, de pensar, falam contra as drogas e contra o sistema. Não

bebem nos espaços de encontro do movimento. São consumidores fíéis, mas é grande a parcela que se vê como “produtores culturais” — de fato ou em potencial — de rap, break ou grafite.

Os *alternativos* ou *cabeças feitas*

Já para o segundo círculo, o *gostar dos Racionais* está conectado com afinidades entre as bandeiras dos Racionais e a dos “movimentos pela cidadania”, ecológicos, de grupos jovens organizados via ONGs, igrejas, partidos políticos ou movimentos estudantis, dos quais participam. Como sabemos, os grupos musicais têm se apresentado como um canal de participação dos jovens na década de 90. Tornaram-se um meio de participação política e de expressão de suas dificuldades num momento de crise econômica, de valores e de perspectivas de futuro. O gosto musical sinaliza a adesão a um certo conjunto de referências culturais. As gírias, as formas de se vestir e de se comportar e as letras das músicas que cantam demarcam identidades. Certas escolhas fazem com que se juntem em turmas, galeras, grupos, nos quais os jovens trocam idéias, elaboram projetos, se sentem companheiros... Atualmente nos encontros que reúnem jovens, além dos grupos de discussão e das plenárias, cada vez mais se incluem oficinas culturais e shows de grupos “que têm mensagens”.

Esses jovens “alternativos”, “conscientes”, “cabeça feita” também estão na periferia/favela e/ou nos Jardins/asfalto. No *asfalto* muitos passaram por algum *grupo jovem de igreja* e/ou grêmio estudantil. Nas áreas mais pobres, além dos grupos de jovens religiosamente motivados, destacam-se os que participaram de projetos implementados por ONGs em parceria com organismos de igrejas ou de governo. Estatisticamente falando, são minorias no asfalto e na favela, na periferia ou nos Jardins que — com as devidas diferenças — se reconhecem através do interesse (e da tomada de posição) em determinados temas, tais como: desemprego, miséria, poluição, dificuldades da vida na cidade, discriminação racial e por local de moradia, violência policial, Aids, desejo de espaços e canais de diversão mais interessantes e acessíveis. Identificam-se com as lutas pela paz, são contra a pena de morte, bebem “socialmente”; se consomem drogas, no geral param na maconha.

Os consumidores da mensagem

Em seguida, há um círculo um pouco mais amplo e mais fluido. Nos grupos de discussão que realizamos no Rio de Janeiro, os jovens moradores de áreas pobres e violentas que se enquadram nesse perfil são aqueles que estão conseguindo prosseguir os estudos e se inserir — ainda que precariamente — no mercado de trabalho. Já os de classe média, que foram ouvidos, são estudantes de colégios particulares. Estes também não são potencialmente *produtores culturais* ou da turma *cabeça*. São apenas consumidores. Diferentemente dos grupos anteriores não vestem a camisa ou são seduzidos pela interpretação geral da realidade que pode ser encontrada nas letras. Via de regra não têm o objetivo de conectar o *gostar dos Racionais* com outras formas de *participação social*. Seus hábitos são diversificados. Entre eles há os que não ingerem bebidas alcólicas ou drogas, alegando “preservação da saúde”, os outros que dizem que bebem nas horas de lazer e há quem fume “um baseado aqui ou ali”. Para o pesquisador poucos dizem que já experimentaram cocaína. Não têm opinião fechada contra ou a favor da pena de morte. Mas, ao ouvir os Racionais, dizem que “entendem a mensagem”. Reconhecem nas “reportagens” dos Racionais “verdadeiras descrições da realidade”. Como disse um jovem de classe média: “Os Racionais mandam bem quando criticam a polícia em quem a gente não pode confiar. Eles falam o que a gente queria falar”.

Os desligados da mensagem

Segundo diferentes jovens que participaram dos grupos, haveria um outro círculo mais periférico ainda. Ali estariam os que “gostam porque é moda”, “gostam porque há gírias e palavrões nas letras” e “nem refletem sobre as letras, é o ritmo que empolga”. Geralmente quem está falando imputa aos *outros* essas limitadas motivações.

Uma marca geracional comum

Não ouvi ninguém dizer — na primeira pessoa — que a mensagem não importa. Quando falam de si, a crítica à polícia é um denominador comum aos diferentes jovens que “gostam de

ouvir os Racionais”. Para além de todas as diferenças, há uma percepção negativa da polícia, que os aproxima.

O medo da polícia é uma marca, na experiência dessa geração, que aproxima jovens de condição social, projetos de vida e gostos diferentes. Para além das diferenças de local de moradia, o medo de “se encontrar” com a polícia pode explicar a afinidade dos jovens com o conteúdo das letras. No cenário atual, sobretudo nas grandes cidades, só o fato de ser jovem e estar transitando à noite nas ruas produz suspeitas e vulnerabilidade. Certamente, o medo e as experiências dos jovens com a polícia não são iguais. Os negros, moradores das favelas e conjuntos habitacionais que o digam. Eles são alvos preferenciais. Mas os brancos e mais abastados também não se sentem seguros, nunca podem prever, ter certeza de como a polícia vai agir com eles. Todos sempre têm um caso pessoal ou muito próximo de violência policial para contar. Enfim, entre jovens — da periferia ou dos Jardins, do asfalto ou da favela —, a experiência negativa com a polícia pode ser vista como uma marca geracional comum que favorece o reconhecimento da *verdade* nas letras dos rappers.

O HIP-HOP E OS JOVENS DA “COMUNIDADE” (PARCERIAS E “PROJETOS SOCIAIS”)

O hip-hop não é a perfeição, como alguns credos religiosos. Essa cultura é a cópia fidedigna da sociedade na qual ela se encontra inserida e isso tem aspectos positivos e negativos. A cultura hip-hop, repito, é uma alternativa para se chegar à mudança, seja ela qual for, mas depende da consciência de cada um (Portal Viva Favela Hip-hop brasileiro em revista, Def Yuri 21/05/2001).

O hip-hop no Brasil atingiu sua maioridade, tem vida própria e identidade. Há muito tempo, uma parte significativa de adeptos da cultura hip-hop deixou de fazer parte do grupo dos colonizados, apresentando evolução e autenticidade. Em minhas andanças, pude confirmar uma certeza: cada local do Brasil tem sua história.(...) E o hip-hop já apareceu sofrendo deturpações (coincidências com os dias de hoje?). Mas, graças a Oxalá, uma parcela significativa conseguiu se salvar e disseminar a cultura hip-hop na sua essência (Portal Viva Favela hip-hop brasileiro em revista, Def Yuri 21/05/2001).

Nesse trecho da crônica de Def Yuri — que, em sua coluna no Portal Viva Favela, se apresenta como ativista da cultura hip-hop desde 1983, repeador, compositor e produtor —, para além da reafirmação da existência de correntes que “deturpam” ou “salvam a essência” do hip-hop, há outra afirmação importante: “cada local do Brasil tem sua história”. É verdade que a propagação veloz de certos símbolos e valores, pelos mais diversos países, permite que jovens — de diferentes condições sociais e de diferentes locais do mundo — de alguma forma partilhem um mesmo universo de referência. Mas isso anula apropriações diversas e uma multiplicidade de vivências baseadas nas culturas regionais, nas diferenças de renda, de gênero, de raça, etnia, local de moradia, personalidade. Ou seja, cultivado em solo americano, hoje espalhado pelo chamado *mundo globalizado*, o movimento vai ganhando expressões próprias, incluindo as marcas culturais das periferias de cada país, de cada cidade, de cada lugar. Sem a munção do *local*, não há *poesia* para este ritmo seco, marcado, de certa forma previsível.

Quem viu o filme *O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebosas*, co-dirigido por Paulo Caldas e Marcelo Luna, pôde sentir o impacto do plano aéreo da periferia do Recife contra os grandes edifícios daquela mesma cidade, ao som da música d’Os Racionais, saudando as identidades entre as favelas do Brasil. Periferia é periferia em qualquer lugar, dizem. Mas o filme também mostra as diferenças regionais existentes no interior da cultura hip-hop. Comparado a outros grupos de hip-hop paulistas e cariocas bem conhecidos, o grupo Faces do Subúrbio tem histórias e influências musicais singulares.

Na história do hip-hop no Brasil, ninguém nega o peso específico dos paulistas. Um conjunto de elementos históricos e conjunturais alavancaram o hip-hop em São Paulo. E o ano de 1989 foi um marco importante. Os fundadores do movimento hip-hop organizaram um show comemorativo do aniversário da cidade de São Paulo (25/01), com o apoio da recém-eleita prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores. Nessa mesma gestão, quando o educador Paulo Freire era secretário da Educação, desenvolveu-se um projeto que se chamava RAPensando a Escola. O objetivo era

absorver esta cultura rap para a reconstrução do saber. Fazer experiência com grupos de rap na sala de aula através de

uma linguagem diferente daquela tradicionalmente utilizada. Ouvir a fala dos alunos para entender o processo de exclusão. Eram três grupos que percorriam as escolas públicas do município. Foram escolhidos três grupos. Os Racionais era um deles. Racionais já eram populares na periferia.

Luiz Fernando, o LF, do grupo DMN, que também participou do projeto RAPensando a Escola, relatou sua experiência:

A gente chegava na escola e trocava idéia. Entrava às 19:00 e saía meia-noite. A diretora tinha que mandar parar. Conversamos com os jovens que pichavam a escola: mano, será que você não pensa que é a mãe de um outro mano que vai ter que limpar esta parede? O grafite é um movimento revolucionário, eu gostaria que a minha mãe pudesse ler. Grafite é um trabalho... Vamos negociar com a diretora o lugar para grafitar.

Em São Paulo o trabalho foi interrompido no final da gestão Luiza Erundina.⁷ Mas vieram outros apoios e articulações. Quase dez anos depois estava acontecendo o 50 RAP em Festa, que contou com a participação de 57 grupos. Um dos organizadores era o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Mônica Paião Trevisan – Cedeca, que fica no Parque Santa Madalena e tem o nome de uma adolescente de quinze anos, assassinada após denunciar traficantes do bairro. A entidade foi fundada em 1989 pelo padre italiano Salvério Paulillo, conhecido como Padre Xavier, e pela advogada Valdênia Aparecida Paulino. O Cedeca tem sido um dos maiores incentivadores do movimento hip-hop. Em depoimento à revista Caros Amigos Especial (número 3), Padre Xavier, afirmando que há confluência de valores entre o hip-hop e os ideais cristãos, diz:

Estes meninos são sempre vistos pelas suas carências: eles não têm família, ou não têm escola, ou não têm emprego, ou não têm oportunidade. Nós aqui — no Festival — estamos vendo suas riquezas: eles têm música, têm poesia, têm dança, têm desenho e muito mais para mostrar.

No Festival o álcool é proibido, e como observou o jornalista Spency Pimentel, há um contraste entre a violência das letras (*vamos à revolução, diga não ao sistema*) com o clima familiar da platéia que reúne pessoas de todas as idades. As parcerias não se

fazem apenas nas campanhas contra o uso de drogas, mas também em projetos de intervenção social que visam a ampliação da cidadania. O Cedeca, por exemplo, recebe doações da Congregação Camboniana da Itália e realiza convênios com entidades governamentais — como a Febem e o Ministério do Trabalho — para acompanhar e capacitar jovens. Têm projetos ligados ao lazer, tentando usar o que é agradável aos jovens para desenvolver lições de cidadania. Em São Paulo, também a ONG Ação Educativa desenvolve um interessante projeto com rap nas escolas. Na cidade de Diadema hoje funciona a Casa do Hip-hop com 850 alunos inscritos. Lá, a cada último sábado do mês, acontece o hip-hop em Ação, evento que reúne shows, exposições e palestras sobre “cidadania, preconceito e saúde”.

No Rio de Janeiro, para falar de hip-hop é preciso lembrar da ação pioneira do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – Ceap, da Associação Hip-hop Atitude Consciente – Atcon, das promoções de Fernando Xhackal, do Festival da Voz Ativa na Maré, da coletânea Tiro Inicial e da produção do CD Tiro Inicial. Mas também no Rio de Janeiro, no início dos anos 90, foram os grupos funk que mereceram maior atenção de organismos governamentais e não-governamentais voltados para a “pacificação e integração da cidade”.

Na retomada, segundo Def Yuri, é importante lembrar também a produtora Dyak, que surgiu para facilitar a propagação do hip-hop surgido no Rio de Janeiro e lançou uma coletânea independente (que atingiu uma vendagem expressiva), com os principais grupos do Rio, tendo o nome de hip-hop pelo Rio. A coletânea foi lançada como show de hip-hop, realizado nos Arcos da Lapa, em 24 de julho de 1999, com um público estimado em quinze mil pessoas, em parceria com a Afro Reggae Produções Artísticas – Arpa, e a prefeitura. Contou com a participação de alguns dos maiores nomes daquele gênero musical, como GOG, Thaíde e DJ Hum, Câmbio Negro, entre outros. No documentário A palavra que me leva além — estórias do hip-hop carioca se pode ver entrevistas com Def Yuri e outros ativistas do hip-hop que tem sido feito no Rio.

Hoje no Rio de Janeiro, entre as ONGs que apóiam a disseminação da cultura hip-hop, destaca-se a ONG Campo

(Centro de Apoio aos Movimentos Populares da Zona Oeste), com o programa C/Jhip-hop, composto por cerca de 300 jovens da Zona Oeste. Também a Fase — uma das primeiras ONGs do Brasil — tem se destacado pelo apoio a iniciativas e vários grupos, como, por exemplo, o Afro Reggae de Vigário Geral. Hoje a Fase também desenvolve um trabalho de cooperação e parceria com o grupo Rappa. Por sua vez, a ONG Viva Rio convidou o produtor Celso Athayde, o rapper MV Bill e o repeador Def Yuri para participarem como colunistas do Revista da Comunidade, seção do Portal Viva Favela já citado neste artigo.

Se quiséssemos, poderíamos continuar a enumerar as iniciativas existentes. Contudo, aqui não se trata de citar todas. O mais importante é fazer notar que a existência, de um movimento ou cultura hip-hop amplia o campo de possibilidades dos jovens moradores das favelas e periferias, assim como abre novas possibilidades para a solidariedade e a comunicação social. Vejamos alguns exemplos.

O rap dá sentido para vidas

Da minha adolescência, carrego marcas que, se não fosse o rap, talvez não tivessem se cicatrizado e eu não estaria aqui falando com vocês. Muitas coisas eu devo a Deus, a minha mãe e ao rap. A partir do momento em que o rap me deu a oportunidade de reabilitação — ser uma pessoa normal, trabalhar, fazer algo pela comunidade —, passei a pregar o rap como se prega o evangelho (...). Não posso dizer qual foi o benefício que o rap trouxe para a população, posso dizer o que trouxe para mim. Ele me mudou, me deu uma perspectiva que eu não tinha. Acredito que, sendo passado com seriedade, como foi passado para mim, outras pessoas também podem mudar (MV Bill, revista Democracia Viva, nov. 2000/fev. 2001).

Os rappers fazem

Revista Raça: Vocês tinham um trabalho de prevenção às drogas?

Edy: Tinha, mas entrou o governo Maluf e acabou tudo.

Raça: Vocês pensam em fazer uma coisa de vocês, sem ser com a prefeitura?

Edy: A gente faz. O Blue com oficinas com garotos, o Brown faz palestras em escolas da periferia. Tem a escolinha de futebol.

O rap agrega

No Rio de Janeiro e em S. Paulo, a extensa rede de *rádios comunitárias* também ajuda a divulgar shows de grupos de rap. Em todas as grandes cidades, os grupos contam também com a publicidade dos manos ligados no movimento hip-hop.

Muitas vezes essa ação no local gera espaços de agregação social chamados de posses. Há quem diga que o movimento hip-hop pretende produzir. Como disse uma assessora: “(...) um coletivo autodidata e solidário. Às vezes a escola não é o principal. Se a informação está no jornal, nas garagens, na praça. É um processo de leitura, de informação. Processo a nível local”. São muitos os núcleos nas regiões periféricas de São Paulo.

A grande maioria dos participantes se informa, se agrega, experimenta, cria laços que duram o tempo desta idade da vida; nos grupos há grande circulação e constantes entradas e saídas como acontece com outras organizações de jovens.

A cultura hip-hop questiona a violência e as desigualdades sociais

Na verdade, os grupos de hip-hop têm participado de todas as parcerias consideradas *up to date* na chamada agenda cidadã. Projeto, parceria e campanha são palavras constantes no vocabulário desses grupos. Na trajetória d’Os Racionais MCs, do Afro Reggae, de MV Bill, do Rappa e de tantos outros, há lugar para parcerias com órgãos públicos, shows filantrópicos em ajuda aos doentes de Aids, campanhas do agasalho, campanha contra a fome, shows e visitas à Febem, aos presídios,⁸ campanhas pelo desarmamento, conexões culturais pela paz, etc...

Existem grupos de hip-hop que fazem parte de ONGs *Comunitárias* (ou “ONGs de dentro”) e outros que deram origem a ONGs *de Cultura*. E, a partir desse patamar institucional, propõem parcerias e formulam projetos de intervenção social. Esse é o caso do Grupo Cultural Afro Reggae⁹ que, ancorado no sucesso da banda (reconhecida por eles mesmos como uma “vitrine da instituição e um exemplo de projeto dentro da favela”), realiza o projeto Conexões Urbanas. Esse mesmo projeto, em setembro de 2001, enfrentou tiroteio da polícia quando — numa parceria com

a Prefeitura do Rio de Janeiro — foi e levou MV Bill, Caetano Veloso e Adriana Calcanhoto para um grande evento na Vila Cruzeiro. Os desafios continuam. Haja adrenalina!

NOTA FINAL

Combinar a contundência da *mensagem crítica ao sistema*, mercado e simpatia de uma parte da mídia é uma tarefa difícil. Mas, para levá-la adiante o pessoal do hip-hop tem um forte aliado: a experiência e a percepção negativa que os jovens — e boa parte da população das grandes cidades — têm da polícia. É esse o caminho para se reconhecer *a verdade* nas letras de rap.

Mas, se é verdade que quando se fala em hip-hop cruzam-se redes, parcerias, fontes de recursos materiais e simbólicos que se fazem presentes na história das lutas dos índios, negros, mulheres, homossexuais, etc..., nesse movimento musical — também diferentemente de outras expressões de *arte engajada* — há singularidades. Ele se conecta com o mercado; ultrapassa tanto o território sociogeográfico da periferia, quanto o circuito da sociedade organizada, envolvida em lutas pela cidadania; chega aos jovens do asfalto; e — ainda — produz um tipo específico de *benfeitor* ou *mediador de dentro*. Em seu interior busca-se *colocar as idéias na prática* no aqui e agora, local onde se mora, nas periferias e favelas.

Em outras palavras, a partir desse fenômeno, não se modificam apenas as conexões entre jovens nos Estados Unidos e no Brasil, no centro sul e outras regiões do Brasil, de classes sociais diferentes e com graus de *consciência social* diferenciados. Não se renovaram apenas as maneiras de pensar e agir no que diz respeito às relações com o mercado e com a mídia, às relações de gênero, à negritude e aos Partidos Políticos. Tudo isso é muito importante, mas não é tudo. Sua existência também modifica o panorama das intervenções sociais no interior das favelas e dos conjuntos habitacionais. Ligados à *periferia*, convocando a *favela*, esses grupos dão visibilidade a redes sociais preexistentes e constroem outras. São atores de um momento histórico em que se inventa um novo tipo de profissional militante e/ou militante profissional.

Essa última característica pode ser pensada em várias dimensões. Modifica trajetórias pessoais produzindo um *sentido para*

a vida; cria grupos, pois tem um caráter associativo que pode ser visto como locus de aprendizado para a participação social; motiva entre jovens interconexões urbanas baseadas em valores que combatem a desigualdade e o preconceito social; resulta na invenção social novos tipos de *produtores culturais*, profissionais ligados às comunidades, que andam pelas cidades do mundo.

A dobradinha *produtos culturais da periferia com qualidade + compromisso com combate às desigualdades sociais* está sendo feita. Trata-se sem dúvida de um grande *capital simbólico* acumulado. Reproduzi-lo e expandi-lo é o desafio. Se o mercado e a mídia não podem ser vistos apenas como representantes de um único diabo comprador de almas, é preciso não esquecer que ambos têm suas artimanhas para seduzir, instituir a lógica da competição e dividir. Se organismos de Estado podem ser parceiros, hoje já não é o bastante se contentar com os *projetos* pontuais e descontínuos. É preciso encontrar formas de alavancar eficazes políticas públicas de emprego, educação, cultura e lazer para a juventude. Afinal nem todos os jovens vão enfrentar o desemprego e o subemprego virando artistas. E, certamente, ao Estado, além de implementar políticas dirigidas para a juventude, cabe também criar *segurança pública*.

O Estado e a sociedade civil não só devem encontrar meios para atuar sobre os mecanismos de exclusão da juventude, como têm o dever de prover recursos materiais e simbólicos para modificar a polícia que está aí. Quando isso começar a acontecer, a chamada cultura hip-hop terá maior possibilidade de demarcar fortemente as fronteiras entre a *comunidade* e o tráfico..

Por fim, só nos resta torcer para que floresça o debate sobre as origens, as relações de gênero, a negritude e participação política. Mas floresça sem (re)produzir entropias. Afinal, o mais novo de tudo é que o *grito da periferia* tem ecoado no centro, no asfalto, nos ouvidos de jovens inquietos, desnaturalizando a violência, reconstruindo esperanças.

NOTAS

1. Este artigo está publicado em *Proposta- Revista Trimestral de Debate da FASE*, Ano 30, 90 : 66-83.

2. *Afro Reggae Notícias*, jornal lançado em janeiro de 1993. A ONG Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR) foi criada em junho do mesmo ano. Em agosto do mesmo ano foram assassinadas pela polícia 21 pessoas em Vigário Geral. O GCAR entrou em Vigário Geral um mês após o massacre. Em 1994, o GCAR obteve da Fase seu primeiro financiamento. Em julho de 1995, realizou o batizado da Banda AfroReggae, hoje conhecida em todo o Brasil.

3. As expressões entre aspas são de Mano Brown, dos Racionais, em uma entrevista publicada pela imprensa.

4. Sobre relações de gênero no *hip-hop* do Rio de Janeiro, ver Gonçalves, 1997:87/89.

5. Cf. *Mais de 50.000*, reportagem de Marina Amaral. *Caros Amigos Especial*, 3.

6. Jardim (1999:2) lembra que este número (250 mil) é o mesmo alcançado por Gabriel, O Pensador com o disco *Lôraburra* que no mesmo ano recebeu da Sony todos os investimentos prioritários para um *record*.

7. Outro projeto bem conhecido, na mesma linha, se desenvolveu em Santo André, onde houve uma parceria entre diretoria, professores e Secretaria de Educação.

8. Foi em uma visita ao Carandiru que nasceu o *rap* e o clipe *Diário de um Detento*. A base da letra é de um presidiário.

9. Ver nota 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DJ TR. (2001), “O som dos manos, a dança das mina”, in *Democracia Viva*, 9, Ibase.

GONÇALVES, Tânia V. (1997), *O grito e a poesia do gueto. (Rappers e movimento hip-hop no Rio de Janeiro)*. Dissertação de Mestrado. IFCS/ UFRJ.

MOTTA, Atháide e OLIVEIRA, Eduardo. (1998), “HP O reggae e o *hip-hop* à moda brasileira: radicalizando a diferença”. *Revista Democracia Viva*, 4, Ibase/Ed. Moderna.

OLIVEIRA, Eduardo. (1999), “HP de Quem teme o Brasil dos Manos?”, artigo inédito.

VIANNA, Hermano. (1988), *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

JARDIM, Marta. (1999), “O que dizer do *hip-hop* na Febem-RS?”, artigo inédito.

AGRICULTURA FAMILIAR: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E IGUALDADE DE GÊNERO

Maria Emília Lisboa Pacheco

O paradigma da produção dominante cria o imperativo da uniformidade, das monoculturas e do mercado. As mesmas corporações farmacêuticas, agroquímicas e de petróleo que monopolizaram o mercado de fertilizantes, de agrotóxicos, no caminho aberto pela chamada *Revolução Verde*, nos anos 50 e 60, transformaram a produção de sementes em um grande negócio com a *Revolução das Sementes* nos anos 70. Esse caminho resultou na consolidação do controle da cadeia alimentar por um grupo cada vez mais reduzido de empresas agroindustriais transnacionais e na legalização da privatização da vida, através dos direitos de propriedade intelectual. Nos anos mais recentes, essas mesmas corporações passaram a investir no controle sobre os processos biológicos e a matéria-prima da vida, a chamada *Biorrevolução*, para circular no mercado global uma quantidade cada vez maior de produtos homogêneos, manipulados geneticamente — os organismos geneticamente modificados, também chamados transgênicos (Flebes:2001).

Nesse cenário, constata-se a liberalização submissa e predatória da agricultura brasileira (Teixeira:1998) e a concretização de reformas neoliberais com o incentivo à agricultura convencional: imposição de custos reais ao crédito, com sua maior concentração social; desmonte dos serviços de assistência técnica e extensão rural; terceirização da pesquisa agropecuária pelas grandes corporações da química e da biotecnologia; desnacionalização do controle da base técnica agrícola, privatização da política de reforma agrária; transnacionalização da indústria de sementes.

A agricultura convencional baseia-se em práticas tais como: cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. Essas práticas desconsideram a dinâmica ecológica dos agroecossistemas.

A produção de alimentos é tratada como um processo industrial no qual as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura: sua produção é maximizada pelo aporte de insumos externos, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação dos seus genes e o solo é simplesmente considerado o meio no qual suas raízes ficam ancoradas (Gliessman, 2000:34).

Suas conseqüências são por demais conhecidas: destruição de paisagens e de ecossistemas, degradação ambiental com erosão dos solos, diminuição e poluição das reservas de água e assoreamento dos rios, erosão genética. A poluição genética e os impactos sobre a vida microbiana do solo, entre outros, com a introdução dos transgênicos, vêm somar-se aos efeitos da industrialização da agricultura. Do ponto de vista social, esse modelo desestrutura a diversidade dos sistemas de produção que asseguram a reprodução social dos vários segmentos de camponeses e a biodiversidade agrícola; concentra terra; provoca a migração e gera problemas de saúde tanto para o produtor como para o consumidor.

Esse paradigma não garante a *segurança alimentar*, isto é, alimentos em quantidade e qualidade suficientes e saudáveis e que correspondam aos vários sentidos simbólicos de que se revestem os alimentos nas diferentes culturas. Sob o domínio do livre mercado, do modelo agroexportador e das geopolíticas internacionais, crescem as ameaças à *soberania alimentar*, uma vez que não há prioridade de políticas para o mercado interno.

Na contracorrente desse modelo, defendendo uma agricultura sustentável, inspirada nos princípios da agroecologia, há um campo de forças políticas que inclui movimentos sociais, entidades socioambientais, núcleos de pesquisadores e extensionistas, etc., para os quais ter a *agricultura familiar* e *agroextrativista* como centro das políticas orientadas para o agro é reconhecer, para além dos determinismos econômicos, a importância da diversidade e dos

serviços que ela presta ao conjunto da sociedade do ponto de vista ambiental e sociocultural.

A agricultura sustentável tem uma base ecológica, que vem sendo informada por uma abordagem agroecológica, definida, segundo Stephen Gliessman, como a “aplicação de conceitos e princípios no desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis” (2000:45). Sua caracterização baseia-se na conjugação de vários fatores:

- Ter efeitos negativos mínimos no meio ambiente e não liberar substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, em águas superficiais ou subterrâneas.
- Preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde ecológica do solo, pois baseia-se na reciclagem dos seus nutrientes.
- Usar água de maneira que permita a recarga de depósitos aquíferos e satisfazer as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas.
- Dependem principalmente de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas e substituindo insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico.
- Trabalhar para valorizar e conservar a diversidade biológica tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas.
- Garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitar o controle local dos recursos agrícolas (Gliessman, 2000: 53).

Mas, além da base ecológica, a agricultura sustentável, inspirada na agroecologia, tem uma perspectiva *social, econômica e cultural*. As estratégias dos agricultores respondem não apenas a forças ambientais, bióticas e das culturas, mas refletem estratégias de subsistência e condições econômicas. Fatores como disponibilidade de mão-de-obra, acesso a condições de crédito adaptadas, subsídios, riscos previstos, tamanho e composição da família, acesso a outras formas de subsistência, doenças são exemplos de fatores que devem ser levados em conta para esse debate.

As influências sobre o pensamento agroecológico, conforme nos diz Altieri (1989), estão ancoradas nas ciências agrícolas, no movimento ambientalista, na ecologia, nos estudos sobre desenvolvimento e nas pesquisas e estudos antropológicos com

suas etnografias e análises sobre a lógica das práticas agrícolas dos povos indígenas e camponeses.

Os antropólogos chamaram atenção para a necessidade de se entender a organização social e as relações sociais de produção com a mesma intensidade que o ambiente e os cultivares, bem como resgataram o sentido do conhecimento empírico dessas populações e salientaram a complexidade dos sistemas agrícolas.

Nos últimos anos, esta perspectiva de conhecimento das estratégias camponesas estendeu-se para os estudos do papel da mulher na agricultura e no manejo dos recursos naturais.

SILENCIADAS, NÃO HÁ CLAMOR DE JUSTIÇA

O conceito de *relações sociais de gênero*, uma conquista das lutas feministas, trouxe várias contribuições para a explicação teórica sobre a opressão das mulheres. Faria e Nobre (1997:31-32) fazem uma interessante sistematização a propósito dessas contribuições, que retomo aqui:

- O conceito explica as identidades e papéis masculino e feminino como construção histórica e social, sujeita portanto à mudança. Essa construção tem uma base material e não apenas ideológica, que se expressa na divisão sexual do trabalho.
- As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres; através dessas relações começamos a apreender o mundo.
- As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais; os mundos do trabalho, da cultura e da política se organizam a partir dos papéis masculinos e femininos.
- Gênero contribui para superar as dicotomias entre produção e reprodução, entre privado e público e mostra como mulheres e homens estão ao mesmo tempo em todas essas esferas.
- A análise de gênero deve ser indissociada das análises de classe, raça, idade, vida urbana ou rural e momento histórico.

Aplicadas ao campo, as análises de gênero têm mostrado a subordinação e a subvalorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas. Essas análises também têm

demonstrado que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim como sua reprodução social (Deere, 1995).

É recorrente no País a percepção do *trabalho* na agricultura e no agroextrativismo como atividade masculina. Embora as mulheres participem de inúmeras atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade do seu trabalho permanece. Quando mulheres e crianças realizam o mesmo trabalho que o homem, entende-se que estão *ajudando*. A representação do trabalho como *ajuda* está muitas vezes associada também à oposição entre trabalho *pesado*, quando se trata de um trabalho realizado pelo homem, e *leve*, quando realizado pela mulher. Nesse sentido, “o trabalho não é definido com base no que ele realmente demanda do trabalhador ou trabalhadora, mas conforme o sexo de quem o realiza: qualquer que seja o trabalho realizado por homem é pesado e quando realizado pela mulher é leve” (Paulilo, 1987).

Durante uma pesquisa participante sobre “*O papel dos gêneros na comunidade rural, com ênfase nas atividades de produção e defesa vegetal*”, nos municípios paulistas de Piedade e Valinhos, a Rede Mulher Educação constatou que, em decorrência dessas representações da mulher como *ajudante*, tanto na percepção dela própria como na do homem, ela acredita que só o homem tenha o risco de contaminação por agrotóxicos. Essa também é a razão pela qual as mulheres não compareciam aos exames clínicos e à coleta de sangue no âmbito de um projeto que visava o controle de defensivos agrícolas.

No entanto, além da exposição direta aos venenos quando *ajuda* o marido, a mulher e as crianças estão constantemente no meio das plantações. Outro contato muito comum com os agrotóxicos, que põe em risco a saúde da mulher e de que ela não se dá conta, é a lavagem da roupa utilizada pelo marido durante a pulverização (Viezer, 1996).

Sem representar suas condições de *trabalho* como problema, dado o não reconhecimento do próprio trabalho, as mulheres mantêm-se numa situação de subordinação. Podemos dizer que,

como não há queixa, essa situação de injustiça de gênero não se converte em objeto de clamor por cidadania e *justiça ambiental*.²

Do ponto de vista teórico-político, a marginalização econômica das mulheres, como nos diz Beneria e Sen, não resulta da exclusão das mulheres das tarefas produtivas, mas da exploração do seu trabalho no sistema global das relações capitalistas de trabalho. A pobreza das mulheres obriga-as a participar “em um sistema que gera desigualdades e aproveita a hierarquia de gênero existente para colocá-las numa posição subordinada em cada diferente plano de interação entre classe e gênero” (*in Jaquete, s/d:16*).

O paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não-pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino, e ignora a divisão sexual do trabalho. Dessa crítica, feita pelas teóricas feministas, decorre, como nos mostra Diana Elson, que

(...) esta ignorância do trabalho reprodutivo não-pago e da divisão sexual do trabalho significa que a macroeconomia encobre o fato de que a redução convencional das despesas e a transformação das políticas monetária e fiscal funcionam, muitas vezes, não tanto pela transferência de uma dada quantidade de trabalho de uma atividade para outra, ou de um setor para outro, mas sobretudo pela extensão em tempo total de trabalho pago e não-pago das mulheres (1997:8).

No debate recente sobre sustentabilidade,

desenvolveu-se a compreensão de que os modelos sociais de apropriação do mundo material — dimensão do que se tem correntemente chamado de modelo de desenvolvimento — articulam simultaneamente formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais, que encerram valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas. Desta maneira, a sustentabilidade tende a ser entendida como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais (Acsegrad e Leroy, 1999:28).

Há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções, na concepção exposta, colocam-se no campo contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre a sociedade com a base material de sua existência numa perspectiva democrática, colocando-nos face a questões como exploração de classe e injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual:

(...) um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero e integrar neste conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado e a sustentabilidade do meio ambiente (Kurian, s/d).

A contraface da invisibilidade do trabalho da mulher, parafraseando Naila Keeber, são as políticas *cegas* de gênero ou estratégias *cegas* de gênero, isto é, que não se apóiam nas relações sociais de gênero e tendem a excluir as mulheres. Por oposição, há as políticas sensíveis de gênero, que partem do reconhecimento de que homens e mulheres participam de forma desigual do processo de desenvolvimento. Têm necessidades, interesses e prioridades diferentes e algumas vezes conflituosos. Esta perspectiva tanto pode incluir uma abordagem neutra como uma abordagem de políticas específicas, redistributivas.

A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA: MAIOR EXCLUSÃO DAS MULHERES

A Constituição Brasileira estabelece que a Reforma Agrária deve beneficiar homens, mulheres e casais. Mas, até recentemente, a titulação conjunta tinha o sentido de *opção*, a ser colocada em vigência a partir da solicitação do casal. Assim sendo, não supera a discriminação sofrida pelas mulheres. Elas representam tão-somente 12,6% dos beneficiários diretos da Reforma Agrária.

De acordo com as pesquisadoras Carmem Deere e Magdalena Leon, alguns países da América Latina têm adotado mecanismos

explícitos de inclusão das mulheres nas políticas públicas, como a *titulação conjunta* e a *prioridade às mulheres chefes de família*. São medidas que evidenciam um avanço em direção à eqüidade de gênero. Na Colômbia, por exemplo, durante o período de vigência do processo de Reforma Agrária, de 1961 a 1991, as mulheres representavam 11% dos beneficiados. A partir da implementação em caráter obrigatório desses mecanismos, essa porcentagem elevou-se para 45%, entre 1995 e 1998.

No ano 2000, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inkra, anunciou a modificação de suas normas, facilitando o acesso das mulheres à terra e à titulação (*Folha de S. Paulo*, 28/12/00).

A mudança, no entanto, terá vigência em um contexto totalmente adverso, pois está em marcha um processo de contra-reforma agrária, a chamada *Reforma Agrária de Mercado*, e com ele uma discriminação maior das mulheres.

Essa política tem suas bases na proposta do programa *Novo Mundo Rural*, lançado em 1999, pelo governo FHC. Com efeito, esse programa alardeou uma nova concepção de desenvolvimento rural, com base numa visão territorial e não setorial, preconizando os vários sentidos do rural como espaço produtivo, espaço de residência, espaço de serviços (inclusive de lazer e turismo) e espaço patrimonial (valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais).

Mas o *novo*, que de fato é o *velho*, nesse programa é sua lógica de mercado. A agricultura familiar é definida como agronegócio. O mercado é o centro organizador do conjunto das propostas, inclusive da classificação dos agricultores, que passam a ser designados de *estagnados*, *intermediários* ou *dinâmicos*. Entre as diretrizes estratégicas da política de desenvolvimento rural, figura que a distribuição da terra “*deve ser consistente com os novos paradigmas da globalização*” (1999:8), leia-se *livre mercado*.

Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza — Cédula da Terra, esse é o nome oficial do projeto que teve início em 1997, com forte oposição dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil articuladas no *Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo*. Exemplo de contra-reforma agrária, baseia-se na compra

e venda de terras, com recursos do Banco Mundial. As entidades desse Fórum chegaram a encaminhar um pedido de Painele de Inspeção ao Banco e foi negado.

Transfere-se ao latifúndio a definição das terras a serem disponibilizadas e o seu valor. Na prática significa a anulação de duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Federal: *a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação*.

Um estudo, de autoria de Carmem Deere, em andamento nos cinco estados onde foi implantado o Cédula da Terra (PE, MA, BA, MG, CE), mostra que cai o percentual de mulheres com acesso à terra em relação aos assentamentos de reforma agrária. Em Pernambuco, por exemplo, é de 2,80% — o índice mais baixo.³

Recentemente, um novo projeto — o *Crédito Fundiário* — veio substituir o *Cédula da Terra*, buscando o seu *aperfeiçoamento*, como diz o *Manual de Operação*. Elaborado com a participação da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, é apresentado como “*complementar aos outros programas pois permite a incorporação de áreas que não poderiam ser contempladas por outros mecanismos — propriedades inferiores a 15 módulos fiscais*” (Crédito Fundiário:2000).

Na prática, o projeto mantém as mesmas premissas do anterior. Dado o montante de recursos previstos (custo total de R\$ 400 milhões) e a sua abrangência (14 estados), concordo com Gerson Teixeira, para quem o projeto não pode ser considerado como modalidade convencional de crédito fundiário de combate ao minifúndio para aquisição de terras adicionais (Teixeira:2000).

Além disso, a proposta orçamentária para 2001 foi estruturada para fazer avançar, em mais de 20%, a substituição das metas de assentamento via desapropriação por metas obtidas por instrumentos de mercado para a obtenção de terras (Teixeira e Gonçalo:2000), o que mostra que de fato está em marcha, como prioridade, a privatização da terra.

Exemplos de simulações sobre a evolução das dívidas nos contratos para a compra da terra têm demonstrado a total inviabilidade financeira da operação, face à incapacidade de

pagamento do público-alvo desses programas de reforma agrária de mercado (Fórum Reforma Agrária:1999). Como o mercado não é neutro em relação a gênero, tudo indica que as mulheres ficarão mais marginalizadas ainda, dado que a situação de pobreza afeta mais as mulheres do que os homens no campo brasileiro.

Na contracorrente dessa política de privatização da terra, urge fortalecer a perspectiva da defesa da agricultura familiar sustentável e a reforma agrária com a preservação do meio ambiente e para além da função produtiva. Concretamente, significa reconhecer o seu papel na garantia da segurança alimentar e nutricional; na conservação da biodiversidade; na garantia da diversidade cultural, como prestadora de serviços ambientais; na construção, enfim, de novas territorialidades.

CRÉDITO: INSUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Uma pequena parcela de mulheres tem acesso ao crédito rural no Brasil. Examinando alguns programas em vigência constatamos que o baixo percentual de participação das mulheres é bastante similar em vários deles. No *Programa de Geração de Emprego e Renda para a Área Rural* (Proger Rural), por exemplo, essa participação é apenas de 6%. No *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Rural* (Pronaf), as mulheres representam 7% do universo dos beneficiários, e entre os chefes de família da área rural, em oito estados, chegam a pouco mais de 10% (Ibase, 1999). No Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO – Especial), também apenas 7% dos projetos estão em nome de mulheres (Arima, 2000).

Essas modalidades de crédito não levam em conta as desigualdades de gênero nem se inspiram numa visão de agricultura sustentável, baseada nos princípios da agroecologia.

A luta por crédito por parte dos grupos e movimentos de mulheres resultou na determinação do Inbra, em 2001, de que no mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do Pronaf sejam destinados preferencialmente para as mulheres trabalhadoras rurais. O Inbra recomendou também a criação, em 2002, de uma

linha de crédito destinada às mulheres (Portaria nº 121 – 22/05/01). Serão necessárias análises futuras para verificar a implementação dessas definições e seu sentido para as mulheres.

Como se manifestam a desigualdade de gênero e a insustentabilidade ambiental nas políticas de crédito? Tomarei como exemplo o programa do FNO – Especial.⁴

As intensas mobilizações sociais, através dos *Gritos da Terra*, pela democratização e desburocratização do acesso ao FNO, iniciadas pelo movimento sindical, no Pará, no início dos anos 90, resultaram na conquista de uma linha de crédito diferenciada para os agricultores familiares. Juros, correção monetária, limites e garantias, bem como a documentação exigida para a formalização dos contratos com os agentes financiadores, foram objeto de luta para sua adequação à realidade dos agricultores familiares. Essa linha de crédito, que recebeu a denominação de FNO – *Urgente* e posteriormente de FNO – *Especial*, não condiciona, por exemplo, a liberação do crédito à existência do título de propriedade. Se tal exigência fosse imposta, cerca de 60% dos beneficiários estariam excluídos (Arima, 2000).

Inegavelmente essa proposta representou uma inovação no âmbito da política de fomento agrícola na região Norte. Até 1996, por exemplo, no Estado do Pará, cerca de 10% dos estabelecimentos camponeses haviam sido alvo dessa política, triplicando-se a área plantada com culturas permanentes e operando-se uma mudança de sua base produtiva (Costa:2000). Nesse processo de luta pelo direito a ter direitos, o campesinato “*conquistou o seu reconhecimento como agente do desenvolvimento regional, consagrando essas mobilizações como uma experiência de democratização das políticas públicas e conquista da cidadania*” (Tura, 2000:14).

Não obstante, o modelo do FNO não leva em conta as desigualdades de gênero e nem se inspira numa visão de agricultura sustentável e nos princípios da agroecologia.

Há, hoje, um alto índice de inadimplência. Trata-se, porém, de uma *inadimplência técnica*, fora do controle dos agricultores, conforme nos explica bem Sobrinho (2000:200-203), pois além de ser determinada por fatores econômicos relativos a prazo de carência, ou

à receita esperada abaixo do valor cobrado das parcelas, incide sobre o próprio desenho dos projetos do ponto de vista socioambiental.

A tendência à homogeneização e simplificação dos projetos com base nos princípios da *revolução verde* se impôs, por orientação das assistência técnica e pesquisa públicas, em lugar de propostas apoiadas na diversidade e complexidade dos sistemas agrícolas de produção tradicionais, que combinam vários subsistemas (roça, criação, sítio, atividade extrativa) nos agroecossistemas de várzea e terra firme.

Destaco alguns aspectos:

- As culturas temporárias que, além de compor a renda, têm enorme importância na reprodução das famílias e para o cuidado das criações, assumiram um papel secundário no desenho dos projetos. Nos primeiros anos, houve inclusive restrições muito fortes à sua inclusão, merecendo contestações por parte dos agricultores (Mourão e Sobrinho, 2000).

- A proposta de financiamento não incluía possibilidade de projeto de manejo das culturas nativas. Em lugar do manejo do açaizal nativo, por exemplo, cujo fruto tem enorme importância na alimentação, foi incentivado o plantio consorciado em clareiras abertas nos capoeirões. Esses projetos fracassaram em sua quase totalidade.

- Não houve, como se observou em alguns municípios, como por exemplo em Gurupá, no Estado do Pará, o aproveitamento do material genético existente na região, adaptado às condições locais, como no caso do açaí (Gouveia et alii, 1997).

- O pacote de insumos químicos (adubos e defensivos) “*foi financiado na forma de crédito vinculado, ou seja, o banco pagou diretamente aos fornecedores dos produtos, e os agricultores eram obrigados a recebê-los*” (Mourão, 2000:164). Verificou-se a presença de produtos altamente tóxicos nos projetos.

- Ao não levar em conta o saber empírico dos camponeses, a extensão rural oficial estimulou o uso de técnicas sem adaptação ao meio ambiente em projetos no agroecossistema de várzea (Gouveia et alii, 1997).

- Excluiu-se o financiamento para o subsistema conhecido como *quintal*, *pomar* ou *sítio* na região. Não se verificou nenhum projeto destinado à produção de pequenos animais. As culturas

permanentes encontradas nos pomares ou quintais, que apresentam alta diversidade, com uma média de 22 espécies por estabelecimento, foram ignoradas, e em contradição com essa prática foi estabelecido um “pacote”, onde estavam determinadas as culturas e as regras para o plantio (Mourão, 2000). O papel ativo das mulheres nesse subsistema e seus usos múltiplos do ponto de vista ecológico, social e econômico têm sido destacados em alguns debates (Cordeiro, 1995; Pacheco, 1997).

A inadequação dessa política para a valorização e o fortalecimento desses sistemas agrícolas tradicionais de forma integrada, tanto põem em risco a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade como reforçam as desigualdades de gênero. Em outras palavras, tanto bloqueiam o desenvolvimento de uma agricultura sustentável como são cegas em relação a gênero.

Mesmo no caso do Sistema de Crédito Solidário, constata-se que o crédito não é acessado pelas mulheres. Essa é a conclusão de um estudo no sudoeste do Paraná. Para enfrentar o quadro de discriminação na região “*as agricultoras têm dependido fundamentalmente dos recursos informais de crédito, solicitados a outros membros da família, vizinhos ou amigos*” (CEMTR/Deser, 2000:79). Tal constatação reafirma a necessidade de uma análise que leve em conta os interesses práticos e estratégicos das mulheres.

Essa realidade é refletida também na reduzida participação das mulheres nas organizações associativas que disputam crédito. De forma recorrente, as associações são percebidas como um espaço masculino. Enquanto tem crescido nos últimos anos a participação das mulheres nos sindicatos, é bastante reduzida ainda a sua participação em organizações econômicas. No Pará, apenas 1% das mulheres é associado a cooperativas de produtores, e 8%, a associações de produtores, enquanto 37% participam do sindicato (FMAP/Fase/UFPA, 1998). No Paraná, na região sudoeste, o estudo a que já nos referimos, mostrou que 75% dos entrevistados são filiados ao sindicato e 60% à cooperativa, enquanto entre as mulheres essa participação cai para 64% e 25% respectivamente (CEMTR/Deser:2000, 60-61).

Nos últimos anos, propostas de mudanças na política de crédito entraram em pauta. Em 1996, foi aprovado o *Programa de*

Apoio ao Extrativismo (Prodex), que tem permitido mais recentemente a reconversão de projetos do FNO nas áreas de populações tradicionais. O Prodex tem, entre os seus objetivos, “*viabilizar a diversificação da produção extrativista baseada na diversidade, quantidade e qualidade dos produtos da floresta e apoiar a consolidação das reservas extrativistas*”, e entre as atividades financiáveis inclui “*os sistemas agroflorestais (silvipastoris, silviagrícolas e agrosilvipastoris) e manejo, reflorestamento e adensamento de espécies com valor econômico para as atividades extrativistas*” (Silva, 1996).

Também no ano 2000, durante o *Grito da Amazônia*, as Federações dos Trabalhadores da Agricultura dos estados da Amazônia iniciaram a formulação da proposta de um Programa de Crédito Ambiental para a produção familiar rural na Amazônia (Proambiente). Estabeleceram parceria, nesse debate, com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

A proposta de política pública do Proambiente, que está sendo negociada, baseia-se no reconhecimento das múltiplas funções estratégicas exercidas pela produção familiar e seus benefícios para a sociedade, definindo-se como justa e necessária a *compensação pelos serviços ambientais*. São considerados *serviços ambientais* todas as atividades de sistemas de produção ou de recuperação de áreas alteradas, áreas de preservação permanente e Reserva Legal que proporcionem:

- Redução do desmatamento.
- Absorção do carbono atmosférico.
- Recuperação das funções hidrológicas dos ecossistemas.
- Conservação e preservação da biodiversidade.
- Redução das perdas potenciais de solos e nutrientes.
- Redução da inflamabilidade da paisagem (Fetragris Amazônia:2001).

São duas as modalidades previstas: (i) *crédito ambiental de produção*, através do qual o produtor adquire um financiamento com condições que permitem produzir sistemas mais equilibrados, com conseqüente cobertura dos custos ambientais e remuneração dos serviços ambientais; (ii) *programa de serviços ambientais* para os produtores que desejam trabalhar dentro da concepção do

Proambiente, ou seja, com cobertura dos custos ambientais e remuneração dos serviços ambientais, mas que não se interessam em obter um financiamento para a produção. A proposta prevê a criação de um Fundo Ambiental e de um Fundo de Apoio Técnico. Os recursos deverão ser compostos por transferências constitucionais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo operados pelo Banco da Amazônia (Basa) (Fetagris Amazônia:2001).

A proposta continua em processo de elaboração. Estão previstos debates com as organizações dos seringueiros, dos pescadores, etc., até julho de 2002. É necessário que a agenda inclua também debates específicos com grupos de mulheres das organizações mistas e com os movimentos autônomos de mulheres para acolher a sua crítica e refinamento da proposta. A visão de serviços ambientais e de sistemas de produção na qual se ancora a proposta é um bom ponto de partida para garantir de forma articulada a sustentabilidade socioambiental com justiça de gênero.

DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES NA CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Em várias regiões do País, constata-se que as mulheres em geral ou são excluídas ou têm participação minoritária e eventual nos cursos voltados para a capacitação e o aprofundamento de conhecimentos técnicos da produção agrícola ou agrosilvopastoril.

Esta é a conclusão, por exemplo, de um estudo do Deser, que mostra serem

poucos os casos de participação [das mulheres] em cursos voltados para o aprofundamento de conhecimentos técnicos na agricultura: o destaque maior fica para os cursos sobre gado leiteiro (manejo animal e produção de leite e derivados); em seguida, aparece o tema relacionado ao planejamento e gestão da propriedade. Cursos isolados sobre uso de agrotóxicos, proteção de fontes d'água e sindicalismo também foram feitos pelas mulheres entrevistadas (CEMTR/Deser, 2000:77).

Analisando a vida das mulheres em uma das Reservas Extrativistas na Amazônia, Wolff e Franco chegaram à conclusão

semelhante. Falam do reconhecimento das mulheres e de sua participação em projetos sobre saúde e educação, “*porém, quando se trata de projetos ligados à produção agroflorestal, ou mesmo à gestão da Reserva, as mulheres normalmente têm ficado como espectadoras*” (Wolff e Franco, 2000:11).

O acesso limitado das mulheres a esse recurso constitui uma restrição para a igualdade de oportunidades entre os gêneros. Não se reconhece, na maioria das vezes, na dinâmica dos projetos, o papel das mulheres como gestoras do meio ambiente.

Mais recentemente, várias ONGs na Amazônia vêm realizando diagnósticos e etnografias para visibilizar o trabalho da mulher. Estão também propondo programas de manejo de recursos naturais e regularização de terras, nos quais há oficinas de capacitação sobre planos de uso da terra coletiva, respeitando a natureza; manejo de quintais; conservação da biodiversidade, com a participação das mulheres.⁵

CONSERVAÇÃO E USO DA BIODIVERSIDADE: AS MULHERES NESTA LUTA

Em sua práxis histórica, as mulheres adquiriram um vasto conhecimento dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um grande conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos.

Nas últimas décadas, esse reconhecimento passou a manifestar-se em fóruns e acordos internacionais. A *Convenção da Diversidade Biológica*, por exemplo, fala do

papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica (1997:14).

Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade é ponto-chave para a defesa

da agricultura e do agroextrativismo familiar e que simultaneamente, a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural.

Mas enfrentamos, na atualidade, enormes pressões que pretendem impor a uniformidade em lugar da diversidade, tanto da diversidade biológica como da cultural, em um contexto de crescente apropriação privada do meio ambiente.

Desde os anos 80, três processos paralelos estão em curso como reflexo do aprofundamento da Revolução Verde ou da chamada Biorrevolução:

- A consolidação do controle da cadeia alimentar por um grupo cada vez mais reduzido de empresas agroindustriais transnacionais.
- A legalização da privatização da vida através dos direitos de propriedade intelectual, dando lugar à biopirataria moderna.
- Desenvolvimento de cultivos transgênicos, também conhecidos como organismos geneticamente modificados.

No Brasil, cedendo às pressões internacionais e atendendo aos interesses das grandes corporações do setor químico-farmacêutico e biotecnológico, foram promulgadas, em pequeno intervalo de tempo, duas leis: (i) a Lei de Patentes (Lei nº 9.279/96), que regula a propriedade industrial no País; (ii) a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456/97), que cria direitos de propriedade intelectual sobre os cultivares ou variedades comerciais de plantas. Setores da sociedade mobilizaram-se, contestando essas leis e protestando contra o patenteamento da vida; o controle monopolista dos recursos genéticos e a erosão da biodiversidade; a ameaça à segurança alimentar; e o caráter da relação da sociedade com a natureza, reduzida a empreendimento comercial baseado na exploração e no lucro. Essas, entre outras, constituíram-se nas *Doze razões para se dizer não ao patenteamento dos seres vivos* na campanha liderada pelas entidades da Rede de Projetos Alternativos (Rede PTA).

Por outro lado, continuam em tramitação no Congresso, desde 1995, propostas de projetos de lei de acesso aos recursos genéticos. Sua necessidade é clara pois permitirá coibir a biopirataria e a apropriação dos conhecimentos de comunidades locais e povos indígenas por parte das empresas que hoje se

encontram amparadas pelas leis de propriedade intelectual. Setores da sociedade continuam mobilizados em torno de várias questões polêmicas que envolvem essas propostas, sobretudo no que concerne ao debate sobre regimes legais de proteção aos conhecimentos tradicionais ou de proteção a direitos intelectuais coletivos relevantes à conservação da biodiversidade.

Em 2000, no entanto, o Governo atropelou esse processo, editando uma Medida Provisória (nº 2052/2000) para legitimar o acordo firmado entre a organização social Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma que prevê o envio de 10 mil bactérias e fungos da Amazônia para aquele laboratório na Suíça.

O casuísmo motivador de sua edição, como nos diz Juliana Santilli, está expresso no art. 10, que dispõe: “à pessoa de boa fé que, até 30 de junho de 2000, utilizava ou explorava economicamente qualquer conhecimento tradicional no País, será assegurado o direito de continuar a utilização ou exploração, sem ônus, na forma e nas condições anteriores”. Ou seja, com o objetivo de *legitimar* o acordo da Biomazônia com a Novartis (assinado um mês antes da referida Medida Provisória), o Governo não só legalizou toda e qualquer biopirataria e espolição de conhecimentos tradicionais praticados no País até o dia 30/06/2000, como também assegurou aos biopiratas o direito de continuar a piratear nossos recursos genéticos e os conhecimentos de nossas comunidades tradicionais, “sem ônus na forma e nas condições anteriores” (Santilli, 2001:235).

O *I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica*, organizado pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), incluiu em sua agenda de lutas a defesa da biodiversidade, condenando a biopirataria. Defendeu, entre outras, as seguintes propostas: (i) a garantia da participação de representante das mulheres nos programas de defesa ambiental; (ii) a promulgação de leis que regulem o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional para coibir a biopirataria; (iii) o reforço às organizações de mães, jovens, agentes de saúde, etc., no sentido de valorizar os conhecimentos tradicionais (Mama, 1998).

Com relação aos transgênicos, prossegue a luta *Por um Brasil Livre de Transgênicos*. Uma ação de autoria do Greenpeace e do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) questiona na justiça a sua liberação comercial pelo descumprimento da legislação ambiental, particularmente diante da não exigência de EIA/Rima. A campanha pela moratória por tempo indeterminado para o cultivo e comercialização e pela defesa de um padrão tecnológico de desenvolvimento agrícola fundado na agroecologia é encampada hoje por vários setores da sociedade. Vários movimentos sociais, entre os quais movimentos de mulheres, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, incluíram em sua plataforma a luta contra os transgênicos.

A semente, com efeito, é um símbolo fundamental das lutas contemporâneas. De recurso vivo e renovável, as biotecnologias estão transformando-a em matéria-prima e impondo a uniformidade.

É nesse contexto que cabe realçar o papel estratégico de milhares de famílias de agricultores mobilizadas para a conservação e utilização econômica de recursos genéticos agrícolas, através do resgate, da experimentação, da seleção, do melhoramento, da multiplicação e do uso produtivo de centenas de cultivares de milho, feijão, arroz, adubos verdes, oleráceos, mandioca e frutíferas.

A revalorização agrônômica e econômica das chamadas *sementes crioulas* constitui hoje no Brasil uma expressão significativa da experimentação social de uma nova proposta de agricultura e de defesa da biodiversidade agrícola. Está por ser feito um levantamento sobre a participação das mulheres nos Grupos de Sementes, bem como sobre a teia de grupos dos projetos Farmácia Viva e hortas medicinais distribuídos pelo País.

UMA PALAVRA FINAL

Incorporar a perspectiva de gênero, articulada com uma concepção agroecológica apoiada na agricultura e no agroextrativismo familiar, requer um triplo desafio: revisão de nossas categorias de análise, revisão de nossas práticas político-educativas e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para elaboração de propostas alternativas.

Problematizar os diagnósticos e propor mudanças. Eis aí uma grande tarefa. A Agenda 21, no seu capítulo 24, preconiza a necessidade de desenvolvimento de bancos de dados, sistemas de informação, pesquisas participantes orientadas para ação e análises de políticas sensíveis de gênero, indicando, entre outros, os seguintes aspectos: (i) conhecimento e experiência por parte da mulher no manejo e na conservação dos recursos naturais; (ii) impacto da degradação ambiental sobre a mulher, em particular secas, desertificação e produtos químicos tóxicos; (iii) integração do valor do trabalho não remunerado, inclusive do que se chama atualmente *doméstico*, nos mecanismos de contabilização dos recursos, a fim de representar melhor o verdadeiro valor da contribuição da mulher à economia (1995:366).

Há uma grande carência de estudos básicos a respeito do conhecimento, das experiências, dos papéis e da posição das mulheres no manejo dos agroecossistemas, com uma perspectiva agroecológica, nos vários biomas no Brasil.

Efetuar uma releitura de metodologias existentes, como o Diagnóstico Rural Rápido Participativo, com abordagem de gênero e realizar estudos etnográficos são algumas possibilidades. Se concretizadas, poderão alimentar as propostas das experiências agroecológicas e ampliar o debate sobre políticas de revalorização do espaço rural e desenvolvimento local sustentável.

Uma etnografia realizada pela Fase no Mato Grosso, em 1998, mostrou a visão diferente de homens e mulheres a respeito dos problemas apontados como principais na propriedade rural e na casa.

Os homens não localizaram problemas da casa. Apenas um falou em banheiro. Os homens só falaram dos problemas ligados à propriedade e concordaram com a falta de crédito como o maior problema da unidade de produção. No que diz respeito às mulheres, pelo contrário, falaram com propriedade apontando os problemas de pragas e doenças nas plantas, falta de transporte, de energia para puxar água e apontaram também problemas da casa (Puhl et alii, 1998:90).

Em decorrência, as mulheres acenaram para demandas que proporcionem maior qualidade de vida: melhorar a casa para ter mais conforto e facilitar o trabalho, ter água encanada, ter luz

elétrica, etc. A análise conclui que tais anseios não estavam sendo incorporados na pauta de lutas dos movimentos dos agricultores por recursos públicos naquela região (Puhl *et alii*, 1998).

Mas a problematização dos diagnósticos supõe também a revisão de categorias de análise adotadas nas estatísticas censitárias. A condição de “*membro não remunerado da família*” expressa uma desigualdade de gênero, mascara o significado da inserção produtiva das mulheres.

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o *empoderamento* das mulheres, reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos — como terra e crédito — e capacitação técnica.

NOTAS

1. Texto elaborado para debate na *Oficina: meio ambiente e trabalhadoras rurais*, organizada pelo GTGênero da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil e realizada em São Paulo, entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2001, sob coordenação da Rede Mulher de Educação e Fase.

2. A perspectiva de justiça ambiental está na base dos movimentos de cidadãos, especialmente nos Estados Unidos, que têm denunciado a exposição desigual a que estão submetidos, como pobres e discriminados etnicamente, face aos riscos de depósitos químicos e outros, e clamam por justiça.

3. Está em curso uma pesquisa sobre o programa *Cédula da Terra*, coordenada por entidades do Fórum pela Reforma Agrária, que incorpora uma abordagem de gênero.

4. Seria importante multiplicar pesquisas com uma concepção de sistemas de produção que permitam efetuar análises do impacto da política de crédito. Algumas pesquisas disponíveis, ao reproduzirem a perspectiva das políticas oficiais por produto, não nos permitem aquela abordagem.

5. A Fase tem desenvolvido algumas experiências que estão sendo ainda sistematizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 - Câmara dos Deputados – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, 1995.

- ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean-Pierre. (1999), “Novas premissas da sustentabilidade democrática”. *Projeto Brasil Sustentável e Democrático, Cadernos de Debate*, n.1. Rio de Janeiro, FASE.
- ALTIERI, Miguel A. (1989), *Agroecologia – As Bases Científicas da Agricultura Alternativa*, Trad. Patrícia Vaz, Projeto Tecnologias Alternativas. Rio de Janeiro, FASE.
- ARIMA, Eugênio. (2000), “Caracterização dos produtores familiares rurais beneficiários do FNO-Especial”, in L Tura & F.A. Costa (orgs.), *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília, Brasília Jurídica-FASE.
- CEMTR e DESER. (2000), *Gênero e Associativismo na Agricultura Familiar. Mulheres e homens construindo caminhos de igualdade*. Curitiba, Marginal.
- CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE – Secretaria Estadual de Meio Ambiente de S.P.(SMA), 1997
- COSTA, Francisco de Assis. (2000), “Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-Especial no Estado do Pará”, in L.R. Tura & F. A. Costa (Orgs.), *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília, Brasília Jurídica-FASE.
- DEERE, Carmem Diana e LEON, Magdalena. (s.d.), *Mulher e direito à terra na América Latina: avanços recentes*. mimeo.
- DEERE, Carmem Diana. (2000), *Avaliação preliminar do Cédula da Terra*. Rio de Janeiro.
- DEMOCRACIA VIVA (edição especial) –*Geração de emprego e renda – PROGER, PROGERRURAL, PRONAF – IBASE*, Rio de Janeiro, nov.1999
- ELSON, Diana. (1997), *Análise de gênero e economia no contexto da África*. Dakar , Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Econômica e Social na África.
- FARIA, Nalu e Nobre Mirian. (1997), “Gênero e desigualdade”, *Cadernos Sempreviva*, São Paulo, SOF.
- FEDERAÇÕES DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DA AMAZÔNIA- Seminário de apresentação da proposta do PROAMBIENTE, Documento de Macapá produzido pela Comissão Técnica Executiva- Luciano Mattos (IPAM), Márcio Hirata (FETAGRI/PA) e Letícia Tura (FASE), Macapá, 27 a 28 de novembro de 2001
- FLEBES, Nelson Álvarez. (2000), “ La diversidad biológica y cultural, raíz de la vida rural”, in *Documentos BIODIVERSIDA – sustentos y culturas*. Compendio 1997-1999, sep. 2000, www.biodiversidad.org/documentos/documentos105.htm

- FORUM PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA JUSTIÇA NO CAMPO
– Programa Cédula da Terra – Projeto Piloto de Reforma Agrária e alívio da Pobreza, Brasília, 27 de agosto de 1999
- GLIESSSMAN, Stephen R. (2000), *Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável*. Trad. Maria José Guazelli. Porto Alegre, Edit. da Universidade/UFRGS.
- GONÇALO, José Evaldo e TEIXEIRA, Gerson. (2000), “A agricultura e a Reforma Agrária na proposta orçamentária para 2001”, *Nota Técnica* Assessoria da liderança da bancada do PT na Câmara dos deputados, BSB, out.2000
- GOUVEIA, Ana Maria dos Santos et alli. (1997), *Diagnóstico sobre os sistemas de produção do município de Gurupá*. Belém, FASE, projeto Gurupá.
- HACKBART, Rolf e TEIXEIRA, Gerson. (2000), *As últimas reformas neoliberais na agricultura*, mimeo, Núcleo Agrário do PT, BSB.
- INCRA - *Agricultura familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento local para um novo mundo rural - Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, Brasília, março de 1999.
- JACQUETTE, Jane. (1990), “Gender and justice in economic development” in Tinker, Irene (org.) *Persistent inequalities: women and world development*. Oxford University Press.
- KURIAN, Rachel. (s.d.), “Las mujeres y el crecimiento económico sostenible”, in (s.l.), *Nuevos Enfoques Económicos*. mimeo.
- MOVIMENTO ARTICULADO DAS MULHERES DA AMAZÔNIA - *Agenda de propostas das mulheres da floresta para o 3º milênio*, Resultado dos grupos de trabalho realizados no período de 13 a 17 de dezembro de 1998, no I Encontro Internacional de mulheres da Floresta Amazônica, Rio Branco/Acre.
- MOURÃO, Patrícia de Lucena. (2000), “Os impactos dos projetos financiados pelo FNO- Especial nos sistemas de produção familiar do estado do Pará”, in L. Tura & F.A. Costa (orgs.), *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília, Brasília Jurídica-FASE.
- _____. (2001), “Diagnóstico sobre quintais agroflorestais e o trabalho feminino em sistemas de produção no município de Abaetetuba”, in *IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de produção*. Anais. Belém, CD-Room. BelémCentro de Treinamento e Tecnologia Alternativa Tipiti , FASE, Belém, julho 1998
- PACHECO, M. Emília Lisboa. (1997), “Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero”, *Revista PROPOSTA*, 25,71.

- PAULILO, Maria Ignez. (1987), “ O peso do trabalho leve”, *Revista Ciência Hoje*, 5,5.
- PUHL, João Ivo, MOURA, Fátima e FERREIRA, Ana Paula. (s.d.), “Etnografia sobre as relações de gênero na agricultura familiar no Vale do Guaporé”, in M.E. L. Pacheco e S. Camurça (orgs.), *Programa Integrado de Capacitação em Gênero – desenvolvimento, democracia e políticas públicas*. Rio de Janeiro, CCLF, FASE, IBASE e SOS CORPO.
- SANTILLI, Juliana. (2001), “Biodiversidade e conhecimentos tradicionais”, in J. P. R. Capobianco (org.), *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. São Paulo, Estação Liberdade/Instituto Socioambiental.
- SOBRINHO, S. Aluizio Solyno. (2000), “Capacidade de pagamento e viabilidade técnica do FNO-Especial para o desenvolvimento da produção familiar rural do Estado do Pará”, in L. Tura & F.A. Costa, *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília, Brasília Jurídica-FASE.
- TEIXEIRA, Gerson. (2000), *Crédito fundiário e combate à pobreza versus Banco da Terra, trocando o seis por meia dúzia*, mimeo, Núcleo Agrário do PT, BSB.
- _____. (1998), *A liberalização (submissa e predatória) da Agricultura Brasileira*, mimeo, Núcleo Agrário do PT, BSB.
- TURA, Letícia Rangel. (2000), “Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial”, in L. R. Tura & F. de A. Costa, *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília, Brasília Jurídica-FASE.
- SHIVA, Vandana. (2001), *Biopirataria - a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- VIEZZER, Moema (Coord.). (1996), *Mulheres, Pragas e Venenos*. São Paulo, Rede Mulher de Educação.
- WOLFF, Cristina Scheibe e FRANCO, Mariana C. Pantoja. (2000), *As mulheres e a economia da floresta no alto rio Juruá (estado do Acre, Brasil)*.
- WOLFF, Luciano e SAUER, Sérgio. (2001), “O painel de inspeção e o caso do Cédula da Terra”, in F. Barros (org.), *Banco Mundial, Participação, Transparência e Responsabilização – A experiência brasileira com o Painel de Inspeção*. Brasília, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Parte II
O gênero no desenvolvimento
institucional das ONGs.

SOBRE O PROBLEMA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO E PARA A DEMOCRACIA

Silvia Camurça

A gênese do que se convencionou chamar de *incorporação da perspectiva de gênero* está ainda sendo elaborada. O processo tem sido exaustivamente sistematizado, avaliado de diferentes modos e perspectivas, interpretado por vieses diversos, problematizado. Sob essa noção podemos compreender algo que corresponde aproximadamente à adoção de uma nova categoria, a de gênero, cujo uso deve estar orientado para reexame da realidade social. Em geral, nas práticas das ONGs, ao tratar da perspectiva de gênero, alude-se a uma análise na qual estão em foco as condições de vida das mulheres e sua posição nas relações sociais e nos espaços de poder em contextos específicos. Neste texto repasso minha própria percepção de alguns processos relativos à constituição do problema de gênero e sua estreita relação com a democracia e o tema do desenvolvimento.

Início por demarcar a contribuição do feminismo à elaboração do problema. Essa escolha deve-se à valorização que empresto aos movimentos sociais como sujeitos políticos instituintes de novas questões políticas e práticas culturais. Aponto os dilemas do movimento, os contornos que o problema foi adquirindo ao longo de sua elaboração, ainda e sempre inconclusa, e duas principais vertentes da proposição da igualdade.

A questão das desigualdades entre os homens e as mulheres veio ao cenário público há duzentos anos, em meio às revoluções burguesas do século XVIII, entre elas a Revolução Francesa. Nasce, portanto, no campo da luta social pela igualdade, num contexto histórico-cultural muito significativo para o projeto democrático burguês ocidental, que ali se iniciava. O que destoava do conjunto é que o tema foi trazido à arena política pela ação de mulheres,

sujeito coletivo até então ausente e que ali tornara-se instituinte do feminismo e de uma nova agenda de combate às desigualdades. Nos termos apontados por Maria Betânia Ávila, “a ação desses sujeitos redefine os espaços de conflito, as estruturas e os sentidos das desigualdades a serem combatidas” (Ávila, 2001:17).

Nesse momento inicial, a perspectiva da igualdade de gênero toma a forma da construção, defesa e efetivação de direitos das mulheres frente aos direitos dos homens. São as lutas sufragistas pelo direito de voto, as lutas pelo direito à instrução, ao trabalho e à renda própria e à propriedade. Mas também o direito à igualdade de participação nos diferentes espaços políticos da democracia, que se constituíam. Essa agenda do séc. XVIII e XIX, ainda valendo para quase todos os países, não era exclusiva do feminismo, mas foi elaborada também por esse movimento.

O momento seguinte é marcado pela produção teórica feminista em torno do problema da desigualdade de gênero ali denunciada. Desenvolvem-se as teorias do patriarcado, da subordinação, da dominação dos homens sobre as mulheres. Debate-se a exploração e a opressão das mulheres em diferentes sociedades, classes e grupos sociais e produz-se o que a literatura e o movimento passou a chamar de *feminismo da igualdade*, ancorado nos ideais de justiça social e transformação aportados pelo feminismo europeu.

A idéia de igualdade, no Ocidente, guarda estreita relação com a idéia de justiça e refere-se às regras e práticas de distribuição de bens e benefícios numa dada sociedade (Bobbio, 1999). O feminismo, num primeiro momento, demandou tratamento igualitário para mulheres e homens frente aos direitos, à lei, para, logo a seguir, avançar no debate quanto ao caráter igualitário ou injusto das próprias regras institucionalizadas e das práticas sociais.

Mas o que seria igualdade, tratamento igualitário ou justo? Ao longo dos séculos XIX e XX, pelo menos duas repostas foram construídas pelos sujeitos políticos, entre eles as feministas. A primeira, de feição liberal, foca e privilegia a igualdade de condições para a livre competição dos indivíduos. Dito de outro modo, trata-se do que conhecemos por *igualdade de oportunidades*. Uma segunda resposta orienta-se pela busca da justiça na satisfação das necessidades e dos direitos de cada um, não importando quão

desiguais sejam no início de um processo, mas, sim, que, no horizonte utópico, seja reduzida ou eliminada toda a desigualdade entre todos e todas. Herdeiras dessa tradição são as idéias de justiça social, e, mais recentes, as idéias de justiça de gênero, justiça econômica e justiça ambiental, trazidas ao debate por diferentes correntes de pensamento dos movimentos sociais.

Os anos 70 do século XX incluíram no debate novos temas e construção e luta por novos direitos. São exemplos o debate sobre o direito ao próprio corpo e a defesa de uma sexualidade livre e autônoma para as mulheres. Até o final do século XX esses temas foram elaborados politicamente na forma dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais. Esses foram os primeiros direitos forjados a partir do movimento de mulheres feminista que estão propostos para usufruto de mulheres e homens, e não apenas das mulheres. Seus conteúdos tornaram-se objeto de políticas e serviços públicos e foram elaborados e disputados com vistas à garantia das condições de efetivação desses direitos. São conceitos-chave para a tipificação de novos crimes, antes percebidos apenas como práticas costumeiras, no máximo consideradas moralmente condenáveis, como o estupro, e para o debate quanto à despenalização de práticas como as do aborto.

Apesar das mudanças assistidas nas práticas sociais cotidianas de mulheres e homens ao longo do século XX, a igualdade de oportunidades e o tratamento justo e igualitário ainda não estão dados para todas as mulheres e homens. A luta pela igualdade e justiça de gênero continua, portanto, sendo desafiadora às práticas dos movimentos sociais e do próprio movimento de mulheres. Pensadoras feministas de diferentes correntes políticas e, em especial, o pensamento das feministas negras, aportaram à teoria feminista a crítica à visão uniforme das mulheres e dos homens e desvelaram as diversas expressões da desigualdade entre aquelas e estes. De um lado há o problema das diferenças e desigualdades entre as mulheres e, de outro, as diferenças e desigualdades entre estas, em sua multiplicidade de condições de vida, e os homens. A prática do movimento feminista manteve-se num caminho contraditório e de permanente tensão: a luta pela igualdade com os homens, o direito à diferença das mulheres, e a luta pela igualdade entre as mulheres, por conta das muitas estruturas de desigualdades sociais em que estão situadas.

Filio-me ao pensamento das que consideram indesejável dissociar gênero de classe e raça na análise, por exemplo, da desigualdade construída no Brasil e na análise da situação das mulheres brasileiras. Considerando a segregação social brasileira e o altíssimo grau de violência, esse, me parece, é o único modo de análise para construir uma agenda da igualdade mais efetiva e justa para todas as mulheres. Elizabeth Jelin sublinha que a eqüidade de gênero não pode por isso ser identificada com um único valor, seja o da igualdade ou o da diferença, mas com uma pluralidade de princípios normativos que contemplam aspectos associados tanto ao direito à igualdade como à diferença (Jelin, 1999).

Mas quais as diferenças? Se nem toda diferença é injusta, não podemos mascarar em simples diferença aquilo que se constitui como desigualdade. Temos que considerar as diferenças entre mulheres urbanas e rurais, por exemplo, além da heterogeneidade regional, é verdade, mas é preciso fundamentalmente considerar as enormes desigualdades de renda entre mulheres e as divisões sociais produzidas pelo racismo que impregnam as práticas cotidianas na nossa cultura. A cultura e a economia podem atuar articuladamente na produção de injustiças.

GÊNERO E POBREZA NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO

A construção do problema de gênero efetivou-se à medida que se construía, em duzentos anos, a agenda de lutas do movimento feminista e de mulheres, o próprio movimento e sua teoria crítica. O conceito de gênero, entretanto, emerge no pensamento político feminista somente no final dos anos 70 e no início dos anos 80.

O problema de gênero, e sua constituição como tal nos debates do desenvolvimento e da democracia, está colocado desde então como implicando escolhas políticas, em contraponto com certa tendência a tratar de modo neutro a adoção da “perspectiva de gênero”, como se esta tivesse uma perspectiva própria, dissociada de filiações teórico-políticas. Isso é especialmente relevante ao pensarmos o discurso do desenvolvimento.

O desenvolvimento pode ser tomado como um processo cultural que envolve mudanças políticas, sociais, econômicas. Pode também, e esta será minha escolha, ser analisado como discurso. Neste caso precisamos compreendê-lo como um campo semântico de disputa, no qual os significados são produzidos e mudados. Em geral, e até há pouco tempo, essa disputa referia-se ao chamado Terceiro Mundo, já que os países de “outros mundos” estariam já em estado pleno, desenvolvidos.

Esse espaço semântico do desenvolvimento é estruturado pelas relações de poder que articulam instituições, processos socioeconômicos, fatores tecnológicos, etc. e definem as condições sobre as quais objetos, conceitos, teorias e estratégias são incorporadas ao discurso. Tal sistema de relações estabelece a prática discursiva que dita as regras do jogo — quem pode falar, sobre que ponto de vista, com que autoridade e de acordo com que critério de especialidade — e dita as regras a partir das quais um problema, uma teoria ou um objeto emerge, é nominado, analisado e eventualmente transformado numa política ou plano de desenvolvimento (Grillo, 1997).

Ainda que funcione hegemonicamente, reconhece-se que o discurso do desenvolvimento é criado e reelaborado por uma enorme e crescente multiplicidade de sujeitos, com visões e conhecimentos muito diferenciados. Identificam-se, pelo menos, três discursos “autorizados” e atualmente em disputa: o discurso do consenso pós-guerra, neo-evolucionista, etnocêntrico, articulado pela direção das elites dos países centrais; o do consenso de Washington, baseado na crença do mercado livre, discurso associado aos organismos de desenvolvimento multilaterais, suas burocracias, seu pensamento, setores acadêmicos neoliberais e amplos setores da mídia; e o discurso da esfera pública, da democracia substantiva, da justiça global, associado a alguns segmentos acadêmicos, movimentos e ONGs internacionais. Desde os anos 80, setores do feminismo vêm defender o envolvimento político no campo do desenvolvimento com a construção de alternativa ao discurso hegemônico. O feminismo é hoje um sujeito legitimado para este debate, e gênero, uma categoria aceita, ainda que com reservas.

Nos anos 70, o tema das relações de gênero foi trazido à cena pelo trabalho de Ester Boserup, intitulado *Women's Role in Economic Development*. Nele a autora analisa projetos de desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina e demonstra como os homens foram apropriando-se da técnica e dos resultados da modernização tecnológica introduzida na área agrícola, ao mesmo tempo que as mulheres foram sendo excluídas e fixadas nas atividades de tecnologia tradicional, de menor rendimento e de menores ganhos financeiros. O estudo afirmou assim que, ao contrário do que muitos esperavam, a modernização na esfera produtiva, se não acompanhada da democratização das relações sociais, dificilmente promoverá o equacionamento das desigualdades sociais; entre elas, as de gênero.

Beneria e Sen, revisando o estudo de Boserup, sublinham o que consideram que de mais relevante a autora aportou para uma perspectiva de gênero no discurso do desenvolvimento. Boserup enfatiza gênero e geração como fatores da divisão do trabalho, tanto nas sociedades primitivas como nas chamadas sociedades desenvolvidas; enfatiza a crítica à explicação natural dessa divisão, percebida como óbvia e originalmente imposta pela divisão sexual *per si*. Por fim, enfatiza a universalidade da concentração das mulheres nos trabalhos domésticos. Uma lacuna importante entretanto é apontada pelas autoras nesse estudo, qual seja a desconsideração dos problemas da modernização propugnada pela orientação política liberal dos projetos analisados, problema decorrente da filiação teórico-política da própria Ester Boserup. Mesmo assim o estudo é considerado um marco na institucionalização da perspectiva de gênero nos processos de planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento (Beneria e Sen, 1998).

A partir de 1975, cresce, na esfera internacional, a presença das questões de gênero. São marcos desse processo a Década da Mulher, 1975-1985, instituída pela ONU, e o *Ciclo Social* de conferências das Nações Unidas, levados a cabo durante os anos 90, culminando com a *IV Conferencia sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz*, em Beijing, 1995. A esses espaços confluíam e neles conflitavam-se diferentes atores e discursos. Considero que nas disputas ao longo do *Ciclo Social* foi crescentemente mais forte o

discurso da justiça de gênero. As questões de gênero no discurso hegemônico foram, entretanto, crescentemente sendo absorvidas e articuladas apenas ao tema da pobreza e da participação política, mantendo-se os outros temas/problemas, como a violência e os direitos reprodutivos, ainda em um espaço de disputa acirrada, em especial questionada por setores fundamentalistas. No âmbito das organizações financeiras multilaterais, manteve-se a hegemonia do pensamento liberal, mesmo após Beijing, quando foi reforçada a ofensiva feminista contra as políticas de Ajuste Estrutural que vinham sendo efetivadas desde os anos 80.

Atualmente são muitas e contraditórias as possibilidades de se relacionar gênero com desenvolvimento. Cada uma dessas possibilidades pode colocar mais ou menos ênfase nos processos de democratização. Parece-me importante demarcar que, se existem muitas diferenças de perspectivas de gênero no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento, estas não são exclusivas desse campo de relações e práticas, mas perpassam também opções e práticas de governos locais e nacionais, assim como práticas de ONGs e movimentos. Em geral são práticas que distanciam-se, em muito, da forma e do sentido do problema de gênero tal qual construído pelo feminismo. O mais comum é o gênero aparecer associado apenas ao tema da pobreza das mulheres, abstraído de qualquer perspectiva histórica.

O combate à pobreza é uma das formas que o tema da pobreza tomou, nos anos recentes, no contexto do desenvolvimento. É uma espécie de lema que uniria todas as forças, transformadas em forças do bem, contra um mal externo a elas. O discurso que decorre desse enunciado presta-se a quase tudo, em nome do combate à pobreza e da defesa das mulheres pobres, e afirma-se em estratégias de agências multilaterais e não-governamentais com as mais diversas intenções. O efeito geral, entretanto, é o mesmo, a idéia de combate à pobreza retira de cena os sujeitos políticos, transforma a injustiça e carência social numa “coisa objetiva, natural, exterminável por um olhar externo” (Ribeiro, 1999:16). Esse discurso coloca as mulheres pobres no alvo dos beneficiários desse combate.

O problema com a idéia de combate à pobreza, ao qual aparece associado o tema gênero, no discurso da burocracia do

desenvolvimento, é que essa idéia abstrai causas e responsáveis pela produção da riqueza, da pobreza e da desigualdade. Essa é uma idéia esvaziada de densidade política:

(...) é a afirmação de um olhar profundamente instrumental e racionalizador, acultural e militar (...) e, em grande parte, redutora da complexidade das relações sociais no Brasil. (...) Esta pobreza só tem presente; não tem experiência social, não tem cultura, não tem investimento político, não tem coisa nenhuma, nem memória. É uma coisa rasa e muito pobre (Ribeiro, 1999:17).

É sob esse discurso de combate à pobreza que consolidam-se as políticas MED (Mulher e Desenvolvimento), ainda prevalentes entre os organismos de cooperação, em especial a cooperação multilateral e governamental.

Foi com o foco nas mulheres, individualmente pensadas, e não nas relações de gênero, estruturadoras de desigualdades, que as primeiras “políticas” MED foram desenhadas, buscando a proteção da maternidade e das crianças pequenas, a melhoria das condições de vida das mulheres pobres — leia-se mães pobres — e, mais recentemente, sua participação comunitária. Embora beneficie individualmente a muitas mulheres essa ótica de entendimento de gênero é reducionista e despolitizante.

Uma segunda abordagem do problema conforma-se na chamada política GED (Gênero e Desenvolvimento), que desloca o foco das mulheres para as relações sociais. Através das políticas GED, quando se tenta compreender a situação das mulheres, não se focam unicamente os aspectos da maternidade e da reprodução, mas a totalidade da vida socioeconômica do contexto examinado e as mulheres nas relações de poder. Valoriza-se o fortalecimento das organizações de mulheres, assim como o *empoderamento* individual de cada mulher, trazido em maior autonomia sobre as decisões relativas a sua própria vida.

Setores feministas que atuam no campo do desenvolvimento apontam limites às duas abordagens. Mesmo em GED, o foco de atenção segue centrado nas mulheres, valorizando a mudança de

posição delas nos processos e estruturas já dadas. Considera-se muito tímida, quando não totalmente ausente, a atenção emprestada à transformação das estruturas que produzem as desigualdades e injustiças. Ao longo dos anos 90, muitos foram os ensaios feministas em que se elaboraram as críticas às noções de necessidades e interesses das mulheres, próprias da abordagem GED. Estas críticas recolocaram a perspectiva de justiça de gênero no centro do que deveria ser o desenvolvimento (Anderson, 1992; Jaquette, 1990; O'Neill, 1994). Entre outras, destaco algumas indicações de Lourdes Beneria e Gita Sen que nos forçam a manter a atenção sobre o impacto, planejado e não planejado, do desenvolvimento no interior de qualquer sociedade: quem beneficia, quem esquece, qual o balanço final entre direitos e obrigações, poder e privilégio, e apontam para a decorrência de sempre nos questionarmos sobre qual o grau de transformação das estruturas produzidas pelos processos de indução ao desenvolvimento e sobre a direção destas mudanças (Beneria e Sen, 1998).

Essa entretanto não tem sido a perspectiva de gênero nas práticas de cooperação para o desenvolvimento. No primeiro momento, as mulheres foram percebidas como em situação de desvantagem em relação aos homens, privilegiando-se, em decorrência disso, medidas de correção do acesso aos recursos e benefícios do desenvolvimento — as chamadas *políticas afirmativas*. As mulheres foram também reconhecidas, não sem pressão do movimento internacional, como principais vítimas dos programas de Ajuste e a elas foram destinadas muitas das políticas compensatórias. Mais recentemente, as mulheres foram avaliadas como potencialmente úteis ao desenvolvimento: não desperdiçam os recursos *nelas* investidos, porque, mais do que os homens, sentem-se comprometidas com a economia familiar, o sustento e o bem-estar dos filhos. Essa preocupação das mulheres — com o cuidado e o bem-estar do grupo doméstico, com a vida das pessoas, preocupação para a qual foram “treinadas” e disciplinadas ao longo da história da humanidade — tem sido instrumentalizada em muitos programas governamentais. Portanto, *elas* passam a ser um recurso importante para programas de desenvolvimento.

Essa mesma visão, no mais das vezes, tem pouca preocupação com o fortalecimento das organizações de mulheres. Entretanto,

é aí que se forja e emerge a ação política, onde reside o conteúdo mais transgressor e transformador da prática das mulheres e das relações de gênero. A participação das mulheres no desenvolvimento tem sido entretanto, no mais das vezes, ilustrativa, ou simplesmente associada à execução de tarefas comunitárias de base, em geral referidas ao gerenciamento local de programas de alívio à pobreza.

GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Considero que no campo da luta democrática, na esfera pública, a questão da participação não pode estar ausente de uma perspectiva de igualdade de gênero. Temos um sistema onde a maioria das posições é ocupada por homens: isso não é nada menos do que *patriarcado*. Nos movimentos populares, a maioria dos postos de direção está ocupada por homens. O mesmo acontece com os parlamentos, as associações de bairros e as centrais sindicais. Isso mantém limites e práticas que explicam a pouca participação das mulheres e que se configura numa dupla dificuldade. As mulheres vão para a esfera pública, que ainda não está transformada a ponto de resolver a vida doméstica, com a famosa chamada *dupla jornada*, e chegam-se ao lugar público com o sentimento vago de que estão fazendo alguma coisa inadequada, que estão num lugar que não é o *seu* lugar.

A política de formação das mulheres entre as mulheres, para refletir sua própria identidade e poder reconstruí-la, segue sendo também importante e claramente desconsiderada em muitos projetos de desenvolvimento. Em que pese a avaliação de algumas pessoas de que o tempo do feminismo, do mulherismo e da luta das mulheres está superado, considero fundamental a manutenção do sujeito coletivo que vai focar essa transformação. Sem o esforço e sem o fortalecimento desse sujeito político, não há como mudar. É preciso manter e estimular espaços de encontro e formação das mulheres entre mulheres.

Por fim, destaco que a democracia e o desenvolvimento envolvem um nível de fortalecimento das pessoas enquanto pessoas, enquanto indivíduos e, ao mesmo tempo, exigem a transformação de instituições em que essas pessoas se inscrevem no cotidiano. A família, uma dessas instituições, é um campo de

problema. Em algumas abordagens, a questão de equidade de gênero é colocada como uma ameaça aos grupos domésticos, produtora de desarmonias e desestruturação. Entretanto, no raciocínio de quem pensa a democracia como um campo de conflito e de reconstrução permanente, isso pode ser entendido como transformação das estruturas que historicamente foram construtoras e reprodutoras da desigualdade de sexo. Por isso afirma-se que não é possível entender democratização das relações sociais sem considerar a possibilidade de reestruturação de algumas instituições importantes. Não é possível se pensar desenvolvimento sem considerar a transformação das estruturas e instituições. Esse é o processo permanente de democratização das instituições, públicas e privadas, e das relações domésticas e políticas, com o qual todas as ONGs estão desafiadas a comprometer-se, sem o que nossa utopia democrática estará inviabilizada.

NOTAS

1. Uma primeira versão deste artigo foi apresentada, em nome do GTGênero, para o debate na Reunião da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, realizada no ano 2000, em Atibainha, São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Jeanine. (1992), *Intereses o justicia. Donde va la discussion sobre la mujer y el desarrollo?*. Lima, Ediciones Entre Mujeres.
- ÁVILA, Maria Betânia. (2001), "Feminismo, cidadania e transformação social" in *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Maria Betânia Ávila (org.). Recife, SOS Corpo Gênero e Cidadania.
- BENERIA, Lourdes & SEN, Gita. (1998), "Accumulation, reproduction and women's role in economic development: Boserup revisited", in N. Visvanathan (coord.) et all., *The Women, gender and development reader*, London and New Jersey, Zed Books Ltda
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1999), *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et all.; Brasília, Editora UnB.
- CAMURÇA, Silvia Maria Sampaio. (2000), *A relação direta entre democracia e desenvolvimento na perspectiva do GTGênero*. Trabalho

- apresentado na Reunião da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, Atibainha, São Paulo.
- ESCOBAR, Arturo. (1997), "The making and unmaking of the Third World through development", in M. Rahnema with V. Bawtree (eds.), *The Post-development reader*, London, Zed Books.
- GRILLO, Ralf D. (1997), "Discourse of development: the view from anthropology", in R.D. Grillo & R.L. Stirrat (eds.), *Discourses of Development*, Oxford/New York, Berg.
- JACQUETTE, Jane. (1990), "Gender and justice in economic development" in Tinker, Irene (org.) *Persistent inequalities: women and world development*. Oxford University Press.
- JELIN, Elizabeth & VALDÉS, Teresa. (1999), "Necessidades de investigación en los países del cono sur". Trabalho apresentado no Taller "Género y Desarrollo", Montevideo, Uruguay.
- O'NEILL, Onora. (1994), *Justicia, genero, fronteras internacionales. Propuestas*. Lima, Ediciones Entre Mujeres.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. (1999), "Combate à Pobreza", palestra proferida na Reunião da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil, Rio Bonito.

ESCOLHAS POLÍTICAS: DESAFIOS PARA A INCORPORAÇÃO DE GÊNERO ÀS PRÁTICAS DAS ONGs

Nalu Faria / Maria Lucia da Silveira / Mirian Nobre

É oportuno apontar, já de início, que são diversificadas as abordagens teóricas de gênero; portanto, para construir denominadores comuns, a partir das práticas, é necessário estabelecer eixos políticos para a intervenção que balizem as escolhas teóricas.

Assim, o desafio é, em meio à diversidade de abordagens, enfrentar as escolhas, a partir das prioridades de intervenções das ONGs do campo democrático, como opções políticas que são também escolhas teóricas referentes ao gênero. Há possibilidade de escolha de abordagens comuns em campos de intervenção prática tão diferenciados? O que significa incorporar gênero às práticas das ONGs? Isto é, como fazê-lo para além de intervenções pontuais, complementares ou adicionais?

O esforço coletivo das ONGs presentes nas oficinas e que compõem o GTGênero Novib parece ter atingido, em maior ou menor grau, um patamar comum da compreensão da necessidade de viabilizar as mulheres como um sujeito (coletivo) nas ações e projetos em diversas áreas de atuação. A partir desse reconhecimento, as ênfases serão variadas como se pode apreender pelos textos produzidos para as oficinas e pelo percurso das mesmas.

OBSERVAR AS ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

Nota-se que alguns grupos e discussões no âmbito das ONGs enfatizam o gênero principalmente como dimensão da identidade; das relações interpessoais entre homens e mulheres em seus vários registros culturais, etc.

Essa apreensão é derivada, sobretudo, tanto de um debate da presença de conflitos no interior das famílias quanto das

comunidades nas quais há projetos ou atuações, em que as mulheres alteram sua forma de participação, e mesmo no interior das ONGs.

A dificuldade está, não em apreender a dimensão interpessoal e identitária para homens e mulheres nos âmbitos privados e públicos, reconhecidamente importantes, mas em, ao focar esses aspectos, ignorar os marcos sociopolíticos e culturais que organizam alguns aspectos dessa dimensão de gênero. Muitas análises tendem a isolar elementos específicos sem relacioná-los uns aos outros.

Também não se trata de buscar responsáveis individuais, mas de compreender as causas da debilidade dos modos de participação das mulheres com vistas a encontrar soluções que levem em conta o contexto real. Sabe-se que os obstáculos são sociais e que remetem à divisão sexual do trabalho que abordaremos mais abaixo.

A dificuldade em conciliar as responsabilidades familiares com as demais responsabilidades é um grande obstáculo. As mulheres se encarregam de grande parte das tarefas na manutenção da vida família, o que compromete sua disponibilidade para abraçar novas tarefas em outros espaços com o mesmo empenho. A repartição do trabalho doméstico com a redistribuição das tarefas entre homens e mulheres deve ser enfrentada no debate das ONGs. A revisão organizacional e funcional — discussão de horários, rodízio nas tarefas, presença nos lugares de poder, alternâncias nas direções, etc. — deve ser proposta para enfrentar a mudança de patamar da participação das mulheres e tornar igualitária a participação de mulheres e homens na vida econômica, política, cultural e social.

Por vezes, a tendência de abordagem dos conflitos de gênero a serem negociados é tomá-los sem mexer ou sem a tentativa de alterar as relações de poder. Esses conflitos são percebidos dentro de uma abordagem funcionalista da família e do papel complementar do masculino e feminino. Desloca-se, ou elude-se, o poder, nos discursos de muitas/os participantes das oficinas com o recorte de gênero quando se ignora que alterar as relações de gênero passa por reconfigurar relações num plano mais amplo (sistêmico).

Portanto, está aí uma dimensão política para a prática das ONGs, que, se realmente reconhecida, implica compromissos e esforços para estabelecer novos nexos e relações entre o espaço

público e o privado, qualitativamente diferentes, que trazam a dimensão de gênero para o centro da atuação, deslocando-a do lugar de dimensão adicional, trazendo-a para o centro do palco.

Ou seja, implica uma alteração da lógica das práticas e representações de gênero em todos os espaços e em enxergar que está em jogo muito mais do que “as mulheres estarem mudando e os homens resistindo” ou sentindo-se ameaçados, etc.

As alterações devem ir muito além das negociações necessárias, visualizadas a partir do aspecto interpessoal; devem atingir o cerne do poder diferencial existente entre o masculino e o feminino, que certamente atravessam os vários níveis subjetivos e objetivos.

Não basta falar em machismo, dimensão cultural da subordinação das mulheres, preconceitos e discriminações. A interpelação³ de gênero às práticas das ONGs, dos grupos e das entidades do campo das lutas sociais e democráticas parte do patamar da legitimidade das mulheres, ancorada pelas práticas e teorias feministas em circulação nesses espaços, como sujeitos fundamentais de transformação. Porém, para ser coerente com um projeto de transformação, necessita mapear o terreno mais amplo das relações a serem transformadas.

Assim, é possível elencar, nesses parâmetros, o plano da divisão sexual do trabalho, decisiva no contexto das relações de poder nos diferentes níveis em que se inscrevem as ações políticas, por exemplo: as ações afirmativas ou as políticas de *empowerment*, etc., que obrigam a encarar o marco político das mudanças perseguidas: regulatório ou emancipatório (Souza Santos, 1995). A chave política para o tratamento das questões de gênero também diz respeito a um projeto de poder.

A participação política das mulheres precisa ser equacionada a partir de uma visão estratégica, pois o debate em circulação acerca de gênero e poder leva à indagação de como se deve compreender categorias como cidadania, direitos, etc. Essa participação tanto pode estar dirigida a uma visão de “cidadania regulada” — já que a idéia de regulação desenha os contornos da cidadania enquadrando o indivíduo isolado diante do Estado e das regras estabelecidas na ordem política vigente —, quanto desenhar o seu contorno a partir de uma perspectiva emancipatória de gênero,

o que pressupõe uma visão de democracia radical, visando uma cidadania plena para as mulheres enquanto um sujeito social ativo. Assim, dependendo da perspectiva, se regulatória ou emancipatória, as estratégias para ampliar a participação das mulheres no poder serão distintas.

Sem esperar respostas imediatas, é necessário lançar um leque de questões como indicativos para um aprofundamento, visando ampliar os parâmetros do debate sobre o poder, tais como: Basta a discussão de equidade para alterar o conjunto das dimensões de gênero? Qual a medida da equidade? Em que marco a cidadania e demais questões de participação permite alterar as relações de gênero para além da inclusão nominal? Como se dá o acesso aos recursos de poder existentes?

Determinados discursos sobre a participação política das mulheres suscitam várias indagações como: Essa participação se dá nos termos da adequação à política existente? Questiona-se o conjunto das relações de gênero, demandando rearranjos no poder, ou nivela-se o feminino ao masculino simplesmente? Questionamentos que têm a ver, por exemplo, com o debate das ações afirmativas. Tais ações sem consideração às demais dimensões coletivas das desigualdades sociais são medidas suficientes? Somente a presença dos sujeitos (condição necessária) será suficiente? Muitas intervenções revelam as ambigüidades e os limites desse debate.

Enfim, valoriza-se aqui a hipótese de que o potencial de gênero na discussão do poder está na possibilidade de assumir um marco emancipatório para a participação política das mulheres. Nesse marco, a expansão da cidadania das mulheres só se consolidará se articulada com a democratização dos vários espaços estruturantes da vida social, transformando relações de poder.

Esse processo implica confrontar a sociabilidade política dominante, que tende a incorporar algumas mulheres sem alterar substancialmente os mecanismos de partilha do poder e da autoridade quanto a decisões políticas relevantes.

Por outro lado, um marco emancipatório dá margem à experimentação de novas formas de sociabilidade, emergentes da organização das mulheres como sujeito. Essas reflexões nos levam a um enquadramento das indagações acima como dilemas a serem

resolvidos mediante os desafios que a questão do poder, entendido de maneira complexa, também coloca nos caminhos necessários de uma política de gênero.

Se quisermos ver o poder transitando, circulando em diferentes níveis, do cotidiano, das relações familiares e/ou privadas, às relações institucionais da economia, da política e da cultura, é aconselhável desvendar no conjunto das práticas das ONGs o entrelaçamento das práticas materiais e simbólicas ou culturais. Dito de outro modo, as dimensões objetivas e subjetivas simultaneamente. Observa-se, com bastante frequência, que, ora se reforça o plano do discurso, ou o plano identitário, ora as desigualdades socioeconômicas baseadas no gênero, por vezes essas dimensões são tomadas como quase se contrapondo umas às outras.

Ademais, um dos desafios fundamentais para a incorporação de gênero pelas ONGs é deslindar resistências e equívocos dos que acham que incorporar gênero é apenas um *plus* nas práticas. Exemplos desse tipo de visão estão presentes em oficinas, debates e textos em circulação em diversas ONGs.

Nos discursos nesses espaços, observa-se uma abertura para a evolução das relações entre mulheres e homens, um combate ao machismo, uma certa condescendência com o atraso cultural que diferencia “ainda” homens e mulheres, um cuidado excessivo em lidar com os conflitos familiares suscitados pela transformação do papel das mulheres, uma certa instrumentalização das mulheres para colocar de pé ou dinamizar programas, etc. São debilidades das visões do que seria o processo de aplicação de gênero às ações das ONGs.

Os desafios são teórico-práticos, portanto. É necessário identificar os nós críticos das diferentes visões presentes nas práticas e nos discursos das ONGs para que a perspectiva de gênero se torne realmente passível de incorporação.

Mais do que modelos de incorporação de gênero, tendo em vista a permanência de visões ou ênfases diferenciadas sobre aspectos de gênero e áreas diversas de intervenção bastante complexas, como juventude, geração de renda, questão urbana e ambiental, comunicação, etc., importa limpar o terreno e

organizar as questões políticas que possam desafiar a mudança de patamar da abordagem de gênero como adicional para central, esclarecendo-se seu potencial de interpelação tanto para democratizar relações entre homens e mulheres, no público e privado, intra e interONGs, quanto nas práticas e nos sentidos em circulação com vistas a reconfiguração das relações no âmbito dos vários espaços de atuação, bem como dos objetivos e das metas a serem buscados junto aos grupos sociais com os quais se atua.

DIFERENÇAS TEÓRICAS DE GÊNERO

Para indicar que não é fácil optar pela abordagem teórica, é útil apontar a diversidade de abordagens de gênero elencadas por Hawkesworth (1999) como demonstração da necessidade de construção teórico-política para qualquer intervenção prática nos marcos políticos que se opte por transitar:

As primeiras investigadoras feministas empregaram o termo gênero para repudiar o determinismo biológico, demonstrando a gama de variação em construções culturais da feminilidade e da masculinidade. Em trabalhos mais recentes, outras e outros empregam o gênero para analisar a organização social das relações entre homens e mulheres (Rubin, 1975; Barret, 1980; Mackinnon, 1987); para investigar a reificação das diferenças humanas (Hawkesworth, 1990; Shanley e Pateman, 1991); para conceitualizar a semiótica do corpo, o sexo e a sexualidade (De Lauretis, 1984; Silverman, 1988); para explicar a distribuição de cargas e benefícios na sociedade (Walby, 1986; Connell, 1987); para ilustrar as microtécnicas do poder (De Lauretis, 1987; Sawiki, 1991); para iluminar a estrutura da psique (Chodorow, 1978); e para explicar a identidade e as aspirações individuais (Epperson, 1988; Butler, 1990).

À medida que a investigação sobre o gênero prolifera, o faz também a tendência de supor que o significado do gênero não é problemático. Sem dúvida, diferentes estudiosas/os empregam gênero de maneiras notavelmente diferentes. O gênero tem sido analisado como um atributo

dos indivíduos (Bem, 1983), como uma relação interpessoal (Spelman, 1988) e como um modo de organização social (Firestone, 1970; Eisenstein, 1979).

Deve essa multiplicidade de significados ser fonte de preocupação para as estudiosas e os estudiosos feministas? Intensifica o desenvolvimento do gênero como categoria analítica nossa compreensão dos diversos modos de opressão que restringem a vida das mulheres? (...) Susan Bordo aponta vários dilemas, por exemplo: o gênero sempre está mediado por raça, classe, etnicidade e orientação sexual, então um marco analítico que isola o gênero ou o constrói em termos de um “modelo aditivo” tem graves falhas.

A autora vai em seguida destacar Scott (1991), bastante conhecida no Brasil, pela síntese bastante pertinente das abordagens de gênero: “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e um primeiro modo de significar relações de poder”. Gênero, para Scott, possibilita entender as complexas conexões dos diferentes níveis e espaços de interação humana. Essa é, ao nosso ver, uma ancoragem importante para as escolhas práticas e teóricas e que permite superar tanto as abordagens “exclusivistas” e limitadas de gênero quanto as que as encaram como meramente adicionais.

A interpelação teórica de gênero foi central no questionamento das relações de poder na sociedade, sobretudo, se feita por feministas que, além do mais, empreenderam um definitivo desnudamento de uma suposta neutralidade científica das abordagens de gênero bem como da reificação dos conceitos, deixando claro que a instabilidade das categorias analíticas (Harding) é também resultante dos deslocamentos dos enfoques teórico-políticos.

Os nexos entre classe, raça e gênero podem ser ignorados? Tratados de modo isolado? A resposta é evidentemente negativa, se optarmos por encarar a perspectiva de gênero como participante estruturante de processos sociais sistêmicos. Aliás, a compreensão dos modos concretos de interconexão das dimensões raciais, de gênero e de classe no engendramento das desigualdades sociais é um dos desafios para a dinâmica institucional das ONGs que se propõem a contribuir para a transformação da sociedade.

Consideramos que alguns marcos conceituais ampliam e orientam as abordagens práticas de gênero. O conceito de divisão sexual do trabalho é um desses marcos que está no coração das relações de gênero. Kergoat(1996) sintetiza bem o seu percurso e o alcance analítico.

Para a autora, as relações sociais de sexo (ou de gênero) permitem ver que existe uma relação social específica por grupos de sexo na organização da sociedade em que a divisão sexual do trabalho ocupa um lugar de destaque:

(...) freqüentemente [o conceito] é utilizado com uma conotação simplesmente descritiva — há uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais (...). Mas, falar em termos de divisão sexual do trabalho é, a meu ver, muito mais. É articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades. A divisão sexual do trabalho está no centro (no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Portanto, argumentar nesses termos é, para mim, indissociável de uma sociologia das relações sociais. Para ficar claro, utilizamos relação social não simplesmente como contato, ligação social, mas como uma relação: 1) antagônica, 2) estruturante para o conjunto do campo social e 3) transversal à totalidade deste campo social.

A base analítica da divisão sexual do trabalho permite vê-la como ancoragem material das relações de gênero na dinâmica social. Articuladas no âmbito mais geral das relações de gênero que

permite pensar o conjunto das relações sociais na sua simultaneidade: Quebramos, assim, a homologia entre um tal lugar e uma tal relação social: a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal, mas é ativa no lugar de trabalho, enquanto que a relação entre classes não se esgota no lugar de trabalho, mas é ativa, por exemplo, na relação com o corpo ou na relação com as crianças (Kergoat, 1996).

Em texto anterior, Kergoat (1989) conclui de forma decisiva:

Os comportamentos humanos, coletivos ou individuais, só podem adquirir sentido referido a um conjunto de relações sociais, pois é este conjunto, sua configuração e sua mouvance que constituem a trama da sociedade. Chega-se assim, a um outro ponto essencial da problemática da divisão sexual do trabalho: a vontade de não pensar isoladamente, de não imperializar uma relação social, mas, ao contrário, esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de co-extensividade as relações sociais fundamentais: de classe e de sexo.

Um outro caminho analítico que permite deslindar algumas simplificações e mesmo confusões na abordagem das relações de poder entre o masculino e o feminino na sociedade, expressas nas falas preocupadas em: “sensibilizar os homens” / “trabalhar masculinidades”, é o percorrido por Connell (1995), ao introduzir o debate da masculinidade hegemônica numa perspectiva sistêmica.

A teoria funcionalista dos papéis se mantém circulando nas falas de muitos/as atores/atrizes de ONGs, quando se diz: “O papel das mulheres está mudando, mas os homens estão em crise com a mudança”.

Prevalece ainda a teoria funcionalista de papéis?³ Situa-se a família dentro de uma ordem de gênero na qual se aceita fazer ajustes na noção de complementaridade. Ancorada na noção de “papéis sexuais”, não permite compreender questões relacionadas ao poder ou às desigualdades materiais no âmbito da família e das comunidades, confina-se a questão aos conflitos interpessoais e, nesse marco, corre-se o risco de resvalar para a naturalização dos papéis produtivos x reprodutivos, etc.

A discussão da família é, assim, uma vertente importante de discussão. A “ideologia familística” é, segundo Leon, baseada num modelo ideal de família nuclear que, além do mais, fica reduzida à esfera privada. As desigualdades de poder em seu interior, a violência, o “contrato sexual” e a família como lugar de “várias economias que competem entre si” “definem o grau e a intensidade dos conflitos”, os quais podem ser desvendados com a adoção do enfoque de gênero.

Esse debate obviamente tira a estabilidade de muitas de nossas ações já que vai além do reconhecimento dos diversos

arranjos familiares concretos com que nos deparamos no cotidiano. É preciso lidar com as relações dialéticas entre gênero e família atravessadas por relações de poder em contextos de classe, etnia/raça, geração variáveis, etc., o que exige várias negociações.

Robert Connell nos dá uma definição concisa sobre as masculinidades sem perder de vista a estruturação das relações de gênero em termos de configuração de práticas, fazendo mediações que soam interessantes para se pensar na incorporação de gênero nas práticas sociais cotidianas.

Para Connell (1995):

A masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento a esse fato, tem-se tornado comum falar em “masculinidades”. Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um pout-pourri de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder aí envolvidas (...).

Connell situa essas definições na estrutura das relações de gênero:

Falar de estrutura de relações de gênero significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa falar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos “papéis sexuais” ou a biologia reprodutiva sugeriam.

Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela.

Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória. (...)

Para Connell, a masculinidade hegemônica advém de “uma posição dominante na ordem de gênero que propicia vantagens materiais bem como vantagens psicológicas, e isso faz com que ela seja contestada (...).”

Nessa direção, critica a limitação de muitos trabalhos com grupos masculinos, que “propiciaram aos homens livrarem-se da culpa”.

Para Connell, na atuação de muitos grupos com objetivo de trabalhar o comportamento dos homens:

A idéia subjacente é de que os homens deveriam também romper seus papéis sexuais rígidos, que seria bom para eles e para as mulheres; ao romperem seus papéis teriam como resultados vidas melhores, mais saudáveis, etc. A ausência de qualquer número significativo de homens se voluntariando como uma força auxiliar do movimento feminista indica uma falha nessa análise.

A posição dominante dos homens na ordem de gênero tem um custo material e as discussões da masculinidade têm constantemente subestimado a dimensão desse custo.

A partir dessa análise de Connell, podemos esclarecer muitos dos dados dos organismos internacionais que comprovam o controle da riqueza pelos homens, o acesso político desproporcional ao das mulheres, etc., como as vantagens que ele chama de “dividendos patriarcais”.

É importante compreender, portanto, que superar a masculinidade hegemônica significa agregar interesses sociais amplos que são divergentes do *status quo*, o que vai além das negociações interpessoais, evidentemente necessárias, entre homens e mulheres.

Esses debates não deixam de apontar que os emaranhados teóricos têm implicações práticas. Um percurso necessário é debruçar-se sobre cada um dos impasses teórico-políticos, percebidos nas diversas áreas de atuação, o que permitirá o surgimento de caminhos concretos para sua superação. E, note-se, que a questão do poder atravessa todos os nossos percursos analíticos.

Há ainda uma questão analítica importante em debate que diz respeito ao essencialismo embutido nas abordagens do feminino.

Esse debate precisa ser encarado em suas implicações práticas. Por exemplo, é possível encarar o ecofeminismo sem recorrer ao princípio do feminino nos marcos do essencialismo? Esse debate é importante para as ONGs que trabalham a questão ambiental, o cooperativismo na geração de renda, o trabalho rural, a imagem da mulher (o feminino) na comunicação, etc. O feminino tomado idealmente não desloca a questão do poder desigual de classe, raça e mesmo esconde a socialização dos gêneros?

No terreno da mídia não molda uma feminilidade hegemônica baseada na maternagem (cuidado, nutrição, etc.) com o risco de “harmonizar” (aceitar a sobrecarga, o sacrifício) o papel reprodutivo com o produtivo⁴ e o elogio da docilidade?

A ativista e teórica ecofeminista Ynestra King (1997), questionando o impasse da abordagem dualista natureza/cultura, propõe que não é necessário abandonar a razão nem negar a natureza, mas apenas rejeitar a razão instrumental e a visão humana de dominação da natureza, incluindo-se a dominação das mulheres. A autora frisa que

A chave para a atuação histórica das mulheres no que se refere ao dualismo natureza/cultura reside no fato de que suas atividades mediadoras tradicionais de conversão — cuidar, cozinhar, curar, cultivar, procurar comida — são tão sociais quanto naturais. A tarefa de um feminismo ecológico é forjar organicamente uma teoria e uma prática genuinamente antidualistas ou dialéticas (...) Cada importante teoria feminista contemporânea — liberal, social, cultural — tem levantado a questão da relação entre as mulheres e a natureza. Cada uma, à sua maneira, rendeu-se ao pensamento dualista, confundindo teoricamente uma reconciliação com a natureza, com a submissão a alguma forma de determinismo natural.

Diante da crise ecológica atual, aponta que escolher entre natureza e cultura é uma falsa escolha,

(...) levando a uma má teoria e a uma má política e que necessitamos de uma maneira nova, dialética, de pensar

sobre nossa relação com a natureza, para compreender o pleno significado e o potencial do feminismo — um feminismo ecológico e social.

O construtivismo social absoluto, no qual se fundamenta o feminismo socialista, é descorporificado. Sua conclusão lógica é uma pessoa racionalizada, desnaturada, totalmente desconstruída. Mas o mesmo feminismo é também a corrente anti-sacrificial do feminismo e, ao insistir que as mulheres são seres sociais, cujo trabalho tradicional é tão social quanto natural, permanecendo fiel aos aspectos sociais da vida das mulheres, faz uma contribuição essencial ao ecofeminismo.

Cabe ao ecofeminismo interpretar o significado histórico do fato de as mulheres terem sido situadas na linha divisória biológica em que o orgânico dá origem ao social. Esse fato deve ser interpretado historicamente para que possamos fazer o melhor uso possível dessa subjetividade mediada, a fim de curar um mundo dividido. A dominação da natureza original na sociedade e deve, portanto, ser resolvida na sociedade. Assim, a mulher, corporificada como agente histórico-social e não como produto da lei natural, é o objeto do ecofeminismo.

Pode parecer demasiado teórico, mas toda uma configuração de práticas se desenha a partir do enfrentamento teórico-político que, não obstante, deve ser feito mesmo no terreno das práticas. Voltamos, assim, às escolhas políticas que a incorporação de gênero nos demanda.

Qual a chave política estratégica para que incorporação de gênero seja um processo de aprofundamento da cidadania e da democracia nas práticas das ONGs, cujos resultados se tornem visíveis nos objetivos concretos das metas do desenvolvimento?

UMA POLÍTICA DE GÊNERO, UMA POLÍTICA GERAL PARA AS ONGs?

Retomando o início de nosso texto, ver a dimensão de gênero como parte integrante dos processos de elaboração de políticas, devendo fazer parte de qualquer análise rigorosa de políticas, exige esforço contínuo.

Assim, incorporar gênero não é uma proposta posterior a ser efetivada depois que as outras questões centrais estiverem equacionadas. Gênero não pode ser separado do contexto social, aliás indissociável das questões econômicas. Não é uma questão

de mero encaixe, sobretudo porque, como já foi dito, se levado a sério, desarranja poderes e relações e exige um reordenamento no coração das práticas. Por vezes, as injunções das relações de gênero estarão no cerne das políticas desenvolvidas junto a grupos sociais, espaços e áreas de atuação. Portanto, é desejável que nos interroguemos sobre qual a incidência das questões de gênero durante todo o processo de configuração das práticas, sem perder as diferentes interconexões de classe, raça/etnia, geração, etc.

Como a questão das relações de poder realmente perpassa as diferentes dimensões de gênero, sejam as institucionais, normativas, identitárias, etc., é preciso observar se os arranjos de gênero nas diferentes frentes de atuação estão realmente desafiando ou consolidando as estruturas de poder existentes em função dos sexos.

Para nos aproximarmos efetivamente dessa tarefa, os/as responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e programas específicos, com enorme diversidade temática e complexidade de contextos sociais, estarão levando em conta (e dela se apropriarão) a rica formação e experiência profissional e ativista e os instrumentos construídos no interior das diversas ONGs que têm trabalhado no plano do desenvolvimento social e da construção da cidadania.

A partir desses fatores, podemos nos questionar de que modo a incidência de gênero, supondo um projeto de igualdade entre os gêneros, nos permitiria ver os múltiplos fatores que atuam sobre as diversas frentes de atuação das ONGs que reconfigurariam ou não o núcleo da intervenção articulada das temáticas nos diferentes contextos.

Seria pertinente nos perguntarmos, a partir de cada campo de atuação, quais resultados seriam desejáveis para diminuir e eliminar as desigualdades de gênero, tendo em conta como elas potencializam o conjunto dessas desigualdades. Mas não devemos buscá-los como um modelo fechado ou como simples ajustes à qualquer política “principal” das ONGs.

O exercício concreto é precisar como cada opção de atuação reforça, diminui ou elimina as desigualdades de gênero no contexto das desigualdades sistêmicas. Esse processo envolve decisões políticas que dificilmente deixarão de incidir sobre o conjunto das práticas.

Essa é uma questão que remete ao caminho de construção de uma política de gênero como parte essencial de uma política geral para as ONGs e seus múltiplos sujeitos. O engajamento nessa tarefa de longa duração depende de decisões políticas que definem também o alcance das transformações que se quer imprimir no horizonte do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, vol. 20, jul./dez. 1995, Porto Alegre.
- FALUDI, Susan. *Backlash. O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rocco, Rio de Janeiro, 2001.
- FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian. (orgs) *Gênero e Desigualdade*. Cadernos Sempre Viva. São Paulo, SOF, 1997.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian e SILVEIRA, Maria Lucia. (orgs) *Gênero nas políticas Públicas*. Cadernos Sempre Viva. São Paulo, SOF, 2000.
- HAWKESWORTH, Mary. Confundir el gênero. *Debate Feminista*, ano 10, vol.20, outubro de 1999, México.
- KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. (orgs) Lopes, M.J.; Meyer, D. e Waldow, V. *Gênero e Saúde*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.
- KERGOAT, D. Da divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo social*, v.1, 2 semestre de 89, USP, São Paulo, 1989.
- KING, Ynestra. Curando as feridas: Feminismo, Ecologia e Dualismo Natureza/Cultura. (orgs) Jaggar, A e Bordo, S. *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1997.
- LÉON, Magdalena. La família nuclear: origen de las identidades hegemônicas feminina y masculina. (compiladoras) Arango, G.; Leon, M. Viveros, M. *Gênero e Identidad*. Ediciones Uniandes. Bogotá, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Vol. 16, n.2, jul/dez.1990, Porto Alegre.
- SILVEIRA, Maria Lucia. Políticas do sujeito e relações de gênero: Resignificando a cidadania. *Revista Mediações*. Vol.5, n.2, jul/dez.2000, Depto. Pós Graduação em Ciências Sociais, Ed. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.



A presente edição, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composta tendo como fonte principal Goudy Old Style, corpo 11, e como secundária, Friz Quadrata. Foi impressa pela Luci Artes gráficas Ltda., para SOS CORPO Gênero e Cidadania Edições, em sistema offset, papel pólen soft 80g (miolo) e Cartão Triplex 250g (capa), em fevereiro de 2002.